EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA ITCP

ORGANIZADORES

JEAN CARLOS MACHADO ALVES

WAGNER RAGI CURI FILHO

INTERDISCIPLINARIDADE, EMPODERAMENTO E TECNOLOGIA SOCIAL

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA ITCP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interdisciplinaridade, empoderamento e tecnologia social : experiências de economia solidária em uma ITCP / organizadores Jean Carlos Machado Alves, Wagner Ragi Curi Filho. -- São Paulo : All Print Editora, 2017.

Vários autores.
Bibliografia

1. Engenharia de produção 2. Ensino superior 3. Interdisciplinaridade na educação 4. ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares I. Alves, Jean Carlos Machado. II. Curi Filho, Wagner Ragi.

16-07453 CDD-378.001

Índices para catálogo sistemático:

1. Engenharia de produção : Ensino superior : Interdisciplinaridade : Educação 378.001

Organizadores:
Jean Carlos Machado Alves e Wagner Ragi Curi Filho

INTERDISCIPLINARIDADE, EMPODERAMENTO E TECNOLOGIA SOCIAL

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA ITCP

Sumário

Apresentação

Jean Carlos Machado Alves[1]
Wagner Ragi Curi Filho[2]

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), em especiais aquelas vinculadas às Instituições de Ensino Superior (IES), têm contribuído para a ampliação no debate do papel da educação que se dá imersa no sistema capitalista, sistema pelo qual prepondera até mesmo a organização das IES. As ITCPs, por sua vez, buscam, a partir do fortalecimento das associações, cooperativas e demais formas organizacionais populares e solidárias, a consolidação do que é conhecido popularmente no Brasil como economia solidária. Para Singer (2003) *apud* Carvalho (2012, p. 48), "a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição" a partir do entendimento e iniciativas de socializar esses meios.

Reforça Gaiger (2013, p. 213) que aspectos conjunturais, históricos, ideológicos e políticos acentuaram o desenvolvimento da economia solidária, os quais, porém, "seriam ineficazes sem a presença de outros fatores mais próximos aos protagonistas dos acontecimentos, constitutivos de seu campo de experiências, cujos efeitos combinados resultaram nesse novo campo de práticas". Assim, pode se destacar a importância das ações de movimentos, projetos e programas como as incubadoras que atuam de forma a desenvolver a economia solidária por meio de, por exemplo, assessorias sociotécnicas. Há ainda algumas ITCPs em que se permite trabalhar em uma perspectiva além da economia

---

1 Organizador e professor do Departamento de Engenharia de Produção – DEENP/Icea/Ufop.

2 Organizador e professor do Departamento de Engenharia de Produção – DEENP/Icea/Ufop.

solidária, incluindo em seu escopo o termo “popular” e, portanto, trabalhando pelo êxito da Economia Popular e Solidária.

Em uma contextualização histórica, considera-se que as ITCPs já existam há 20 anos[3] no Brasil. O viés da solidariedade e do popular parece ser uma característica comum para todas as incubadoras, tal como pode ser destacado na passagem a seguir:

> Somente uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, distinto do agir instrumental e estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas. A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a lógica do interesse (CHANIAL; LAVILLE, 2009, p. 21-22).

Outros pontos que se destacam como comuns para as mais diversas ITCPs dizem respeito à sua preocupação com a sustentabilidade e suas organizações interdisciplinares. Evidentemente, sabe-se que até as organizações capitalistas voltaram suas estruturas organizacionais para a multidisciplinaridade. Porém, diferentemente desse tipo de organização, as ITCPs trabalham a interdisciplinaridade como um viés de organização interna e não apenas como mecanismos de solução de problemas ou de execução de projetos específicos, como ocorre nas organizações capitalistas.

Nesse contexto das incubadoras, pode-se entender a sustentabilidade em seu aspecto mais amplo, como abordado por Kruel (2010) e Sachs (1993), os quais elencam cinco dimensões da sustentabilidade, sendo elas: social, a qual visa a qualidade de vida

---

3 A primeira ITCP, com esse nome, surgiu no Brasil em 1996 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil** - a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

das pessoas; econômica, com uma reflexão sobre a concentração e a distribuição de riquezas; ecológica, vinculada às questões da biodiversidade e da qualidade ambiental; espacial, com a ocupação adequada pelo ser humano; e cultural, para preservar a identidade e evitar conflitos culturais.

No que tange à interdisciplinaridade, percebe-se, mesmo que inconscientemente, que os problemas, principalmente os sociais, têm exigido diversos olhares para seu entendimento e, automaticamente, suas resoluções, ou seja, o que "antigamente" se dividiu para ser entendido (disciplinaridade) hoje exige cada vez mais a unificação dos saberes para resolver. Uma das características da interdisciplinaridade é o diálogo entre os vários conhecimentos, gerando um novo, passível de auxiliar na resolução ou na interpretação de determinada realidade-problema, como reflete Tavares (2008, p. 136): "a interdisciplinaridade não é um caminho de homogeneidade, mas de heterogeneidade. Por isso, um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo. Este deve ser reflexivo, crítico, entusiástico, que respeita e transforma".

> A interdisciplinaridade é uma exigência do mundo contemporâneo. Ela não só auxilia na compreensão do movimento de abertura frente ao problema do conhecimento e das transformações contínuas da contemporaneidade, mas busca dar sentido, principalmente nas instituições de ensino, ao trabalho do professor, para que ambos – professor e aluno – delineiem o caminho que idealizaram, revejam-se no sentido de juntos elaborarem o traçado de novas atitudes, novos caminhos, novas pesquisas, novos saberes, novos projetos (PENA, 2002 *apud* TAVARES, 2008, p. 135).

Ademais, cabe ressaltar que, na educação, contexto em que se inserem as ITCPs, a interdisciplinaridade tem aparecido como a grande tendência de aprendizagem e, portanto, há factualmente

um aumento de projetos com essas características em diversas instituições de ensino no Brasil. O termo interdisciplinar ainda constitui-se como um termo em construção no campo educacional, mas, considerando o histórico da extensão universitária e seu caráter inspirado nas obras de Paulo Freire, uma interdisciplinaridade que dialoga com os aspectos gnosiológicos, que devem ser encontrados nas ITCPs, parece ser um bom início para a discussão acerca da interdisciplinaridade no interior das ITCPs.[4]

Considerando que as IES brasileiras, especialmente as universidades, possuem como atividades finalísticas o ensino, a pesquisa e a extensão, a existência das ITCPs são o fortalecimento da extensão. Contudo, sua própria natureza associa sobremaneira aspectos do ensino e da pesquisa e, lançando mão dos aspectos gnosiológicos debatidos em Paulo Freire,[5] as ITCPs buscam contribuir para a emancipação das associações e cooperativas.

Assim, nesse contexto, com esses intuitos e características, como em diversas IES brasileiras, surgiu em 2012 a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop), fomentada por recursos provenientes do edital Proext, organizado pelo Ministério da Educação. A Incop nasceu com as premissas ideológicas pautadas nos preceitos da Economia Popular e Solidária, com grande foco na interdisciplinaridade e com o desafio da multicampia, pois, em seus primeiros anos, manteve uma atuação constante nas regiões de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, cidades nas quais a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) mantém *campi* de ensino presencial.

As equipes eram constituídas de estudantes de diversas áreas, destacando engenharia de produção, ciências econômicas, serviço social, letras, administração, direito, sistemas de informação, entre

---

4 Para aprofundar o debate sobre a construção do termo interdisciplinaridade no campo da educação, sugere-se a leitura de THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. V. 13 n. 39 set./dez. 2008.

5 Para aprofundar o entendimento dos aspectos gnosiológicos, sugere-se a leitura de FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

outras. A equipe de Ouro Preto (a mesma que atuava em Mariana) mantinha contato sistemático com a equipe de João Monlevade. Esta possuía caráter menos multidisciplinar que a equipe de Ouro Preto. Tal restrição se dava pela existência de apenas quatro cursos na Ufop, em João Monlevade, todos nas áreas de engenharia e sistemas de informação. Todavia, embora houvesse essa limitação da equipe de João Monlevade, os estudantes e docentes dessa equipe sempre buscaram aumentar seu caráter interdisciplinar, seja pelo contato com a equipe de Ouro Preto, seja pela própria aprendizagem ou, ainda, por intermédio de parcerias com profissionais de outras áreas em outras instituições da cidade, como a Secretaria de Assistência Social ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater).

Entende-se, assim, que a construção interdisciplinar não se dá apenas na formação dos estudantes, mas também pela busca do conhecimento interdisciplinar e, especialmente, pela formação de redes de conhecimento e ajuda que possam contribuir com o êxito de trabalho das ITCPs, como no caso da Incop, seja em João Monlevade, seja em Ouro Preto. Cabe ressaltar que, atualmente, o trabalho da Incop em Ouro Preto é bastante restrito se comparado com anos anteriores. Internamente, a dificuldade de se manter docentes motivados em Ouro Preto, somada às grandes dificuldades de comunicação, são apontadas como os principais fatores para que o trabalho da Incop limite-se mais para a atuação na região de João Monlevade.[6]

Para a organização do trabalho da Incop, além de uma premissa interdisciplinar, destaca-se sua intenção para a formação de redes de conhecimento ou, no mínimo, intercâmbios com outras ITCPs. Nesta obra, um dos artigos, de autoria de professores e estudante da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, apresenta-se como forma de representar o fortalecimento das experiências conjuntas que a Incop tenta executar por meio de aproximação com outras ITCPs.

---

6 Cabe ressaltar que, nos últimos cinco anos, algumas professoras que iniciaram o trabalho da Incop se transferiram da Ufop, sendo que em Ouro Preto não há mais docentes do início da criação da Incop.

Com o intuito de ampliar a rede de conhecimento, a Incop, entre os anos de 2013 e 2015, recebeu participantes de outras ITCPs para intercâmbios curtos, como estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Da mesma maneira, estudantes da Incop visitaram, para acúmulo de experiências, as ITCPs da USP, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ).

Ainda no sentido de fortalecer o conhecimento em rede e a troca de experiências com outras incubadoras sociais, a Incop também tem participado ativamente dos encontros de ITCPs da região Sudeste, bem como de encontros e congressos cuja temática principal é a economia solidária. Pode-se considerar que um marco para a Incop no que tange à sua vocação para a formação das redes se deu em 2014, quando, em João Monlevade, a Incop sediou o Encontro Nacional da Rede de ITCPs[7]. Já mais adiante, em fevereiro de 2015, a Incop sediou um encontro com caráter formativo, cujos participantes foram seus próprios membros e das ITCPs da UFV e da UFVJM. Tal proximidade contribuiu para que participantes dessas duas universidades fossem convidados a contribuir com esta obra com um capítulo que debatesse o tema formação em rede.

Para a economia solidária, além da solidariedade, incutida em seu próprio nome, a valorização do mundo está nas pessoas que buscam uma convivência simbiótica com o ambiente nas quais elas vivem. Acreditar nas pessoas é acreditar na coletividade, é avaliar e perceber que as soluções para os problemas das diversas nuances que circundam a vida das pessoas estão no trabalho conjunto. O êxito deste, por sua vez, está no compartilhamento de conhecimento em prol dos próprios indivíduos. Infelizmente, ressalta-se que o capitalismo também se apropriou da forma coletiva de trabalho e, assim, as organizações capitalistas vêm trabalhando o compartilhamento de conhecimento.

Todavia, no capitalismo os grupos de pessoas trabalham voltados para o êxito maior de pequenos grupos que detêm os meios de

---

7 Para aprofundar no debate da formação da Rede Nacional de ITCPs, sugere-se a leitura de ATAUALPA, L.O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. **Otra Economía**, V. 6, n. 10, p. 53-67, jan./jun. 2012.

produção. Na Economia Popular e Solidária, as redes de conhecimento são também rede de ajuda, nas quais os objetivos são a melhoria das condições de vida de todos aqueles participantes da rede, afinal, as ITCPs e a economia solidária como um todo possuem como centralidade o trabalho e as pessoas. Essa é a grande contradição do capitalismo quando comparado à economia solidária.

Assim, sob a perspectiva de uma centralidade nas pessoas, seja pelas formas de compartilhamento de conhecimento, seja pelo caráter solidário, a Incop realiza trabalhos em associações, tais como a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Material Reciclável de João Monlevade (ATLIMARJOM), a Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade (Assume) e a Cooperativa de Costura UNI LABOR. Essas organizações podem ser consideradas Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), afinal, todas possuem nas suas formas de organização do trabalho em menor ou maior grau as características da economia solidária.

O êxito do trabalho da Incop perpassa mormente pela construção do que é conhecido na literatura como tecnologia social. Definindo-a como formas de desenvolvimento de práticas, produtos ou métodos que, solidariamente, melhoram as possibilidades de produção e condições do trabalho dos EES, tem-se que diversas formas de tecnologia social são utilizadas, desenvolvidas e fomentadas pela Incop. Em uma primeira instância de pensamento, podem-se considerar as redes de compartilhamento de conhecimento criadas e mantidas em prol do desenvolvimento da economia solidária como uma tecnologia social a ser destacada. Porém, a característica dos estudantes da Incop, em especial aqueles de João Monlevade, todos de cursos de base tecnológicas, fez com que houvesse no trabalho da incubadora, retratado neste livro, uma grande preocupação com as tecnologias. Em sua estrutura organizacional, em consonância com os interesses dos estudantes, a Incop mantém o que é conhecido internamente como Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico (NDT).

Focado principalmente nas tecnologias relacionadas à computação, o NDT possui como objetivo auxiliar os EES a partir de desenvolvimento de *softwares* que contam com ampla

participação dos membros dos EES que trabalham em conjunto com a Incop. Ademais, cabe ao NDT levantar demandas e organizar treinamentos que permitam uma maior emancipação dos EES em relação ao uso de computadores, e ainda contribuam para que a gestão do trabalho, da produção da qualidade de produtos, entre outros aspectos que possam ser melhoradas no interior dos EES.

Portanto, pode-se afirmar que a Incop possui grande foco na gestão e no desenvolvimento tecnológico. Uma grande participação de estudantes de Engenharia de Produção pode ser fator contributivo para essa característica. Assim, muitas das tecnologias sociais desenvolvidos a partir do trabalho da Incop têm como foco melhoria na gestão dos EES e, nesse sentido, destaca-se o trabalho na ATLIMARJOM.

Ainda que o trabalho com os catadores constitua-se como um labor que abrange, sobretudo, aspectos sociais de valorização do indivíduo, muitas atividades relacionadas à gestão foram desenvolvidas nesse EES, como é abordado por um capítulo deste livro, que apresenta um relato e reflexão sobre o papel das instituições de Ensino Superior no processo de melhoria do trabalho nos empreendimentos solidários, tais como as associações de catadores de materiais recicláveis. Elas exigem, por vários motivos – sejam eles técnicos, sociais, ambientais, psicossociais, entre outros –, um olhar interdisciplinar, pois são constituídas por um público que sofre vários preconceitos e é marginalizado de várias formas. Assim, há necessidade de se preocupar com o planejamento e o controle da produção, a organização de um ambiente saudável, o auxílio em atividades junto a parceiros e entidades políticas, o plano de manutenção de máquinas e equipamentos, entre outras ações que fazem parte do trabalho na Incop e que, sempre em uma perspectiva gnosiológica, pode contribuir para o desenvolvimento de tecnologias sociais com foco na gestão e na consolidação de aspectos socioambientais. Proporcionando possibilidades no melhoramento das relações interpessoais, construções de ações de empoderamento por meio de participações nos espaços de decisões da própria associação auxiliam nos estudos

de viabilidade e implantação de coleta seletiva no município, formações específicas, entre outros.

Dessa forma, observa-se como as IES podem auxiliar nos processos dos vários níveis da sustentabilidade de empreendimentos sociais solidários, podendo provocar mudanças significativas, mas também conscientes de que existem vários desafios a serem superados nesse processo, o que não diminuiu a importância da universidade na transformação, principalmente a social, seja da comunidade externa ou da interna das IES.

Na cooperativa de costura UNI LABOR, a Incop, também com sua característica voltada para a gestão, desenvolveu diversos mecanismos que pudessem ser utilizados pelas cooperadas. Aspectos da produção, como qualidade, retrabalho, planejamento da produção e gerenciamento de custos fizeram parte do escopo do conteúdo das atividades realizadas, sempre com o arcabouço da pesquisa-ação ratificando o caráter dialógico da extensão praticado pelos estudantes e docentes da Incop. Todavia, além dos trabalhos de tecnologia social, podem-se perceber por intermédio do trabalho realizado na UNI LABOR aspectos relacionados ao empoderamento das cooperadas, participantes da cooperativa.

Neste livro, lançando mão de teorias de competências e de *formação de experts*, faz-se uma tentativa de relacionar como o processo de empoderamento com o acúmulo de competências se deu na UNI LABOR. A ideia dos autores deste capítulo é destacar que a UNI LABOR serve de exemplo para se acreditar que uma das maneiras de facilitar o empoderamento é fazer com que as pessoas conheçam os aspectos do seu trabalho. Como na maioria dos EES, características individuais, como liderança, sempre se sobrepuseram a outras em momentos de decisão da cooperativa, evidentemente que essa realidade não se findou, mas terminar com ela não é o objetivo.

Contudo, a participação das cooperadas em momentos decisivos, como reuniões, ou mesmo o interesse delas pela parte administrativa da cooperativa aumentou, ainda que seja complexo medir esse aumento. Esse aumento parece ter uma relação íntima com a ampliação da competência das cooperadas em relação à

gestão da cooperativa. A proposição destacada no texto é de que o empoderamento das cooperadas não se relaciona apenas com questões políticas e de liderança, mas também com o sentimento de impotência administrativa que diminui na medida em que a competência em gestão aumenta. Os aspectos relacionados às questões políticas e de liderança são amplamente debatidos e bem consolidados na literatura do tema. Todavia, o capítulo traz uma abordagem que trata da formação da competência em gestão e sua relação com o empoderamento das cooperadas em uma cooperativa de costura.

Seguindo uma linha de empoderamento de participantes de EES, além de um capítulo sobre as competências na UNI LABOR, este livro traz também um capítulo sobre a Assume - Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade – que tem em sua iniciativa e seus objetos principais a luta antimanicomial, tentando promover mudanças na vida de usuários, familiares, profissionais da saúde e comunidade por meio de ações de cidadania, inserção socioprodutiva, entre outros. Nesse contexto, a Incop se insere como parceira para ampliar e auxiliar no processo de sustentabilidade dessas ações a partir da filosofia da economia solidária, e assim fortalecer essa relação entre as IES por intermédio das incubadoras e a temática de saúde mental, não se limitando à geração de trabalho e renda aos usuários, mas promovendo várias formas de inclusão social.

É em meio a essas perspectivas que o artigo voltado para essa temática abordará a experiência do processo de incubação de uma associação de usuários de saúde mental. As possibilidades, os desafios e as superações em conjunto de uma relação de um grupo com necessidades específicas que não se limitam a questões técnicas a partir da assessoria sociotécnica de um grupo de docente e discentes vinculados à engenharia de produção e administração, proporcionando, assim, o desenvolvimento da cidadania não só para os usuários, como também para os futuros profissionais de engenharia de produção e sistema de informação que realizam o trabalho junto ao empreendimento.

Enfim, ressalta-se que as experiências aqui apresentadas não têm a pretensão de relatar todo o trabalho, as ações ou os esforços realizados pela Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto, mas objetiva destacar alguns aspectos do trabalho da Incop que podem contribuir para o desenvolvimento da economia solidária e para a organização de trabalhos similares em outras IES ou organizações.

Cabe ressaltar que, nesses seus quase cinco anos de trabalhos, a Incop obteve apoio de várias entidades, a saber: a Pró-Reitoria de Extensão da Ufop, o Ministério da Educação por meio de editais do Proext/MEC e, o último, o Programa de Incentivo às Incubadoras Proninc, edital de 2013, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual auxiliou nas atividades da Incop no período de 2014 a 2016.

Assim, vários documentos foram e são produzidos para registrar e descrever as ações da incubadora, como as atas das reuniões semanais, relatórios de atividades junto aos empreendimentos, de viagens, participações em eventos científicos, publicações em eventos, periódicos ou *sites*, palestras e minicursos promovidos pelos integrantes da incubadora, seja junto aos empreendimentos, escolas públicas, ou ainda, comunidade externa em geral ou até mesmo para comunidade interna da Ufop, como os Seminários de Metodologias de Incubação e Economia Solidária realizados pela incubadora para os empreendimentos, membros de outras incubadoras e comunidade em geral. Tudo isso contribuindo para a promoção e a geração de conhecimento e disseminação da filosofia da economia solidária, do associativismo, do cooperativismo, da cidadania, da sustentabilidade, entre outros, capazes de promover novos conhecimentos. Portanto, este livro é um trabalho para consolidar os principais temas desenvolvidos pela Incop com o intuito de propiciar novas fontes de debate e conhecimento.

Referências

ATAUALPA, L.O. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. **Otra Economía**, V. 6, n. 10, p. 53-67, jan./jun. 2012.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFJF. Juiz de Fora/MG, 2012.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. Associativismo. In: **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil** - a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

KRUEL, A. J. Ignacy Sachs – Uma voz sempre atual na sociedade. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPA. Florianópolis, 2010.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

TAVARES, D. E. A interdisciplinaridade na contemporaneidade – Qual o sentido? In: FAZENDA, I. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o desafio de formação em rede

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira
Bianca A. Lima Costa
Márcio Gomes da Silva
Bruno Rodrigues Silva Schitino

Resumo

O trabalho tem como objetivo descrever e analisar a experiência de formação em rede realizada entre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares das Universidades Federais de Viçosa, Ouro Preto e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Nesse contexto, destaca-se a importância da formação de estudantes no âmbito da extensão universitária, especialmente a partir do fomento à economia solidária. A atuação articulada possibilitou o intercâmbio entre as incubadoras e a reflexão a partir das práticas cotidianas de cada organização, com ênfase nas perspectivas teóricas e metodológicas intrínsecas aos processos de incubação.

Palavras-chave: Formação, incubação, economia solidária, rede.

1. Introdução

A construção da economia solidária no Brasil envolve diferentes instituições, atores e movimentos sociais, tais como organizações religiosas, sindicais, ambientais, organizações não governamentais, empreendimentos de economia solidária (associações, grupos informais, cooperativas), gestores públicos,

entre outros (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

Mesmo com divergências em termos de concepções (CORAGGIO, 2007), de forma geral, tais grupos buscam o fortalecimento de outra economia ancorada, especialmente, nos princípios da autogestão do trabalho (SINGER, 2000) e da solidariedade econômica (LAVILLE, 2006).

Dentre esse conjunto de agentes, pode-se afirmar que as universidades brasileiras também têm contribuído, de diferentes maneiras, para a consolidação da economia solidária no país, por meio de pesquisa, ensino e extensão. É possível destacar, nesse contexto, as experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas na década de 1990 com o propósito de desenvolver e consolidar metodologias de apoio e fomento aos grupos populares e solidários voltados à geração de trabalho e renda, assim como inclusão social por meio da autogestão. As incubadoras são constituídas por professores, estudantes de graduação e pós-graduação e técnicos de diferentes áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade é uma das marcas desses programas ou projetos que, além de contribuir para consolidação dos empreendimentos econômicos solidários, atuam na formação de centenas de profissionais que têm atuado em diferentes campos da economia solidária. Tal perspectiva leva em consideração a complexidade da realidade social e a necessidade de combinação de especializações e de uma visão holística. Trata-se, portanto, da articulação de várias disciplinas e áreas de conhecimento que possibilitam alianças intersetoriais (FORPROEX, 2012).

Principalmente a partir de 2000, com o aumento dessas iniciativas em várias Instituições de Ensino Superior, as ITCPs desenvolveram e ainda desenvolvem ações importantes no país. Destaca-se que, desde o final da década de 1990, as ITCPs acessaram o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que possibilitou um financiamento específico para o desenvolvimento de atividades de fomento.

As incubadoras organizam-se em formatos diferenciados e também atuam de maneira conjunta em redes. Dentre essas

experiências, este artigo concentrará suas reflexões sobre a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que envolve aproximadamente 60 ITCPs e tem como objetivo refletir e aperfeiçoar coletivamente as metodologias e processos de incubação, além de discutir questões nas áreas sociais, políticas, econômicas, entre outras. Em nível regional, as incubadoras também se organizam em rede, como é o caso da região Sudeste, que concentra aproximadamente 25 incubadoras; destas, 11 se localizam em Minas Gerais.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a experiência de formação em rede estabelecida pelas incubadoras das Universidades Federais de Viçosa, Ouro Preto e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no Estado de Minas Gerais. A ideia principal é descrever de que forma se deu o processo de formação das equipes envolvendo as três ITCPs, simultaneamente. Busca-se, assim, refletir sobre a importância de processos coletivos e de intercâmbio como forma de avançar nas metodologias de incubação e considerar tais espaços como fundamentais para prática dos formadores das incubadoras.

O procedimento metodológico adotado no presente trabalho compreendeu um breve debate sobre o papel das ITCPs nos contextos universitários e sua atuação em rede e a sistematização, a partir de relatórios e observação, da experiência do seminário de formação que envolveu as três universidades no início de 2015. Para tanto, foram analisados os documentos de planejamento e os relatórios das atividades. Trata-se, portanto, de um trabalho descritivo.

Este artigo está divido em três seções: a primeira refere-se à importância das ITCPs como espaços de ensino, pesquisa e extensão nas universidades; a segunda levanta as diferentes experiências de formação entre as incubadoras; e, por fim, a terceira seção descreve a iniciativa de formação coletiva, conforme ressaltado anteriormente. Ao final, algumas considerações que pretendem contribuir para os processos formativos estabelecidos pelas ITCPs que compõem a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCP.

2. Referencial teórico

2.1. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nas universidades brasileiras e organização em redes

As universidades públicas brasileiras se sustentam em um tripé de estruturação de suas atividades e práticas que abrange o ensino, a pesquisa e a extensão, trabalhados de forma indissociável, conforme prevê o art. 207 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras traz uma definição de extensão no âmbito das universidades:

> A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 16).

A interação transformadora implica troca de saberes, troca de conhecimentos populares e acadêmico-científicos, e não em "transferência" de conhecimento da universidade para a sociedade. Essa interação está ancorada nos pressupostos da educação libertadora de Paulo Freire. É a partir desses pressupostos que a extensão universitária deve ser estabelecida.

> Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a "sede do saber", até a "sede da ignorância" para "salvar", com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabe – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar, a saber, mais – em diálogo com

> aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabe, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2006, p. 25).

Para que esses pressupostos se concretizem em práticas educativas transformadoras, é necessária uma formação que desenvolva nos formadores/educadores a capacidade de estabelecer processos dialógicos. Nesse sentido, Goulart (2004) discute que, para que ocorra a formação de qualidade dos estudantes do ensino superior, é necessário o desenvolvimento de atividades pedagógicas que sejam capazes de trabalhar significativamente a produção do conhecimento, quais sejam: a pesquisa e a extensão.

Deve haver a preocupação dos projetos e programas com a concepção de suas ações de extensão, de forma a não se tornarem meramente assistencialistas.

> (...) é necessário que se vejam as atividades de extensão como um processo do ensino e não como um simples acontecimento fora da escola em que os estudantes vão à comunidade para prestar serviços. De um modo geral, essa disposição tem um caráter assistencialista como se a obrigação das instituições de ensino fosse oferecer uma contrapartida social, levando seus estudantes a um trabalho filantrópico (GOULART, 2004, p. 71).

Além da possibilidade de contribuir com as comunidades junto às quais as atividades são desenvolvidas, é inegável que os estudantes envolvidos também são transformados pelas atividades de extensão. As diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Extensão Universitária incluem o impacto na formação do estudante como um aspecto relevante da extensão.

> As atividades de extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira (FORPROEX, 2012, p. 20).

D'Aroz, Panhoca e Dozsa (2015, p. 4) afirmam que "a extensão universitária tem sido para muitos alunos de graduação uma das possibilidades de complemento do curso de origem, além de proporcionar novos conhecimentos, o contato com diferentes realidades e currículo diferenciado". Esses aspectos se tornam diferenciais desses novos profissionais no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Segundo Forproex (2012, p. 17), as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária são a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social.

Nesse contexto, e visando adotar as diretrizes expostas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são programas e projetos que trabalham a extensão universitária de forma ampla, concreta e, para isso, se organizam de diferentes formas e modelos. O arranjo institucional em cada universidade pode configurar-se como programas ou projetos de extensão, núcleos, centros tecnológicos etc. Observa-se que tais iniciativas em suas variadas organizações são capazes de trabalhar com as dimensões da extensão, assim como ensino e pesquisa, contribuindo para uma formação prática e reflexiva de estudantes de variados cursos.

Muitos formadores desenvolvem habilidades que extrapolam seus campos de conhecimento (BARROS, 2003). Esses processos contribuem para a formação de quadros técnicos, de profissionais que trabalharão com políticas públicas, movimentos sociais, coordenação de outras ITCPs e outras áreas vinculadas à economia solidária após a conclusão de seu curso. Isso representa uma forma de replicar o conhecimento desenvolvido no período de participação nas incubadoras e extrapolar a difusão da economia solidária no ambiente acadêmico.

Segundo Zech *et al*. (2012, p. 10):

> O reflexo prático deste processo de formação é evidenciado pelo vínculo que muitos bolsistas mantêm com o programa, mesmo depois de formados e oficialmente desligados. O programa também permite maior clareza por parte dos bolsistas, com relação às possíveis áreas de atuação profissional. No decorrer do programa, muitos deles já manifestam decisões sobre a continuidade de seus estudos ou áreas específicas de atuação profissional.

Alguns elementos configuram o contexto diário de aprendizado nos quais estão inseridos os bolsistas da ITCP, como a participação nos momentos de formação desenvolvidos pela ITCP, a orientação acadêmico-científica dos professores vinculados aos projetos, bem como a experiência prática de aprender e ensinar com a comunidade (ZECH *et al.*, 2012). Todos esses elementos contribuem de maneira significativa para a formação profissional e cidadã dos estudantes.

Para exemplificar tais afirmações, D’Aroz, Panhoca e Dozsa (2015) analisam o papel da extensão na formação do acadêmico e de que forma essa vivência tem contribuído em relação a uma incubadora no Sul do país. Os resultados apresentaram impactos nas dimensões pessoais e profissionais no que tange à experiência dos estudantes envolvidos em termos metodológicos

e teóricos; no aprimoramento do conhecimento científico e popular, técnicas e habilidades para lidar com pessoas e realidades sociais; e para a formação e currículo diferenciados.

As ITCPs, portanto, além de contribuir para o processo de construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de tecnologias adequadas aos empreendimentos econômicos solidários, apresentam-se como espaços de formação de formadores, de diferentes áreas de conhecimento, que, por meio da ação dialógica, aprendem a partir da prática na economia solidária.

Conforme ressaltado anteriormente, as incubadoras organizam-se em redes e buscam reforçar e organizar tais pressupostos apresentados. Segundo Olave e Neto (2001), não há uniformidade de conceitos que defina redes, alianças e novas formas organizacionais, contudo estes têm sido vistos como estratégias das instituições diante do complexo ambiente organizacional no qual estão inseridas, e sua operacionalização se dá por meio de colaboração.

As redes possibilitam o desenvolvimento de estratégias coletivas e contam com a vantagem de permitir rápido acesso às novas tecnologias. Há também o benefício da aproximação, o que facilita a socialização das ideias.

Da mesma forma que empresas privadas, instituições públicas e entidades de terceiro setor constituem redes como estratégia de ações para diversas finalidades, as ITCPs também o fazem há algum tempo.

Atualmente, no Brasil, existem duas redes que congregam as ITCPs: a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs – e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho. A Rede de ITCPs foi criada no fim da década de 1990 e realiza diferentes atividades conjuntamente. Dentre tais ações, serão destacadas as perspectivas de formação, especialmente a partir da experiência realizada em 2015 entre a UFV, UFOP e UFVJM.

2.2. Os processos de formação nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Uma das características das ITCPs, conforme ressaltado anteriormente, é a formação de equipes de diferentes áreas que atuam na assessoria e no fomento aos empreendimentos econômicos solidários. O trabalho com tais organizações exige um entendimento inicial sobre o campo da economia solidária e a metodologia a ser utilizada nos grupos populares. Tais processos são fundamentais, pois possibilitam a ampliação e a reflexão sobre os saberes científicos e os populares.

As incubadoras apoiam-se em metodologias que podem ser semelhantes ou não. A Rede de ITCPs busca, nesse contexto, contribuir para o desenvolvimento coletivo desses processos, especialmente a partir de intercâmbios e espaços de debate. Exemplos dessa prática podem ser destacados, como os encontros regionais e nacionais da Rede, congressos e intercâmbios. Tais iniciativas contribuem para troca de informações e também para o desenvolvimento metodológico das ITCPs e são extremamente importantes para consolidação dessas experiências nas universidades.

Nesta seção, busca-se apresentar iniciativas de formações de algumas ITCPs e de formação em rede. Para que os resultados sejam verificados não só no âmbito dos estudantes envolvidos, mas também das atividades desenvolvidas junto aos empreendimentos incubados, cada ITCP planeja sua formação de acordo com suas especificidades e demandas, assim como recorre a ações cooperativas.

Segundo Zech *et al.* (2012, p. 9):

> A formação interna oferecida à equipe da ITCP permite aos bolsistas entender a filosofia de trabalho da ITCP, conhecer os princípios do cooperativismo, do associativismo e da economia solidária, assim como as formas de intervenção e interação com as comunidades atendidas,

> metodologias de pesquisa, elaboração de artigos científicos, entre outros. Estes conteúdos aprendidos se caracterizam como a base dos cursos de formação que os próprios bolsistas ministram aos participantes dos empreendimentos e comunidades atendidas.

Cada incubadora preza por criar instrumentos e estruturas que permitam a formação continuada de seus formadores.

Calbino e Paula (2010), analisando três ITCPs, observaram que as incubadoras não conseguem alocar muito tempo e recursos para as atividades relacionadas a debates e cursos de formação interna, não havendo uma proposta mais sólida de realização de debates sobre sua teoria e prática e apontando para uma preocupação mais do aspecto técnico da incubação do que das reflexões que engendram a própria incubação e que remetem à economia solidária e autogestão.

Apesar da dificuldade de se conciliar a formação da equipe com as demais atividades cotidianas das ITCPs, o que se pode perceber por meio desta pesquisa é que diversas incubadoras têm desenvolvido formas próprias de formação de seus membros. Algumas delas são relatadas a seguir, mas servem apenas de exemplos de práticas adotadas, não esgotando o universo de possibilidades verificadas nas incubadoras.

A ITCP da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, por exemplo, adota em sua estrutura os Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (Gepes). Esses são grupos de estudos temáticos e abertos a todos os interessados, sejam ou não membros da ITCP, sendo que todos os membros da ITCP estão inseridos em um ou mais Gepes, de acordo com sua área de atuação dentro da incubadora. Os Gepes são responsáveis pela realização de estudos coletivos demandados pelo coletivo além do acolhimento do novo formador de sua área, cabendo também a esses grupos discutir e definir seu papel no trabalho da incubadora como um todo. Atualmente, a ITCP/Unicamp se organiza em sete áreas do conhecimento representadas pelos seguintes Gepes:

Produção e Tecnologia; Comunicação e Artes; Gênero; Saúde; Processos Pedagógicos; Planejamento Econômico e Dinâmica das Relações Humanas (ITCP/Unicamp, 2015).

Nesse mesmo sentido, a ITCP da Universidade de São Paulo (USP) constituiu os Grupos de Estudo, Pesquisa e Extensão Multidisciplinares (Gepems), que são responsáveis por planejar, executar, avaliar e replanejar semanalmente a intervenção em campo. A ITCP/USP adotou durante certo período a necessidade de realização do curso de formação de introdução à economia solidária como pré-requisito para a entrada de estudantes na ITCP. Essa prática adotada também em outras ITCPs denota a preocupação de uma formação prévia para que os estudantes com interesse em participação no projeto tenham conhecimento básico sobre o campo de atuação.

Segundo Freitas, Freitas e Dias (2009), na metodologia utilizada pela ITCP/UFV acontece a capacitação dos próprios formadores da incubadora, antecipando o processo de incubação, sendo que esse processo assumiu uma ação de formação continuada, que ocorre por meio de cursos, debates e grupos de estudos, não somente baseada em discussões teóricas sobre economia solidária, mas também a partir dos desafios práticos, da realidade e das necessidades de cada grupo.

A Incop/Ufop realiza periodicamente um Seminário de Formação que envolve os integrantes da incubadora dos três *campi*, além de algumas vezes ser aberta a outros interessados, como pessoas vinculadas a outras ITCPs. Em termos de formação, a Incop também trabalha temas diretamente relacionados à economia solidária ou transversais a esses por meio de discussões semanais dirigidas pelos próprios estudantes ou docentes. A cada semana, dois ou mais integrantes da Incop são responsáveis por propor um debate sobre um texto, que é por eles apresentado em momento reservado nas reuniões semanais ou apresentados por profissionais da Universidade ou não que dominam tais temas. Outra preocupação nos últimos processos seletivos da Incop tem sido quanto a minicursos sobre economia solidária, associativismo, cooperativismo e sobre

a incubadora (atividades/finalidades) para os candidatos como a primeira etapa para seleção.

A ITCP/UFVJM realiza momentos de formação dos seus membros, especialmente junto aos novos estudantes que iniciam sua participação no projeto. Antes de começarem as atividades, ocorre uma formação com temas básicos para compreensão do trabalho da ITCP, tratando aspectos como cooperativismo, associativismo, economia solidária e educação popular. A ITCP/UFVJM também tem iniciado a proposta de oficinas de formação com diversos temas no decorrer do ano, abordando, além dos já citados, outros que são úteis às atividades da incubadora, como elaboração de projetos, elaboração de artigos etc. Esses espaços de formação são abertos a toda a comunidade acadêmica.

Algumas estratégias de formação podem envolver mais de uma ITCP, sendo desenvolvida em formato de rede. Pasqualeto e Gomes (2015) relatam uma proposta de formação conjunta de ITCPs de Porto Alegre e Região Metropolitana, que resultou na criação de Grupos de Trabalho (GT) com o objetivo de potencializar ações conjuntas, fortalecendo o trabalho de incubação. Um desses GTs é o de educação-formação para a economia solidária, advindo da necessidade de uma formação com caráter de continuidade. Entre maio e outubro de 2014, esse GT realizou o curso de formação "Nivelamento em Economia Solidária" para os novos bolsistas que passaram a integrar as ITCPs envolvidas, incluindo em cada módulo a participação de representantes dos empreendimentos incubados.

Nesse mesmo sentido também são desenvolvidos espaços coletivos de formação das ITCPs que compõem as redes de incubadoras, seja em âmbito regional ou em âmbito nacional.

Em rede, pode-se citar o exemplo da Rede Sudeste de ITCPs, que realiza anualmente, desde 2005, encontros de formação de formadores das incubadoras vinculadas à Rede. Esses encontros são uma forma de socializar debates relacionados à economia solidária, à autogestão e outros temas relacionados às práticas das ITCPs, como também uma forma de potencializar

as atividades das incubadoras integrantes dessa Rede, trocando e sistematizando experiências acumuladas e reconstruindo conhecimentos de modo coletivo. Assim, os Encontros da Rede Sudeste de ITCPs são importantes espaços de articulação, interação e troca de experiências entre os membros das equipes das incubadoras da Região Sudeste, bem como *locus* de desenvolvimento de estratégias de atuação conjunta.

Durante os dias de encontros, busca-se proporcionar uma programação contando, por exemplo, com mesas redondas, trocas de experiências, grupos de trabalho, oficinas (em geral desenvolvidas pelos próprios formadores), minicursos, apresentações culturais, visitas a empreendimentos incubados, exposição ou feira com produtos dos empreendimentos de economia solidária etc.

Em muitas edições do Encontro da Rede Sudeste, os empreendimentos de economia solidária com os quais as incubadoras têm desenvolvido seus trabalhos de acompanhamento têm participado, enriquecendo as discussões, trocando experiências e conhecimentos com outros empreendimentos.

O Quadro 1 apresenta a relação dos encontros realizados, bem como seus temas e locais de realização. Percebe-se a diversidade de temas discutidos nesses eventos. Os temas debatidos nos encontros extrapolam a dimensão econômica (dimensão técnica de desenvolvimento das atividades econômicas) e insere também temas que são fundamentais para a superação das desigualdades e emancipação de grupos excluídos. É a partir desses temas que se pretende inserir, como abordagem metodológica, pressupostos que orientam a elaboração metodológica de intervenção nos grupos sociais assessorados pelas ITCPs.

Quadro 1 – Relação dos encontros anuais da Rede Sudeste de ITCPs

Encontro	Tema	Data	Local
XI Encontro da Rede Sudeste de ITCPs	O papel das incubadoras na extensão universitária: relações intra e extramuros	04 a 07 de setembro de 2015	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar *São Carlos/SP*
X Encontro da Rede Sudeste de ITCPs	Economia solidária: educação popular e autogestão como bases dos processos educativos das ITCPs	13 e 15 de agosto de 2014	Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes *Montes Claros/MG*
IX Encontro da Rede Sudeste de ITCPs	Economia solidária e gênero	31 de julho a 3 de agosto de 2013	Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes *Vitória/ES*
VIII Encontro da Rede Sudeste de ITCPs	Relação entre os movimentos sociais e as ITCPs como forma de luta e transformação social	02 a 04 de agosto de 2012	Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF *Campos dos Goitacazes/RJ*
VII Encontro da Região Sudeste de ITCPs	Eu sou um trabalhador da economia solidária?	27 e 30 de julho de 2011	Universidade Estadual de São Paulo – Unesp/ Bauru *Bauru/SP*
VI Encontro da Região Sudeste da Rede Universitária de ITCPs	Conjuntura política e metodologia de incubação	28 a 30 de julho de 2010	Universidade Federal de Viçosa – UFV *Viçosa/MG*
V Encontro da Rede Sudeste de ITCPs	O projeto político das incubadoras universitárias e as estratégias de transformação social	23 a 26 de julho de 2009	Universidade Estadual de São Paulo – Unesp/ Assis *Assis/SP*
IV Encontro da Rede de ITCPs da Região Sudeste	As incubadoras e os movimentos sociais: estratégias de cooperação	01 a 03 de agosto de 2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ Campus da Praia Vermelha *Rio de Janeiro/RJ*

III Encontro da Rede de ITCPs da Região Sudeste	Autogestão nas ITCPs	24 e 26 de agosto de 2007	Universidade Federal de Lavras – UFLA *Lavras/MG*
II Seminário de Métodos de Incubação da Região Sudeste da Rede de ITCPs	O papel do formador	20 e 22 de abril de 2006	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar *São Carlos/SP*
I Seminário de Metodologia de Incubação da Rede Sudeste	Metodologia de incubação	18 a 20 de junho de 2005	Universidade Federal de Viçosa – UFV *Viçosa/MG*

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Verifica-se a busca de rotatividade dos locais de encontro, com alternância entre os estados da Região Sudeste sede da realização desses momentos de formação. Nas 11 edições dos encontros, as incubadoras do Estado de Minas Gerais sediaram quatro encontros, mesma quantidade verificada em São Paulo. Já no Rio de Janeiro foram realizados dois encontros, e um no Espírito Santo.

Os encontros da Rede Sudeste de ITCPs são construídos de forma coletiva e autogestionária, prezando-se a participação de todas as incubadoras vinculadas à rede. Nesse intuito é que se realizam os pré-encontros da Rede Sudeste, momento de planejamento das atividades, metodologia e todos os aspectos do Encontro. Também são realizadas reuniões virtuais, utilizando-se de recursos da internet.

Outro espaço construído pela rede de ITCPs relacionado ao processo de formação de seus membros são os Congressos da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs. Além de espaços de formação, os Congressos são importantes instrumentos de divulgação das pesquisas desenvolvidas pelas incubadoras e de incentivo para sistematização de suas experiências.

As edições do Congresso da Rede de ITCPs aconteceram em 2005, 2008, 2011 e 2015, respectivamente na Universidade

Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O II Congresso da Rede de ITCPs, com o tema "Economia Solidária e a Política da Economia Solidária", ocorreu entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2008 na Universidade de São Paulo (USP) e buscou refletir sobre a questão da política e suas relações com a economia solidária. Já o III Congresso da Rede de ITCP, realizado entre os dias 30 de março e 2 de abril de 2011, na UFRGS, em Porto Alegre-RS, discutiu: "Universidade e Economia Solidária: Produção de Conhecimento, Cenário de Desenvolvimento e o Lugar das Tecnologias Sociais".

O mais recente congresso ocorreu em abril de 2015 na Universidade Federal da Bahia. O IV Congresso da Rede de ITCPs proporcionou a discussão sobre "O lugar da universidade na economia solidária: a produção de conhecimento na política de economia solidária".

Seguindo o mesmo propósito dos Encontros da Rede Sudeste de ITCPs, realizam-se anualmente os Encontros Nacionais da Rede de ITCPs, envolvendo todas as ITCPs do país vinculadas à Rede.

Foi em um desses espaços coletivos da Rede, o encontro nacional ocorrido em outubro de 2014, na cidade de João Monlevade/MG, que surgiu a perspectiva de construção de uma formação das equipes das ITCPs – UFV, UFVJM e Ufop. A formação coletiva foi pensada como estratégia de intercâmbio e também reflexões sobre metodologias e organização dos empreendimentos.

3. A experiência de formação conjunta: ITCP-UFV, Incop/Ufop e ITCP-UFVJM

A formação das equipes das três ITCPs foi organizada para envolver bolsistas novos, ou seja, recém-chegados às incubadoras, e também formadores mais antigos, entre graduandos e técnicos. Da mesma forma, contou com a participação de seis

professores universitários. A formação ocorreu entre os dias 26 e 28 de fevereiro de 2015 na cidade de João Monlevade-MG, na sede da Associação Regional de Promoção e Ação Social (Arpas), e contou com a participação de vários estudantes de graduação, técnicos e professores vinculados às incubadoras.

A concepção geral do encontro buscou: 1) debater temas fundamentais ao processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários; 2) vivenciar dinâmicas de integração e cooperação; e 3) trocar experiências. Esta seção descreverá as principais atividades propostas na formação e trará algumas reflexões sobre elas.

Para proposição da metodologia do encontro, a ITCP-UFV constituiu uma comissão interna composta por professores, técnicos e estudantes de graduação que ficou responsável por propor a programação e compartilhar com as demais incubadoras para sugestões ou mudanças. Uma das questões importantes nesse processo foi pensar numa atividade formativa que apresentasse questões teóricas para prática das incubadoras e, ao mesmo tempo, possibilitasse a reflexão sobre metodologias e técnicas a serem utilizadas na interação com os empreendimentos incubados. O encontro envolveu formadores de diferentes cursos de graduação e com variadas experiências num processo de imersão que durou dois dias.

Nesse sentido, o encontro buscou privilegiar atividades participativas, oportunizando diálogos e trabalhos em grupos com espaços reduzidos de palestras ou "aulas". Com o foco na cooperação, foram propostas vivências e dinâmicas com objetivo de proporcionar reflexões sobre processos grupais e que poderiam ser realizadas também com os empreendimentos incubados.

Dessa forma, o primeiro momento, depois da apresentação dos participantes, que ocorreu por meio de uma dinâmica, compreendeu a divisão das tarefas coletivas. Foram propostas equipes, denominadas de *brigadas*, responsáveis pelas seguintes funções: 1) Animação (proposição de dinâmicas ao longo da formação); 2) Guardiões/ãs do tempo (controle do tempo

e dos espaços); 3) Relatoria; e 4) Registro fotográfico. Esses grupos tiveram de se organizar ao longo do encontro para exercer suas diferentes funções, o que possibilitou que todos/as, de alguma forma, tivessem alguma responsabilidade na formação. As brigadas foram formadas por integrantes mesclados das três ITCPs, que deveriam se reunir para divisão de suas tarefas. Essa proposta tinha como objetivo a prática do trabalho em grupo e também da autogestão, na medida em que os/as participantes exerciam alguma função ao longo do encontro, o que, para processos de autogestão, peculiares às ITCPs, demonstram-se fundamentais.

Foi possível observar que cada brigada se organizou de forma diferenciada. Algumas conseguiram participação e diálogo entre si e outras apenas alguns formadores se responsabilizavam pelas tarefas. Para muitos participantes, essa foi uma experiência nova e positiva, no entanto, não houve um cuidado durante a programação de destinar um tempo adequado para que cada equipe pudesse se organizar. Da mesma forma, não foram realizadas avaliações processuais que proporcionassem a reflexão sobre o trabalho coletivo e as responsabilidades de cada um com o encontro e seu envolvimento. Uma das sugestões possíveis para outras experiências como essas é, além de proporcionar espaços para o trabalho das equipes, debater coletivamente no início do encontro suas funções. Ou seja, como processo formativo, as brigadas possibilitam uma maior participação e comprometimento com a atividade, mas é importante que, de fato, haja uma priorização de tempo para essa construção.

As equipes das ITCPs tiveram a oportunidade de se apresentar, logo no início do encontro, com intuito de compartilhar seu formato de organização, empreendimentos incubados, projetos acessados e informações sobre seus processos de incubação. Cada incubadora organizou-se previamente para esse espaço e foi possível observar ao longo das exposições semelhanças e desafios próximos e reflexões sobre o que foi apontado.

Algumas questões levantadas ao longo das apresentações foram importantes, especialmente em relação aos processos de "desincubação", aos desafios de alguns segmentos e à participação das incubadoras no movimento de economia solidária. No debate, foi observado que as ITCPs não apresentavam indicadores claros sobre o processo de finalização da incubação, o qual muitas vezes não era acompanhado de uma avaliação mais profunda. Esse ponto apareceu como um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade de maior reflexão metodológica. A discussão dessa questão de forma coletiva merece ser aprofundada em outros encontros ou pesquisas.

Um dos temas tratados, após a apresentação das ITCPs, foi o da economia solidária. Para um debate mais amplo entre os participantes, em princípio, foi apresentada a técnica de *facilitação gráfica*, que se utiliza de elementos visuais para sistematizar conceitos, concepções ou ideias e relatar debates. Foram organizados grupos de trabalho que debateram sobre a temática a partir de questões norteadoras e, depois, produziram relatorias gráficas compartilhadas num segundo momento entre todos/as. Após esse processo, passou-se à sistematização de alguns pontos abordados pelos formadores por um mediador, buscando refletir sobre os desafios da economia solidária e o papel das ITCPs nesse campo.

Outra temática tratada foi a da educação popular, que se apresenta como fundamental para os processos de extensão com empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, foi realizada uma metodologia denominada *Café do Mundo*, em que grupos "visitam" uns aos outros para aprofundar o debate proposto, compartilhando suas primeiras reflexões e acrescentando as demais. Trata-se de uma técnica que possibilita que os participantes contribuam e percebam diferentes perspectivas acerca de determinado tema em um diálogo amplo. Após esse processo, foi realizado um debate mais teórico e conceitual por meio de um mediador, sistematizando os levantamentos registrados pelos grupos.

Considerando que as ITCPs trabalham com empreendimentos econômicos solidários de variados segmentos, um dos espaços de formação compreendeu as ações de cada incubadora com as diferentes experiências. Os participantes foram organizados em grupos relacionados às seguintes áreas: 1) Reciclagem, 2) Artesanato e Saúde Mental; 3) Agricultura Familiar e Agroecologia. Nesse momento, as equipes, a partir de questões norteadoras, relataram suas experiências e debateram soluções e abordagens possíveis.

Ressalta-se que esse intercâmbio foi positivo, pois várias estratégias e experiências compartilhadas contribuíram para a reflexão prática das atividades das ITCPs e seus desafios cotidianos. No entanto, é importante destacar que a presença de representantes dos próprios empreendimentos poderia enriquecer ainda mais o trabalho nos grupos. O tempo dedicado ao espaço também não foi adequado, e o compartilhamento das discussões das equipes com o restante dos participantes não possibilitou o debate mais aprofundado.

Durante o encontro de formação, buscou-se privilegiar espaços e momentos culturais, vivenciados por meio de atrações organizadas para se apresentarem, especialmente nos períodos da noite, assim como por intervenções artísticas e oficinas. Destacam-se a intervenção sobre diversidade sexual e a oficina de teatro do oprimido. Outro espaço vivencial compreendeu o clube de trocas em que os participantes puderam assimilar a dinâmica desse tipo de organização e seus princípios. Tratou-se, portanto, de uma tentativa de incorporar a arte e a cultura nos processos de formação, assim como vivências e espaços de diálogo.

Após esse momento, para fechamento das atividades ao longo do encontro, foi realizado um balanço sobre o papel das ITCPs na sociedade e a formação de formadores nesses processos, seguido de uma avaliação do encontro. Observou-se que a percepção dos participantes foi positiva com várias sugestões para os próximos espaços, assim como propostas para ações coletivas mais concretas.

4. Considerações finais

A experiência de formação em rede entre as ITCPs da UFV, Ufop e UFVJM possibilitou levantar alguns pontos importantes que devem ser levados em consideração no processo de formação de formadores em Rede. Um primeiro ponto que se levanta relaciona-se à importância do intercâmbio entre os formadores sobre as suas práticas e a possibilidade de reflexão teórica geradas a partir delas. Da mesma forma, os espaços de autogestão, das brigadas, de dinâmicas e metodologias participativas vivenciadas pelos formadores, e refletidas teoricamente durante o processo formativo, são fundamentais para serem incorporados e desenvolvidos junto aos empreendimentos nos processos de assessoria e acompanhamento. Ou seja, não se ensina educação popular e metodologia participativa com uma perspectiva de educação bancária; é necessário que a própria formação acerca dessas temáticas incorpore os pressupostos da educação popular, da auto-organização dos membros e de estabelecer processos dialógicos.

A interação entre diferentes áreas do conhecimento também foi marcante, pois possibilitou, a partir dos desafios apresentados pelos formadores nos processos de intervenção social junto aos grupos, a necessidade da reflexão teórica sobre as experiências, o aprofundamento técnico acerca das atividades econômicas estabelecidas pelos grupos.

Talvez o grande desafio apontado tenha sido a participação de membros de empreendimentos de economia solidária nos processos de formação de formadores. Ainda é um desafio para as universidades e para as ITCPs compreender os atores sociais envolvidos nos empreendimentos como educadores populares. Por mais que se utilizem metodologias participativas nos processos de assessoria, ainda é incipiente membros de empreendimentos se envolverem como educadores na formação dos estudantes, professores e técnicos das ITCPs.

Outro desafio é estabelecer processos e instrumentos de avaliação e monitoramento do resultado gerado pela intervenção proporcionada pelas ITCPs. Os processos formativos em

redes também necessitam de acompanhamentos e diálogos em rede, ou seja, é fundamental que o aprofundamento acerca dos resultados gerados pelas práticas pedagógicas, construídas coletivamente, seja compartilhado e analisado na perspectiva da ação-reflexão-ação.

Referências

BARROS, Carlos Juliano. Rede solidária: universidades atuam na formação e capacitação de cooperativas. **Revista Problemas Brasileiros**, jul./ago. 2003.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula Paes. "Quem educa os educadores?" A autogestão e os processos de formação nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 52-66, 2010.

CORAGGIO, José Luis. Introducción. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia**: contribuiciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 17-57.

D'AROZ, Marlene Schüssler; PANHOCA, Luiz; DOZSA, Denys. **Reflexões acerca da experiência de bolsistas egressos de um Programa de Extensão Universitária**, 2015. Disponível em: <http://www.itcp.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-1-REDESITCPS-Salvador1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/daniel%20 sucupira/Downloads/PNEU.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.phpoption=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 maio 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Alan Ferreira; FREITAS, Alair Ferreira; DIAS, Marcelo Mina. Desafios Metodológicos na Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 5, n. 8, p. 53-61, out. 2009.

ITCP/Unicamp. **Gepes**. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/q=node/213>. Acesso em: 13 nov. 2015.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º set. 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-18.

OLAVE, Maria Elena León; NETO, João Amato. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão & Produção**, v. 8, n. 3, p. 289-303, dez. 2001.

PASQUALETO, Kellen Cristine; GOMES, Gilmar Godoy. **Relações com os saberes**: processo de formação nas incubadoras de economia solidária de Porto Alegre-BR e Região Metropolitana. Disponível em: <http://incubadoras.eita.org.br/system/files/relacoes_com_os_saberes_resumo_procoas_final.doc>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de (Org.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

ZECH, Dante Luiz; MARTINS, Franciane Préza; SILVA, Kauany Thais Nogueira; CARNEIRO, Leandro Marcondes; D‘AROZ, Marlene Schüssler; DOZSA, Denys. A ITCP e a produção do conhecimento como ferramenta para o desenvolvimento de comunidades. **Revista Académica PROCOAS-AUGM**, v. 1, ano 4, 2012. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/PROCOAS-AUGM/article/view/2846>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Núcleo de desenvolvimento tecnológico: um estudo baseado em uma análise de relação e contribuição da Tecnologia de Informação e Comunicação na Economia Solidária

Alexandre Magno de Sousa
Bárbara Chesman Almeida
Guilherme Henrique de Magalhães
Júlio Cesar dos Santos Simião
Mateus Oliveira dos Santos

Resumo

João Monlevade está situada na região do Vale do Aço e possui caráter fortemente siderúrgico, principal base da economia local. Todavia, tal característica favorece apenas uma parcela da população. Nesse cenário, a economia solidária surge como uma alternativa à economia local, sendo fundamentada na autogestão, na solidariedade e na valorização do ser humano. Diante de tal conjuntura, o presente artigo tem como objetivo descrever a experiência do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico e realiza uma análise da relação e contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Economia Solidária no processo de desenvolvimento local. O estudo para a realização do artigo tem como base metodologias de dialogicidade, pesquisa bibliográfica, análise documental e visitas aos empreendimentos, realizadas por meio da metodologia de pesquisa e ação. Após a análise, é elucidado a importância do núcleo para o fortalecimento e o desenvolvimento socioeconômico

da comunidade e para a amplificação de formas alternativas de economia e geração de renda.

Palavras-chave: Economia solidária, Tecnologia de Informação e Comunicação, Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico e desenvolvimento local.

1. Introdução

A cidade de João Monlevade pertence à região do Médio Piracicaba em Minas Gerais, que está situada na região do Vale do Aço, onde se encontram importantes empresas do setor siderúrgico, o que faz com que esse setor seja a principal base da economia regional. O sistema econômico vigente no mercado atualmente é o capitalismo, e, apesar de todo o crescimento econômico na região do Vale do Aço proporcionado pela siderurgia, esse sistema deixa de lado as necessidades da população para beneficiar apenas um pequeno grupo. Isso faz com que grande parte da população seja discriminada, pois promove o acúmulo de riquezas e poder, além do senso de individualismo. Assim, a população é forçada a procurar meios para superar suas dificuldades econômicas oriundas do capitalismo.

Em contraste com esse sistema dominante, surge a economia solidária, que é pautada em um conjunto de práticas fundamentadas nas relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como finalidade da atividade econômica. Segundo Singer (2002a), a economia solidária desempenha um papel importante no equilíbrio da economia regional e do país, pois dá à população mais carente a oportunidade de se inserir novamente no mercado e, principalmente, na sociedade.

Para Veraszto *et al.* (2008), a tecnologia é conjunto organizado e sistematizado de distintos conhecimentos, científicos, empíricos e intuitivos. Diante disso, a tecnologia é um elemento fundamental para o desenvolvimento tecnológico que garante e

promove sustentabilidade aos bens e serviços produzidos pela economia solidária.

Diante desse cenário, o Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico (NDT), vinculado à Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop), foi criado com o propósito de promover o desenvolvimento local a partir dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da cidade de João Monlevade e atender às demandas de tecnologias desses EES e da Incop.

Este artigo tem como objetivo geral descrever a experiência do NDT, realizando uma análise da relação e da contribuição da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na economia solidária (ES). Os objetivos específicos são caracterizados pela descrição da idealização e dos aspectos que culminaram na criação do núcleo; pela caracterização da importância e dos impactos do núcleo para a comunidade local e para a Incop; por conseguinte, pela pormenorização das políticas e dos instrumentos de ações desenvolvidas pelo núcleo que visam ao fortalecimento de atividades socioeconômicas de João Monlevade.

O restante do trabalho está estruturado conforme descrito a seguir. Inicialmente, segue-se com uma exploração conceitual da fundamentação teórica na próxima seção. Posteriormente, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para consecução do objetivo proposto no item 3. O item 4 descreve a caracterização do NDT, bem como a metodologia de trabalho, as dificuldades e as limitações, os avanços e as conquistas. E, por fim, as conclusões são apresentadas no item 5.

2. Fundamentação teórica

O referencial teórico apresentado nesta seção tem como finalidade possibilitar uma fundamentação consistente e norteadora acerca de um embasamento da literatura já publicada sobre o tema. A seguir, são realizadas análises sobre as seguintes temáticas: economia solidária (subseção 2.1), tecnologias sociais

(subseção 2.2), tecnologia de informação e comunicação (subseção 2.3), desenvolvimento local (subseção 2.4).

2.1. Economia solidária

As atividades desenvolvidas no núcleo são elaboradas com base no princípio da economia solidária. Sendo assim, faz-se necessário compreender o conceito sobre esse conjunto de atividades econômicas.

Os conceitos e objetivos da economia solidária são discutidos por diversos autores (GAIGER, 2009; MAGRO e COUTINHO, 2008; MAGALHÃES e TODESCHINI, 2009; SANTOS, 2000; RUFINO, 2005; SINGER, 2002a; SINGER, 2002b). Tais autores pressupõem que esse sistema socioeconômico apresenta-se como alternativa a milhares de trabalhadores que buscam alterar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho, valorizando a cooperação e a solidariedade por meio de mecanismos de democracia participativa e de autogestão.

Singer (2002a) aponta diferenças entre a economia capitalista e a economia solidária, baseando-se na maneira como as organizações são conduzidas. A economia capitalista utiliza-se da heterogestão, em que a administração é hierárquica. Na economia solidária, pratica-se a autogestão; nesse caso, a administração é democrática.

O modelo econômico vigente na sociedade é o capitalismo e, dessa forma, apresenta processos contraditórios, como a exclusão de trabalhadores, exigindo assim criações de condições para sua superação por meio de ações de união e solidariedade de partes menos favorecidas por esse sistema tradicional.

Conforme Curi Filho *et al*. (2015), a solidariedade mostra-se com uma alternativa plausível, para além da exclusão, muito embora ela seja tecida no marco das condições contemporâneas do sistema de produção capitalista. Nessa perspectiva, é fundamental o aprendizado em seu movimento contraditório, buscando especificar como a classe que vive do trabalho vem produzindo sua existência a partir dessa conjuntura.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é instrumento importante de fortalecimento e consolidação do movimento da economia solidária. Segundo o FBES (2015), o fórum é um ambiente de articulação e diálogo entre variados atores e movimentos sociais para a edificação da economia solidária. Entre os segmentos de representação estão os fóruns locais (estaduais, microrregionais e municipais).

A economia solidária é amparada em seu arcabouço pelo trabalho, pela educação popular e pelo desenvolvimento. Sendo assim, o trabalho é "a expressão do produto da união entre a natureza e o homem, realizando um naturalismo no próprio homem e um humanismo na própria natureza" (NETO, 2004, p. 70).

A economia solidária é uma resposta a favor da inclusão social, assim como é uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda. Para Curi Filho *et al.* (2015), o trabalho diante dos princípios da economia solidária caracteriza-se como agente central em sentido ontológico e não simplesmente como mera expressão do capitalismo que reduziu o trabalho ao emprego assalariado. Na autogestão, o trabalho é evidenciado na sua forma mais autêntica, cujo trabalhador é um ser livre e criativo – age na natureza transformando-a.

Segundo Calixto (2009), a educação popular é um método de alteração social, que considera os saberes prévios de determinado povo e a sua realidade cultural na elaboração de novos conhecimentos. O autor destaca que a educação popular é um complexo desejo de saber que interliga dimensões da elaboração dialógica, no coletivo cognoscente, sem descartar a singularidade do sujeito e sua subjetividade.

A educação popular e o trabalho são agentes que contribuem para o desenvolvimento da ES, sendo que a educação popular mobiliza pessoas com o propósito de transformar a população local, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para promover a melhoria das condições de vida, e o trabalho se evidencia como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica.

Os EES são grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da ES. Esses empreendimentos possibilitam a reinserção de determinados grupos de trabalhadores no mercado de trabalho, minimizando a condição de pobreza proveniente do sistema capitalista. Entretanto, Razeto (2002) relata que os EES trabalham e gerenciam os seus processos com recursos restritos, saber fragmentado, baixa tecnologia e capacidade de gestão apenas intuitiva.

2.2. Tecnologias sociais

A Tecnologia Social (TS) é o uso de princípios científicos para produzir avanços na área social, atingindo um nível máximo de desenvolvimento, com produção em massa. Vale, Jorge e Benedetti (2005) destacam que a TS é um conjunto de metodologias, técnicas, processos ou produtos que podem ser reproduzidos com facilidade, baixo custo e propagadas em uma escala que se entenda comumente por parte de uma comunidade, tendo em vista, fundamentalmente, que as soluções sejam reaplicáveis e que garantam um impacto social.

Fernandes e Maciel (2010) destacam que a TS é a plataforma cognitiva da ES, como uma proposta societária, radicalmente distinta do capitalismo, capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. Logo, é uma proposta inovadora de desenvolvimento (econômico ou social), considerando a participação coletiva em seu processo de organização, desenvolvimento e implementação, e busca sempre a valorização do trabalhador.

Para Novaes e Dias (2009), a tecnologia social deve ser adaptada para pequenos produtores e consumidores, e não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores, mas ser orientada para a satisfação das necessidades humanas.

Ao avaliar os impactos das Tecnologias Convencionais (TC) nos EES, de acordo com Rutkowski (2005), percebe-se que não existem problemas só no seu uso, mas também em sua natureza,

porque ela mantêm e promovem os interesses dos grupos dominantes, além de possuírem a conotação simbólica de defensoras e propagadoras dessa sociedade. Isso demonstra a relação com a ideia de que, para atenuar as disparidades sociais oriundas do processo histórico do capitalismo no Brasil, deva se propiciar uma dialética entre os parâmetros da ES e a inserção do uso das novas tecnologias sociais para amparar os empreendimentos solidários existentes.

O surgimento do termo TS no Brasil e a articulação de forma sólida na sua construção podem ser datados no início da última década. Reforça Dagnino (2010) que desse processo participam atores preocupados com a crescente exclusão social, a precarização e a não formalização do trabalho, e compartilhavam a percepção perturbadora, mas difusa de que era necessária uma tecnologia que correspondesse aos seus propósitos. Para o mesmo autor, a TS tem se tornado a principal impulsora das atividades sociais geradoras de emprego e renda para várias classes das organizações do trabalho. Sua influência tem sido fundamental para dissociar a desigualdade que se faz tão presente e a exclusão das massas trabalhistas que sofrem pelo atual sistema econômico.

Ao compartilhar essa percepção, é possível concluir e explicitar que, por meio das incubadoras de projetos sociais, pode se dar o processo da própria construção, emancipação e multiplicação das TS, uma vez que seja entendido que cabe às incubadoras e aos empreendimentos por elas incubados a função de difundir os princípios praticados, tanto pela economia solidária como pela própria necessidade da criação de técnicas e soluções, nos quesitos tecnológicos e didáticos para a resolução dos problemas que ferem os grupos menos favorecidos social e economicamente. Ou seja, é necessário o emprego da TS como forma de intervenção para sanar tais problemas. Assim, por meio de estratégias definidas junto com os empreendimentos, pode-se propiciar o aumento da renda, da qualidade de vida, do empoderamento, das tecnologias sociais e do crescimento conjunto e autossustentável.

2.3. Tecnologia de Informação e Comunicação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) podem ser classificadas como ferramentas que utilizam um conjunto de recursos tecnológicos entre si, e sua utilização promove a automação e a comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem, além de alterar a relação entre as pessoas.

De acordo com Pereira e Silva (2010), as TIC podem ser consideradas um dos fatores mais importantes para as profundas mudanças no mundo e, com a dinâmica da inovação, tornam-se imprescindíveis para a economia global e o seu desenvolvimento.

TIC são importantes ferramentas na promoção da inclusão digital, da melhoria do ensino e do desenvolvimento social e econômico. São exemplos de tecnologias: Internet, *e-mail*, listas de discussões, *streaming*[8], *podcasts*[9], além de outras ferramentas que possibilitam a melhoria na comunicação entre pessoas e organizações, e no aperfeiçoamento de processos. Warschauer (2006) diz que o acesso às TIC constitui uma condição-chave e necessária para a superação da exclusão social na sociedade da informação.

A Unesco (2015) acredita que as TIC podem auxiliar no acesso universal da educação, na igualdade na educação, na qualidade de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento profissional de docentes, bem como para melhorar a gestão, a governança e a administração educacional. O exemplo mais claro sobre a utilização dessas tecnologias na educação é o ensino a distância (EAD).

Assim como na educação, as TIC representam um papel muito importante na promoção da inclusão social e na gestão do conhecimento. De acordo com Albagli (2006, p. 21), a utilização

---

8 *Streaming* é uma tecnologia que envia informações multimídia, por meio da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a internet (e.g., *Youtube*).

9 *Podcast* é uma forma de publicação de arquivos de mídia digital pela internet, que permite aos utilizadores acompanhar a sua atualização.

dessas tecnologias também apresenta o desafio de não gerar exclusão social:

> Informação e conhecimento são socialmente moldados e constituem elementos importantes no binômio inclusão-exclusão social. O desenvolvimento de novos meios técnicos de tratamento e comunicação da informação viabiliza conexões em tempo real e em escala planetária, estabelecendo redes de integração, mas também de exclusão. Ao mesmo tempo em que novos meios técnicos, a partir das modernas tecnologias de informação e comunicação, permitem um maior e mais ágil intercâmbio de informação, também se impõem novas barreiras políticas, econômicas e institucionais à integração de segmentos sociais e regiões marginalizados, no novo padrão.

A partir desse desafio, são necessárias políticas públicas como instrumentos que visam garantir que as TIC sejam efetivamente métodos de inclusão social e de desenvolvimento, e não de exclusão e retrocesso.

Na obra de Takahashi (2005), é elucidado que a exclusão digital decorre da exclusão social. Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e Comunicação têm um grande papel na educação, pois oferecem aos alunos ferramentas que são ao mesmo tempo úteis e divertidas, tendo também importância para a geração de renda e trabalho, porque capacitam os possíveis trabalhadores e melhoram os processos internos das organizações.

A metodologia apresentada no trabalho mostra que compete ao governo o papel fundamental na resolução do problema de inclusão social e que deve ser o principal responsável por executar os quatro objetivos sugeridos: 1º) recursos materiais e humanos; 2º) diretrizes e prioridades; 3º) mecanismos de ação; e, por fim, 4º) perseverança na execução.

No estudo realizado por Conceição e Pereira (2009), o objetivo geral é analisar a influência das TIC no processo de desenvolvimento local e os impactos relacionados ao uso dessas novas tecnologias na relação entre as pessoas. A partir disso, a metodologia utilizada foi a realização de um estudo de caso na zona rural do Paraná, na cidade de Pitangueiras, onde foi proposta a instalação de cinco torres para distribuição do sinal de internet. Essa instalação contribuiu para que a comunidade rural fosse inserida na era digital e propiciou a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Esses estudos se relacionam com o trabalho executado pelo NDT, pois promovem a inclusão digital e utilizam as ferramentas das TIC para auxiliar no desenvolvimento local e no auxílio dos processos internos dos EES.

2.4. Desenvolvimento local

O desenvolvimento local, por vezes relacionado apenas ao desenvolvimento econômico local, tem sido estudado sob uma nova perspectiva, que abrange demasiada pluralidade. Segundo Pinto (2014), tal pluralidade deve-se ao fato de o desenvolvimento local dar-se por intermédio de pessoas, que são dinâmicas e estão em constante processo de mudança e criação, e que se unem por um bem comum a elas e às suas gerações futuras. Conforme Paula (2008), esse novo conceito pressupõe que o crescimento econômico é necessário, mas não é por si só suficiente para promover o desenvolvimento.

Devido à ampla discussão sobre como definir o conceito de desenvolvimento local e às discordâncias entre as linhas de raciocínio capitalista e solidário, é adotada uma abordagem em que o desenvolvimento local é baseado em questões socioeconômicas com uma perspectiva política, social e cultural, e não apenas para parâmetros de geração de renda e crescimento econômico.

> [...] um sistema de valores e de pensamento homogêneo condicionam os principais aspectos da vida local. Paralelamente a esse sistema de valores, desenvolveu-se um conjunto de instituições, normas e regras destinadas a propagar esses valores a todo o distrito, estimulando sua adoção e a transmissão de geração em geração. Essas instituições incluem não só o mercado, a escola e a Igreja, como também as autoridades e organizações políticas locais, além de inúmeras outras instâncias das esferas públicas e privadas, em termos econômicos, políticos, culturais, religiosos e de solidariedade social. Para que tais dinâmicas sociais possam funcionar sem obstáculos, as instituições que integram o distrito devem, quando possível, respeitar o mesmo sistema de valores e regras. Isso não elimina os conflitos de interesse entre seus diversos membros, nem retira a consciência deles, mas institui esses conflitos num contexto de superioridade do interesse comunitário como princípio base interiorizado pelo conjunto da sociedade de determinado território (BACATTINE, 1994, p. 564).

Fundamentado nos conceitos apresentados de desenvolvimento e correlacionando esses conceitos aos modelos de trabalho e de ideologia da Incop e do NDT, o desenvolvimento local se dará quando estiverem alinhados o crescimento econômico, o desenvolvimento humano, social e sustentável, respectivamente, e, assim, a economia local crescerá, a vida das pessoas melhorará, o coletivo se desenvolverá e as gerações presentes e futuras terão possibilidades iguais de usufruir de um bem comum.

Com o intuito de promover ações de apoio à economia solidária, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Departamento de Qualificação Profissional (SPPE/

DEQ) elaborou um Termo de Referência que propõe a criação de planos, projetos e ações de qualificação social e profissional voltadas para o fortalecimento da economia solidária e como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável (MTE, 2005).

Diante dos conceitos e fundamentos apresentados no referencial teórico e realizando-se uma análise da relação entre os temas de economia solidária, tecnologias sociais, tecnologias da informação e comunicação e desenvolvimento local, observa-se que a economia solidária, hoje atuante em nível nacional, contribui de forma pontual em nível local, dada a sua importância para a economia e a valorização humana.

As tecnologias sociais, intrinsecamente relacionadas à ideologia da ES, promovem ferramentas que visam desenvolver economicamente um grupo sem exploração. Nesse contexto, as TIC constituem-se como ferramentas essenciais para o aperfeiçoamento dos processos de comunicação, gestão e organização da informação por meio da informatização. Além disso, as TIC auxiliam no processo de ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento, contribuindo assim com o desenvolvimento local.

Segundo Martins, Vaz e Caldas (2010), o desenvolvimento local é um processo baseado na metodologia participativa e contribui para a mudança da realidade local. Para que isso aconteça, é necessária a implementação de ações, como a adoção de TIC para a automação e a melhoria dos processos internos de determinado empreendimento. Além disso, é importante destacar que todos os membros devem ter autonomia e participação na tomada de decisões durante a elaboração das ações.

A análise dos conceitos de economia solidária, tecnologias sociais, tecnologias da informação e comunicação, e desenvolvimento local apresenta-se como pilar para a sustentabilidade e o desenvolvimento das atividades do NDT.

3. Procedimentos metodológicos

A conduta metodológica pragmática proposta pelo NDT tem como base a análise documental e visitas *in loco* aos empreendimentos, sempre sob o arcabouço da pesquisa-ação. Nesse contexto, são feitos esforços para que as ações se consolidem na perspectiva da economia solidária. Além disso, considerando o aspecto de territorialidade dos empreendimentos assistidos, há a inclusão da temática do desenvolvimento local enquanto princípio de trabalho, o qual permite maior desenvolvimento dos grupos, do mesmo modo que uma maior interação com seu entorno.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de buscar o conhecimento teórico para desenvolver as análises, os argumentos e as observações, notadamente sobre os princípios da economia solidária, e o alinhamento desse conceito com o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação na comunidade local, com a tentativa de, a partir dessa etapa, definir as metodologias de trabalho adequadas para atingir o objetivo proposto. Em um segundo momento, procedeu-se à coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas, formatadas conforme a literatura pesquisada.

As ações desenvolvidas incluem, principalmente, ferramentas de TIC e TS baseadas em metodologias de dialogicidade. Para competência técnica dos discentes, foram realizados treinamentos em TIC, o que permitiu dar sequência ao desenvolvimento do Portal Solidário e do *software* de gestão no primeiro ano do NDT. Com relação às TIC, a inclusão digital dos atores sociais envolvidos é promovida mediante a análise das demandas dos empreendimentos. Ferramentas de *backup*, gestão de processos administrativos e financeiros também foram implantadas com intuito de melhorar processos internos dos empreendimentos. Atividades de formação e palestras sobre ES, autogestão, cooperativismo e associativismo foram ministradas em caráter de conscientização dos envolvidos e para

alguns alunos do Ensino Médio das escolas públicas do município de João Monlevade.

As atividades tecnológicas implementadas sob a ótica das TIC são acompanhadas de maneira especial acerca de suas consequências, sua aplicação sobre o empreendimento, os pontos positivos e negativos que impactam e sua viabilidade. Ao chegar ao fim de sua execução, as atividades são avaliadas para saber quais foram os resultados, se o problema foi ou não resolvido e se será necessária a repetição da última atividade, ou a aplicação de outra.

A articulação e o desenvolvimento dos objetivos propostos são consolidados por meio de reuniões semanais pela equipe do NDT. Ao final de cada atividade, são realizadas uma avaliação para reflexão e uma análise das ações, seus resultados e impactos, assim com a necessidade ou não de replanejamento. Além das avaliações intermediárias, ao final do plano de ação de cada ano são realizadas também uma análise global de todas as ações e a geração de um relatório de atividades final.

4. Caracterização do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico (NDT) da Incop

O NDT é composto por uma equipe de natureza multidisciplinar, contando com discentes das seguintes áreas de formação: Sistemas de Informação, Engenharia de Computação e Engenharia de Produção. A equipe é orientada por um docente do Departamento de Computação e Sistemas (Decsi) do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (Icea) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Portanto, o núcleo apresenta caráter interdisciplinar, uma vez que também contém como área temática o trabalho e as ciências econômicas e administração.

4.1. Metodologia de trabalho do NDT

A metodologia desenvolvida no NDT valoriza a troca de conhecimentos entre discentes, docentes e os atores sociais dos empreendimentos, junto à comunidade local. Desse modo, a metodologia de trabalho aplicada pelo NDT é fundamentada nos seguidos aspectos:

- Construção da fundamentação teórica, com capacitação dos discentes envolvidos em autogestão, associativismo e cooperativismo, e nos pilares da ES por meio de estudos e pesquisa;
- Estudos das informações levantadas sobre os perfis dos empreendimentos envolvidos com a Incop, assim como os grupos sociais inseridos em cada empreendimento;
- Realização de palestras e *workshops* (cursos de formação, oficinas e laboratórios) para capacitação dos atores sociais de cada empreendimento;
- Visitas *in loco* para realização de reuniões, acompanhamento dos empreendimentos e levantamento das demandas;
- Elaboração de instrumentos de avaliação para acompanhamento das atividades do projeto;
- Capacitação tecnológica em TIC por meio de formações para os discentes;
- Divulgação dos produtos e serviços dos empreendimentos no Portal Solidário para ampliação das fronteiras de mercado;
- Levantamento dos processos internos de cada empreendimento para inserção de ferramentas de auxílio por meio do uso de TIC;
- Fortalecimento de parcerias com os meios de comunicação tradicionais (jornais e rádios) para divulgação das atividades e eventos do projeto;
- Reuniões semanais para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho.

Essas ações definidas como metodologia de trabalho contribuem para os integrantes do núcleo no desenvolvimento de

novas habilidades. As atividades realizadas em equipe estimulam a interação, o diálogo e a troca de experiências para a construção do conhecimento. A partir da identificação de necessidades e da vivência junto à realidade do município, os discentes complementam a sua formação acadêmica.

4.2. Limitações e dificuldades

Dentre o escopo das ações desenvolvidas pelo NDT, algumas atividades merecem uma avaliação no que tange aos aspectos de limitações e dificuldades. Por meio do Portal Solidário (disponível em: <www.portalsolidario.ufop.br>), *site* desenvolvido pelo NDT e elaborado com o objetivo de aumentar as oportunidades de comercialização e serviços dos EES, são divulgados os produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos, os eventos de capacitação e as atividades relacionadas ao projeto.

Com relação ao portal, as principais dificuldades enfrentadas foram ampliar o seu uso e divulgação, pois ainda não existe uma plataforma de gerenciamento de conteúdo para a autonomia dos empreendimentos.

O NDT realizou uma pesquisa por meio da aplicação de questionários nos empreendimentos assistidos, com a qual foram constatadas algumas informações relevantes. Dos 15 empreendimentos entrevistados, 80% possuem mais de cinco anos de existência, entretanto, 43% desses empreendimentos possuíam parceria com outros empreendimentos. Com relação aos principais espaços de comercialização, 36% dos empreendimentos relataram que efetuam a entrega direta aos clientes; 20% disseram que realizaram a comercialização em lojas ou espaços próprios; 16% argumentaram que comercializam em feiras livres; 8% em feiras e exposições eventuais/especiais; 4% em espaços de venda coletivos; 4% em feiras de economia solidária e/ou agroecologia; e 12% em outros locais.

A partir dessa análise, foi diagnosticado que os empreendimentos necessitavam melhorar a forma coletiva de comercialização, como na aquisição de matéria-prima e insumos. A

articulação com outros empreendimentos precisava ser aprimorada com a finalidade de promover a troca de conhecimentos, bem como a aquisição de recursos e parcerias para a elaboração de novos produtos ou serviços.

No que se refere à participação em fóruns, apenas 53% dos empreendimentos relataram que participam desse tipo de evento. Sendo assim, o núcleo constatou que os empreendimentos necessitavam de um maior envolvimento nos fóruns municipais, regionais e estaduais, pois os fóruns são órgãos importantes para fomentar políticas públicas. Com a obtenção dessas informações, a equipe passou por um processo de limitação evidenciada no planejamento de ações que tinham como propósito criar atividades para minimizar as dificuldades identificadas na pesquisa.

Para a comunidade local de João Monlevade, foram aplicados 58 questionários para verificar como a população do município obtém conhecimento sobre economia solidária. A partir do levantamento dos dados, o núcleo averiguou que, entre os entrevistados, os meios de comunicação com que a comunidade adquiriu algum conhecimento sobre a economia solidária foram os seguintes: jornais (22%); amigo/conhecido (22%); TV (13%); palestra (13%); Incop/Ufop (13%); internet (9%); rádio (4%); e panfleto informativo (4%). Porém, o resultado mostra que a difusão do conhecimento em economia solidária ainda é limitado para uma pequena parcela dos entrevistados.

Diante de tal cenário, os membros tiveram que elaborar capacitações com a perspectiva de evidenciar que a economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra.

Uma dificuldade identificada nos EES é a falta de recursos para atender às demandas de tecnologias. Por serem empreendimentos de pequeno porte, a minoria utiliza tecnologia nas organizações e, assim, o NDT buscou nesses empreendimentos ministrar cursos de informática básica, para auxiliar na melhoria dos

processos e facilitar algumas atividades dos processos internos dos empreendimentos.

Na mesma vertente, o núcleo enfrentou limitações no desenvolvimento de um *software* para o empreendimento denominado Bom Samaritano. Esse empreendimento de caráter filantrópico tem como atividades principais a recuperação e a reintegração de jovens e adultos portadores de dependência em alcoolismo ou toxicomania. Durante a criação do *software*, foram identificadas limitações como a dificuldade de agendamento de reuniões com a responsável do empreendimento para facilitar no desenvolvimento do *software* e nas necessidades requeridas do empreendimento.

Com relação à seleção de novos membros para a equipe, encontrar discentes com o perfil tecnológico e social para atuar no núcleo é uma das grandes dificuldades, tendo em vista que o *campus* conta com cursos em tecnologia de informação, tais como Engenharia de Computação e Sistemas de Informação. Para tentar amenizar essa situação, foram ministradas palestras nas salas de aula divulgando as atividades desenvolvidas pelo NDT e pela Incop com o objetivo de incentivar a participação dos discentes em projetos desse tipo.

4.3. Avanços e conquistas

O treinamento de inclusão digital para os empreendimentos assistidos foi realizado para um público-alvo com diferentes níveis de escolaridade. Durante o curso, foi identificado que alguns participantes necessitavam de cuidados especiais, disponibilidade de tempo para a realização de exercícios e a necessidade de repetir palavras e conceitos para melhor fixação. Em contrapartida, foi necessário programar as aulas para horários acessíveis à turma e ter um ambiente para a hora do intervalo, como forma de socialização entre os alunos participantes da capacitação. Diante disso, a equipe do NDT passou por um processo de preparação e adaptação para lecionar as aulas para esse público.

A ministração de palestras e formações (economia solidária, autogestão, cooperativismo e associativismo) foi um instrumento primordial de contato com a comunidade local. Os eventos foram centrados para aproximadamente 800 alunos de quatro escolas do Ensino Médio da rede pública da cidade de João Monlevade e para empreendimentos relacionados com a temática da economia solidária.

As atividades de capacitação para os empreendimentos permitiram reflexões, críticas e superação de desafios socioeconômicos, dando início a um processo de aperfeiçoamento e consolidação das atividades de geração renda.

Durante o desenvolvimento das atividades do NDT, foram aplicados 158 questionários para os alunos do Ensino Médio da cidade de João Monlevade. Os questionários eram aplicados antes do início das formações. A partir disso, o núcleo constatou que, entre os alunos entrevistados, 29% possuíam alguma ideia sobre a economia solidária e 71% não possuíam nenhum conhecimento sobre o assunto. Sendo assim, as formações ministradas para os alunos caracterizam-se como uma metodologia de capacitação e disseminação do conhecimento, bem como serviram como métodos de conscientização dos grupos (escolas do Ensino Médio), evidenciada pela importância social e contribuição da valorização do ser humano.

A criação do Portal Solidário propiciou pesquisas sobre tecnologias da informação e comunicação, ferramentas e recursos tecnológicos. Esse meio é um importante canal de comunicação para a divulgação das atividades do projeto (cursos, formações e palestras dos empreendimentos locais e regionais e também da economia solidária).

A articulação com o Fórum de Economia Solidária do Médio Piracicaba promoveu interações com os EES da região e facilitou o contato e o desenvolvimento das atividades com tais organizações.

O envolvimento com a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares contribuiu com o desenvolvimento da atividade, pois possibilitou o compartilhamento,

a discussão e o aperfeiçoamento de metodologias de trabalho, trocas de experiências e debate sobre a economia solidária entre as instituições que integram a rede.

Por meio dos encontros promovidos em conjunto entre os membros do NDT e da Cáritas Diocesana de João Monlevade, entidade que discute os assuntos pertinentes à economia solidária, foi possível um maior desenvolvimento dos objetivos deliberados pelo núcleo, como a articulação dos EES com os fóruns de ES, dentro dos princípios da economia solidária.

Para disseminar a ideologia do núcleo, foram realizadas apresentações em alguns eventos regionais e nacionais: participação no II Seminário de Metodologias de Incubação da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop/Ufop), com o intuito de promover a ação extensionista desenvolvida por meio do projeto; IV Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e II Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária, com o objetivo de relatar e apresentar as atividades desenvolvidas no projeto.

5. Considerações finais

O presente artigo elucidou a experiência do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico da Incop/Ufop por meio de uma abordagem teórica e dos aspectos práticos vivenciados pela equipe que, dessa forma, realizou uma análise da relação e da contribuição da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na economia solidária (ES).

A sociedade sofre inúmeras e rápidas mudanças diariamente, impulsionadas pelas inovações tecnológicas. Diante disso, a ES apresenta-se como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda. A TIC e ES estão relacionadas, pois ambos os conceitos visam a valorização do indivíduo, sendo que a TIC é voltada para a inclusão digital e a ES, para a inclusão social.

Entretanto, é válido destacar que as TIC podem gerar resultados positivos ou negativos, dependendo da sua utilização.

Para que a TIC tenha contribuição na ES, de forma positiva, é necessária a união de discentes, docentes e os atores sociais dos empreendimentos. Para tanto, é importante que o discente tenha domínio sobre as tecnologias existentes e sua utilização na prática, o que exige, necessariamente, uma boa formação acadêmica; que o docente tenha motivação para aprender e inovar em sua profissão e que os atores sociais dos empreendimentos possam atualizar-se diante das mudanças e dos avanços tecnológicos.

A idealização dos aspectos que culminaram na criação do núcleo foi traçada a partir de estudos bibliográficos. A importância dos impactos do núcleo para a comunidade local e a Incop foram especificados pela caracterização do NDT, bem como os principais avanços e conquistas, além das limitações e dificuldades demonstradas no desenvolvimento do trabalho.

A aplicação de políticas e instrumentos de ações desenvolvidas pelo núcleo com o intuito de fortalecer as atividades socioeconômicas de João Monlevade foi alcançada com fundamentações pautadas na economia solidária, implementando ações de intervenção nos empreendimentos em nível organizacional por meio de ferramentas de TIC e de tecnologias sociais.

Para a consolidação das atividades, foram utilizadas metodologias baseadas em análise documental e em visitas nos empreendimentos, com base no arcabouço metodológico da pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica é fundamental, pois se caracteriza como instrumento essencial pela busca do conhecimento teórico para desenvolver as análises, os argumentos e as observações. As reuniões periódicas e as avaliações realizadas pela equipe apresentam-se como parâmetro de reflexão e análise das ações, seus resultados e impactos, assim com a necessidade ou não de replanejamento.

Durante a concepção do trabalho desenvolvido pelo NDT, foram constatadas limitações de recursos tecnológicos e físicos para a aplicação de atividades de capacitação, desenvolvimento do *software* para o empreendimento Bom Samaritano e ampliação

do uso e divulgação do Portal Solidário. A equipe enfrentou desafios com treinamento de inclusão digital para diferentes níveis de escolaridade, faixas etárias e a falta de demandas por tecnologias nos empreendimentos assistidos.

As ações desenvolvidas pelo NDT contribuíram para uma assessoria aos empreendimentos nos aspectos organizacional, produtivo, econômico, político e social com a finalidade de garantir o fortalecimento e geração de ocupação e renda aos membros dos coletivos e sua formação cidadã.

Como sugestão para trabalhos vindouros, o NDT propõe aumentar o envolvimento da comunidade local; reforçar os vínculos com os meios de comunicação; aumentar o número de formações; envolver a participação de empreendimentos de economia solidária para a promoção no Portal Solidário; aprimorar e melhorar os pontos negativos que foram identificados nas atividades desenvolvidas pelo núcleo.

Referências

ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/ article/viewFile/27/47>. Acesso em: nov. 2015.

BACATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras. Distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: Celta, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política Nacional de Economia Solidária – Senaes/MET**. v. 1. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2013.

CALIXTO, F. A. Educação popular e economia solidária. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 8, p. 19-26, jan./dez. 2009.

CONCEIÇÃO, A. F; SILVEIRA, V. C. P. TICs e desenvolvimento local: desenvolvimento local nas vilas rurais em Pitangueiras-PR. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/309.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

CURI FILHO, W. R. C.; ALVES, J. C. M.; SILVA, F. F.; VIANA, F. D. F. Desenvolvimento local e economia solidária: a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Ufop (Incop). In: **Experiência**, Santa Maria, UFSM, v. 1, n. 1, p. 37-53, jan./jul. 2015.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, São Paulo: Komedi, 2010.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Site institucional. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: nov. 2015.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. **Tecnologias sociais**: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.

GAIGER, L. Empreendimento econômico solidário. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. **Sindicalismo e economia solidária**: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: 2009. Disponível em: <http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Magalhaes_Todeschini.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

MAGRO, M. L. P. D.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 13, n. 4, 2008.

MARTINS, R. D. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-90, maio/jun. 2010.

MTE. Termo de Referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: MTE/SENAES, 2005.

NETO, F. P M. **Empresas socialmente sustentáveis**: o novo desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao marco analítico conceitual da TS. In: **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, São Paulo: IG/Unicamp, 2009. p. 17-53.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, Bahia, n. 10, p. 151-74, 2010.

PAULA, J. **Desenvolvimento local**: como fazer? Brasília: Sebrae, 2008.

PINTO, J. B. G. **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

RAZETO, L. **Entrevista à Neticoop** (Rede da Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas), 2002. Disponível em: <www.neticoop.org.uy>. Acesso em: nov. 2015.

RUFINO, S. **(Re)fazer, (re)modelar, (re)criar**: a autogestão no processo produtivo. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2005.

RUTKOWSKI, J. E. Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

______. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver – Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

TAKAHASHI, T. Inclusão e TICs**. Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 56-59, out./mar. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/11/22>. Acesso em: nov. 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação. **TIC na educação do Brasil. Representação das Nações Unidas no Brasil**, 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication-and-information/accesstoknowle dge/ict-in-education/>. Acesso em: nov. 2015.

VALE, M. J.; JORGE, S. M. G.; BENEDETTI, S. **Paulo Freire, educar para transformar**: almanaque histórico. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

VERASZTO, E. V.; SILVA, D.; MIRANDA, N. A.; SIMON, F. O. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Revista Prisma.com**, n. 7, 2008.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.

As instituições de ensino superior e a consolidação de empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis

Jean Carlos Machado Alves
Isabela Vitoi Rosa de Souza
Izabel Cristina Silva
Lennon de Almeida Freire
Rodrigo Aponte Mazza

Resumo

A Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop) é um Laboratório de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), que realiza o processo de incubação por meio de assessorias sociotécnicas de vários empreendimentos solidários, entre eles a Associação de Trabalhadores de Limpeza de Materiais Recicláveis de João Monlevade – ATLIMARJOM. O trabalho é realizado por uma equipe multi e interdisciplinar, com o acompanhamento de docentes e discentes que contemplam as assessorias nas áreas administrativas, organizacionais, produtivas e financeira. O presente trabalho tem como objetivo apresentar e refletir como as instituições de ensino superior podem auxiliar na consolidação de empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, tendo como base as experiências da Incop e da ATLIMARJOM. Quanto aos procedimentos metodológicos, as atividades são baseadas na pesquisa-ação, em pesquisas bibliográficas, documentais, em contatos com responsáveis pelo empreendimento, com a participação em reuniões e atividades

da associação, entre outros. O presente trabalho se encontra em desenvolvimento, mas é possível apresentar alguns resultados parciais junto à associação como: a melhoria no relacionamento interpessoal dos membros, maior participação nos espaços de decisões do grupo, melhor distribuição do trabalho, análise da potencialidade de resíduos sólidos do município de João Monlevade, estudo de viabilidade socioeconômica da coleta seletiva no município, formações sobre saúde e segurança, economia solidária, cooperativismo e associativismo, entre outros. Dessa forma, observou-se que o trabalho desenvolvido pela Incop tem provocado mudanças significativas no grupo que resulta em melhorias no ambiente de trabalho da associação e na capacidade produtiva do grupo. Porém, ainda existem vários desafios a serem superados, mas isso não diminui a importância da universidade na transformação da sociedade ao criar marcos e abrir possibilidades para que outras formas de organização socioeconômicas e políticas possam se desenvolver a fim de buscar uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Instituições de ensino superior, economia solidária, catadores de materiais recicláveis, incubadoras.

1. Introdução

Por muitos anos, os profissionais que realizam a retirada de materiais recicláveis de locais indevidos, como das ruas e da natureza, ou até mesmo dos "extintos" lixões, evitam por décadas que esses resíduos possam gerar maiores impactos socioambientais, dando a eles uma destinação correta por meio de coletas seletivas, triagem e reciclagem. Esses agentes ambientais geralmente são discriminados e estigmatizados, muitas vezes são pessoas que não possuem perspectivas de qualidade e melhorias de vida e, em alguns casos, acabam vivendo em meio ao lixo. Apesar de todo o preconceito, muitos desses profissionais que trabalham com a coleta de recicláveis atuam

de forma honesta como catadores por enxergar que, por intermédio dessa profissão, é possível um meio de sustento e resgate de sua cidadania.

Os perfis dos catadores variam, porém muitos não possuem escolaridade e/ou outro tipo de formação profissional; vivem em condições limitantes tanto no aspecto social como no de insalubridade, entre outros, e, apesar das más condições, constituem grandes famílias. Infelizmente, apesar de a profissão de catador ser reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupação (CBO), esse é um trabalho que ainda sofre muito preconceito, e por vários motivos. Nem sempre há remuneração digna da importância do seu trabalho, afinal, mesmo sendo uma atividade significativa para os aspectos socioambientais, essas famílias em alguns casos vivem em barracões em meio às pilhas de lixo ou em comunidades próximas, sem saneamento ou outro tipo de ação que proporcione o mínimo de qualidade de vida.

Inicialmente, o local de trabalho dos catadores eram os lixões. Nos últimos anos, foram vistas políticas nacionais vinculadas aos resíduos sólidos, como a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos –, da qual uma das prorrogativas é extinguir os lixões, implantar coletas seletivas e conciliar ações junto aos catadores.

Apesar de todas as más condições de trabalho, insalubridade, entre outros, que são inquestionáveis nesse tipo de local, os catadores que atuavam nos lixões ficaram sem lugar "certo" para trabalhar e obter a matéria-prima. Assim, precisavam ter outras formas de sustento que não fosse catar em meio às pilhas de lixo. Isso provocou um efeito positivo para esses trabalhadores, que se estruturaram com a ajuda de organizações públicas ou privadas, em forma de associações ou cooperativas, com o intuito de humanizar cada vez mais esse trabalho tão digno e essencial para a sociedade.

Com o surgimento dessas cooperativas e associações, os catadores começaram a exercer alguns de seus direitos sociais, trabalhistas, como pagamento da previdência social, férias e

licença-maternidade ou doença, entre outros, pois na organização coletiva todos os direitos e deveres devem ser discutidos.

A partir da idealização e da criação dessas organizações coletivas, a ajuda por meio de ações e políticas públicas mais eficientes, universidades ou outras instituições pôde se tornar mais efetiva, diminuindo a distância que existia entre catadores e as demais partes da sociedade. Esse apoio vem proporcionando ao movimento realizado pelos catadores um aumento considerável em sua força no âmbito nacional, e a cada dia deixa mais visível à população seu campo de atuação e o quão eles são importantes para uma boa manutenção do equilíbrio entre natureza e sociedade.

Um papel muito importante nessa dinâmica de auxílio para crescimento e fortalecimento de associações e cooperativas de catadores tem sido desempenhado pelas Instituições de Ensino Superior (IES), que, por meio de trabalhos realizados junto às cooperativas e associações, desenvolvem o tripé base da graduação, que é composto por ensino, pesquisa e extensão.

As instituições de ensino vêm desenvolvendo atividades junto a esses empreendimentos, para fortalecê-los por meio de novas formas de organização, gestão e filosofia contrária ao sistema capitalista, como a economia solidária. São ações baseadas nos conceitos do cooperativismo e associativismo, regidos pela economia solidária, na qual é trabalhada a ideia de que todos têm os mesmos direitos e deveres dentro do empreendimento.

A economia solidária tem sido desenvolvida nas IES a partir de projetos ou programas de extensão, mais conhecidos como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, ou Incubadoras Sociais. Dentre as várias IES, sejam públicas ou privadas, que desenvolvem ações por intermédio de incubadoras, tem-se a Universidade Federal de Ouro Preto que, com o advento da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Ufop/Incop, vem desenvolvendo ações de incubação desde 2011 até 2015 nas cidades de Mariana, João Monlevade e Ouro Preto, sendo que, no ano de 2016, atua somente nas duas últimas cidades.

Desde o início de 2013, a Incop incuba empreendimentos que trabalham com artesanatos, pedra-sabão, agricultura familiar, alimentos, costura, saúde mental, dependentes químicos e catadores.

Em João Monlevade, desde março de 2013, a incubadora, utilizando-se da assessoria sociotécnica, incuba a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis ATLIMARJOM, que há 15 anos desenvolve seus trabalhos na cidade, apesar das várias dificuldades internas e externas sofridas pelo grupo.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e refletir como as instituições de ensino superior podem auxiliar na consolidação de empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, tendo como base as experiências da Incop e da ATLIMARJOM.

2. Referencial teórico

2.1. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Ultimamente, vários setores organizados da sociedade discutem com preocupação a questão do acúmulo do lixo e seus impactos para o planeta, e apontam a coleta seletiva, a reciclagem e a redução de consumo como formas de amenizar esses impactos (COSTA, 2008).

Segundo Silva (2006), alguns olhares têm sido direcionados a um grupo de trabalhadores que, por meio de uma organização política emergente, bem articulada e já com representatividade e ações em países na América do Sul, tem refletido e dado novos significados ao que alguns consideram lixo. Nesse contexto, surgem vários movimentos em prol do meio ambiente e uma sociedade cada vez mais sustentável capaz de promover a geração de ocupação e renda em equilíbrio com a natureza, o bem-estar, a qualidade de vida e a cidadania, como é o caso no Brasil do

Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) e o seu papel para o desenvolvimento da humanidade.

O MNCR foi fundado em junho de 2001 na cidade de Brasília e surgiu a partir da necessidade de luta pelos direitos dos catadores que dependem da coleta de resíduos sólidos, que antes atuavam em grupos regionais. Também conquistar a valorização e o protagonismo popular da classe, que muitas vezes é oprimida pela sociedade, é uma busca constante. É feita pela ação direta popular, envolvendo e dando voz a todos os catadores, transformando e ganhando espaço no sistema social. A missão do MNCR é participar da construção de uma sociedade que seja mais justa e sustentável, partindo do pressuposto de que ela entende o quão importante é seu trabalho para as gerações atuais e, principalmente, as futuras (MNCR, 2016).

O movimento acontece pelo desenvolvimento mútuo dos trabalhadores, em que todos articulam pelo mesmo fim, com o intuito de realizar a coleta seletiva e não serem explorados por atravessadores ou afins. O individualismo não deve prevalecer ou estar presente nesse sistema, que tem o intuito de compartilhar a autogestão, que é a prática adotada, em que todos são responsáveis pelas ferramentas e o meio de produção. A extinção de patrões é outra característica dessa prática conforme o MNCR (2016).

Sua organização interna é definida pela democracia direta, sendo os comitês regionais formados por empreendimentos de cidades próximas onde são fomentadas discussões e dão liberdade de todos os catadores exporem sua opinião. Cada comitê regional indica dois representantes para a coordenação estadual e cada coordenação estadual indica dois representantes para a coordenação nacional, que é representada por cinco catadores. A coordenação nacional organiza todas as articulações, conectando todo o movimento.

Segundo o Ipea (2013), no Brasil existem em torno de 400 mil catadores e, por meio do MNCR, esses profissionais estão transformando a prática de coletar resíduos em um trabalho reconhecido, capaz de modificar o futuro e orgulhar a sociedade.

2.2. Economia solidária, associativismo e cooperativismo

A economia solidária apresenta-se como uma estratégia para diminuir a exploração do trabalho e dos recursos naturais, bem como para a geração de consumidores conscientes, cadeias produtivas solidárias, possibilitando que os agentes locais sejam os atores principais para o desenvolvimento territorial e nacional (MENEGHINI, *et al.*, 2012). Apresenta-se também como uma nova forma de desenvolvimento social e econômico, pois cria oportunidades às pessoas marginalizadas da sociedade por meio da organização desses grupos. "A economia solidária apresenta-se hoje como uma importante alternativa socioeconômica, caracterizada pela livre associação popular e baseada nos princípios do cooperativismo e da autogestão" (ALVES, *et al.*, 2007, p. 67). Ela propõe uma forma de produção diferente do sistema tradicional capitalista, que é excludente, para uma forma de inclusão gerando ocupação e renda, principalmente para pessoas de alguma forma marginalizadas da sociedade, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

> A economia solidária parte de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista, destacam-se: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Aqui, a racionalidade técnica deve estar a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. A acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores (EID, 2004, p. 278).

É se organizando em cooperativas e associações que a economia solidária agrupa indivíduos geralmente marginalizados que não se inseriram na lógica do mercado capitalista. Dessa

forma, a partir da união, eles buscam meios para a geração de trabalho e renda. "A resposta mais frequente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro" (SINGER, 2004, p. 3).

Viana (2012) descreve cooperativa como uma reunião de pessoas que se agrupam para, reciprocamente, contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, que será de proveito comum, sem o objetivo de lucro. Seu objetivo principal é, portanto, proporcionar a melhoria nas condições econômicas dos cooperados.

> As cooperativas se diferenciam das demais sociedades por terem características próprias: adesão voluntária, capital social variável, um homem um voto, dependem de um número mínimo de pessoas para sua existência e não de capital, o rateio das sobras e perdas é proporcional à produção de cada cooperado; entre outras especificidades mais que as tornam tão especiais por valorizarem o ser humano e não o capital (SANTOS e CEBALLOS, 2006, p. 1.144).

Além disso, as cooperativas e as associações criam uma nova dinâmica nas relações de trabalho existentes nos grupos ao primar pela gestão de todos os colaboradores de forma democrática, por meio da autogestão e de promover a qualidade de vida do trabalhador.

> No que concerne à organização do trabalho o projeto cooperativo é revitalizado a partir das cooperativas populares, tentando estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho a partir da solidariedade e da democracia. O princípio da solidariedade pode ser colocado como opção criativa para fazer frente ao paradigma

> neoliberal que convivemos hoje de forma compulsória nas sociedades ocidentais (ROCHA, 2002, p. 4).

A economia solidária busca outra qualidade de vida, resgatando a cidadania dessa população excluída, pensa sobre a questão da comercialização e a do consumo consciente e solidário, propondo atividades econômicas e sociais enraizadas no seu contexto mais imediato e tem a territorialidade e o desenvolvimento local e sustentável como marcos de referência.

2.3. As instituições de ensino superior

A educação superior, segundo o Ministério da Educação (2014), pode ser desenvolvida ou representada por instituições de ensino superior classificadas como públicas (federais, estaduais, municipais) e privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares). Isso porque é a partir da educação que diversas ações são realizadas a fim de proporcionar melhorias, benefícios e diversas contribuições para a comunidade, principalmente na qual a instituição está inserida. Essas ações podem ser voltadas para inovações tecnológicas e sociais, por intermédio de pesquisa e projetos de extensão universitária.

Para Porto e Régnier (2003, p. 22) "a Universidade do Século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea".

Segundo Buarque (1994, p. 217), "a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja". De acordo com o papel desempenhado pela IES, a sociedade se comportará de determinada forma, devendo ser este comportamento benéfico e enriquecedor para a humanidade.

É importante ressaltar que as IES devem produzir conhecimentos que não se limitem a si mesmas, mas sim se expandam de forma gradativa em seu entorno. Porém, para que isso seja alcançado, é necessário que haja incentivos, internos e/ou externos, para que ocorra essa transferência de conhecimentos.

Dessa forma, pode-se perceber a importância que tem o tripé "ensino, pesquisa e extensão", servindo como forma de viabilizar a atuação do graduando na sociedade de alguma forma. Por esse motivo as IES não devem se distanciar da sociedade, caso contrário, será difícil alcançar o desenvolvimento social.

Sendo assim, como afirma Araújo (2012, p. 39), "a partir de um ensino crítico, atrelado às realidades locais, deveria ser produzido um conhecimento técnico-científico voltado para os anseios da população, que seria compartilhado através dos projetos de extensão".

> A universidade, mais que a maior parte das outras instituições, consegue ficar prisioneira de suas palavras, das quais uma é a expressão "indissolubilidade do ensino, pesquisa e extensão", sem incluir outros tipos de atividades e sem definir corretamente os conceitos. A ideia inicial é correta: comprometer todo o ensino superior com atividades de pesquisa, retirando-o da simples prática do ensino repetitivo, e, ao mesmo tempo, forçar uma aproximação do ensino e da pesquisa com a realidade, através da prática da extensão (BUARQUE, 1994, p. 202).

A universidade precisa conhecer a realidade da comunidade na qual está inserida. Somente assim poderá contribuir de maneira adequada e promover o desenvolvimento, reconhecendo os problemas que enfrenta.

Diante disso, em um contexto em que é necessário desenvolver meios de garantir a dignidade de um grupo, na forma de criação de oportunidades para geração de trabalho e renda, vê-se na universidade uma peça fundamental para viabilizar meios de

desempenhar e impulsionar as ações de forma que se obtenha sucesso. E, dentre as alternativas e ações de projetos ou programas de extensão que visem essas ações vinculadas às pessoas marginalizadas na sociedade, têm-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

2.4. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

O modelo capitalista neoliberal, aprofundado desde a década de 1990, provocou grandes mudanças na sociedade, nem sempre positivas, gerando a precarização do trabalho, o aumento da desigualdade social e a exploração insustentável dos recursos ambientais.

Diante desse cenário, surgiram diversos modelos alternativos para combater os problemas provocados pelo capitalismo. No Brasil, um dos principais modelos que tem buscado amenizar essa situação é a economia solidária, impulsionada pelas cooperativas e associações que têm recebido apoio e assessoria de algumas organizações, como as IES, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

As primeiras iniciativas vinculadas ao cooperativismo popular iniciaram no Rio de Janeiro, que ganhou força, destaque e consolidação com professores e alunos da Coordenação de Programas de Pós-Graduação da Engenharia (Coppe/UFRJ), os quais decidiram criar a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com a finalidade inicial de conversar com as comunidades inseridas na favela de modo a verificar o interesse delas para formação de cooperativas de trabalho (DE AZEVEDO, 2003).

Assim, as ITCPs têm como finalidade, utilizando-se de uma equipe multi e interdisciplinar formada por professores, estudantes e técnicos, desenvolver ações para criar meios de inserção às pessoas marginalizadas ou em risco social no mercado formal de trabalho. Bocayuva (2001) define que o público-alvo das incubadoras populares é o grande contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados à informalidade, a fim de auxiliá-los a atingir os requisitos básicos de cidadania a partir da própria organização de seu trabalho.

A partir das ações das ITCPs, a universidade retoma o papel fundamental de sua existência, ao construir conhecimento para as demandas da sociedade por meio de alternativas e soluções para os trabalhadores numa perspectiva política, cultural, social e econômica.

> O papel da universidade é vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Ela é uma instituição criada pela própria sociedade e, como tal, relaciona-se imperiosamente com esta. Assim, questões prioritárias da sociedade são também da universidade. Não obstante, em nosso cotidiano nem sempre presenciamos esse envolvimento (HECKERT, 2004, p. 8).

É necessário destacar que o conhecimento produzido pelas ITCPs não se limita a uma construção dentro das IES de modo a transferi-lo para os grupos. O processo de elaboração desse conhecimento parte do envolvimento de ambas as partes, pesquisador e grupo, que juntos o criam valorizando o conhecimento tácito do grupo com o explícito da academia.

> A proposta da incubadora, enquanto ação universitária tem uma dimensão ética, política e cultural, na medida em que coloca o conhecimento técnico-científico à disposição da população vulnerabilizada. Não deve ser compreendida como uma imposição do saber universitário, mas uma possibilidade de valorizar o potencial que existe nas comunidades e de criar alternativas coletivas na construção de empresas sociais que viabilizem a inserção no mercado. Desta forma, também contribui para o debate das políticas públicas e sociais, na proporção em que se torna uma das alternativas para a classe trabalhadora no

> combate ao desemprego e à exclusão social (GUIMARÃES, MACIEL & EIDELWEIN, 2007, p. 27-28).

No âmbito acadêmico, as ITCPs funcionam por meio de projetos e/ou programas para oficializar o trabalho de assessoria sociotécnica diante da universidade.

> Essas incubadoras apresentam-se como agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares e da economia solidária (GUERRA & PEREIRA, 2010, p. 23).

A metodologia de trabalho das incubadoras é definida de forma autogerida, presenciando-se uma grande variação em todo o Brasil, porém existem princípios básicos adotados para nortear o trabalho realizado.

> As práticas metodológicas variam intensamente entre as incubadoras de cooperativas universitárias que existem no Brasil. Mesmo assim, valores como autogestão, participação, solidariedade e cooperação são parte substantiva das coincidências, bem como alguns princípios de intervenção: interdisciplinaridade, horizontalidade das relações entre grupos e incubadoras e educação popular. Algumas outras práticas vêm sendo discutidas e incorporadas paulatinamente: a pesquisa-ação (Desroche, Thiollent...), as dinâmicas de grupos operativos (Pichón-Riviére...), a adequação sociotécnica (Dagnino, Novaes...) etc. (CRUZ e GUERRA , 2009, p. 11).

Destaca-se que existem muitos desafios a serem superados no processo de trabalho das ITCPs. Um dos principais é sobre a desconfiança existente por parte dos grupos a serem incubados ou durante o processo de incubação, já que há inúmeros casos em que os envolvidos são tratados meramente como "objetos" de pesquisas, devendo assim ser desconstruída essa visão da academia por parte da comunidade.

> Infelizmente, ainda é comum alguns segmentos da academia se relacionarem com as comunidades de uma forma perversa, ou seja, "usam" as comunidades como fonte de pesquisas sem um compromisso ético-político-social, e acima de tudo humano, reduzindo os grupos pesquisados a "objetos de pesquisas": filmam, fotografam, entrevistam, observam, etc., sem gerar uma relação de contrapartida que potencialize a comunidade pesquisada a intervir em sua própria realidade. Normalmente, as produções acadêmicas ficam disponíveis e a serviço das titulações acadêmicas e dos seus pares, sem ao menos serem apresentadas aos atores desse processo (a comunidade) (BARROS, 2003, p. 103).

Outra dificuldade presente está centrada na dificuldade de angariar recursos a fim de assegurar a sustentabilidade dos trabalhos executados pelas incubadoras. Existem editais específicos para submeter projetos, porém não há segurança quanto à manutenção e à regularidade deles, o que provoca certa instabilidade tanto para a incubadora quanto para os beneficiários dos projetos executados por ela.

Mesmo assim, as ITCPs têm se consolidado dentro do âmbito acadêmico, obtendo reconhecimento por parte das próprias universidades, dos governos municipais, estaduais e federal, assim como da população em função do trabalho importante e significativo que executam. As incubadoras se consolidaram como

um braço fundamental pela luta da economia solidária e têm se tornado cada vez mais atuantes no que tange às lutas sociais, políticas, econômicas e culturais.

3. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisas bibliográficas, documentais, contato com lideranças da associação dos catadores e equipe da Incop. As atividades têm como base a metodologia da pesquisa-ação, uma pesquisa participativa, ou seja, em que se realizam simultaneamente o processo teórico e as atividades que constituem as ações.

Uma característica importante da pesquisa-ação é a participação dos atores envolvidos durante todo o processo de realização da pesquisa, principalmente da comunidade envolvida, que no caso são os catadores. Afinal, ninguém melhor do que eles para relatar e contribuir no que diz respeito à realidade que vivem.

Assim, como em todos os empreendimentos incubados pela Incop, foram realizadas visitas e acompanhamento das ações internas e externas dos catadores da Associação dos Trabalhadores de Limpeza de João Monlevade – ATLIMARJOM. As atividades de assessoria sociotécnica são realizadas semanalmente desde 2013 e, a partir do segundo semestre de 2015, diariamente devido à implantação da coleta seletiva no município de João Monlevade. Assim, desde o início da incubação, acompanham-se os seus processos produtivos e todas as atividades que envolvam as questões administrativas e organizacionais a partir de reuniões, realização de cursos de capacitação, além da participação em diversos eventos e atividades nos quais a associação está envolvida direta ou indiretamente.

A Incop, em sua metodologia, além de desenvolver a pesquisa-ação, trabalha sua assessoria a partir de uma equipe formada por graduandos dos diversos cursos da Ufop de João Monlevade, sob a supervisão de um professor orientador, os quais se reúnem semanalmente para discutir as ações e fazem avaliações

semanais das atividades do empreendimento e da equipe. A partir das informações coletadas, são propostas ações que serão desenvolvidas juntamente com a ATLIMARJOM e realizados relatórios mensais e semestrais para registro das ações.

4. Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop) e a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM)

A Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop) é um laboratório de extensão que tem como base os princípios da economia solidária, que em 2011 deu início às suas atividades atuando nas regiões dos três *campi* da Universidade: João Monlevade, Mariana e Ouro Preto. É composta por uma equipe multi e interdisciplinar de docentes e discentes dos cursos de Economia, Letras, Artes Cênicas, Direito, Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Jornalismo, Administração e Turismo. Atualmente, devido a questões organizacionais, estruturais e financeiras, a Incop tem atuado em Ouro Preto e, de forma mais efetiva, em João Monlevade com docentes dos cursos de Engenharia de Produção e Engenharia da Computação e discentes dos cursos de Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Sistemas de Informação e Serviço Social.

Desenvolve suas atividades de incubação com cinco empreendimentos nas áreas de costura, saúde mental, reciclagem e finanças solidárias, sendo quatro em João Monlevade e um em Ouro Preto. Os discentes são divididos em grupos de trabalho que variam entre duas a quatro pessoas, e cada grupo está sob a

orientação de um professor que auxilia nas atividades junto ao empreendimento.

A escolha dos empreendimentos é feita a partir de um mapeamento na cidade e região, no qual são identificados os grupos condicentes com a filosofia da economia solidária, e num segundo momento é realizado o contato com os empreendimentos pré-selecionados, de forma a explicar o trabalho que a incubadora realiza e mapear as demandas que o grupo tem, de modo a auxiliá-lo durante o processo de incubação. Um critério básico para um grupo ou empreendimento ser incubado é que ele deve ter um mínimo de ações coletivas pautadas nos princípios da autogestão e da economia solidária ou que na sua criação ele adote efetivamente essa metodologia, mesmo que não tenham consciência de que tais ações são características da economia solidária.

Durante o processo de incubação, os empreendimentos recebem diagnósticos da situação real do grupo e, a partir disso, são desenvolvidas ações de auxílio em conjunto com o empreendimento, principalmente nos aspectos organizacionais, econômicos, interpessoais e políticos. Além disso, são oferecidos minicursos para suprir as demandas existentes, com pautas relevantes para o desenvolvimento do empreendimento, como associativismo e cooperativismo, economia solidária, saúde e segurança no trabalho, precificação, entre outros.

O grupo de trabalho responsável por cada empreendimento realiza visitas periódicas para melhor integração entre associados/cooperados e Incop, facilitando o desenvolvimento das atividades. O tempo de incubação é de aproximadamente dois anos, podendo variar de acordo com a demanda de cada organização.

A Incop tem como objetivos promover, divulgar e viabilizar a economia solidária como meio alternativo ao capitalismo. A incubadora tem como base a autogestão, pois acredita que, como num empreendimento solidário, o poder de decisão deve ser distribuído entre todos os membros do grupo, ou seja, não existe uma pessoa ou um pequeno grupo que comanda todas as atividades como no capitalismo. Para que um grupo ou empreendimento

obtenha sucesso, todos os cooperados precisam estar em sintonia e trabalhando com o mesmo objetivo, transformando dessa forma seus esforços em ganhos coletivos.

Em 2012, na cidade de João Monlevade, a Incop efetuou o primeiro mapeamento, no qual foram selecionadas as organizações com potencialidade para o processo de incubação. O início das atividades de incubação ocorreu em março de 2013, e a ATLIMARJOM foi um dos grupos escolhidos.

A Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM) tem como objetivo a geração de ocupação e renda a partir da catação de resíduos. Ela existe há 15 anos, tem como principais ações a coleta seletiva em bairros e o recolhimento de materiais recicláveis do comércio do município, tendo atualmente um número de 26 associados.

Existiam vários gargalos no sistema produtivo que limitavam as potencialidades de sustentabilidade da organização, que iam desde questões estruturais, organizacionais até mesmo interpessoais, como falta de planejamento das ações, de visão de mercado fornecedor e consumidor, rotatividade de catadores, problemas com dependência química, más condições físicas e psicológicas de trabalho, entre outros.

Quando se iniciou o trabalho de incubação, constatou-se que a associação não tinha uma visão clara de como era composta a sua cadeia produtiva na cidade de João Monlevade, pois não existiam ações organizadas ou articuladas entre os setores responsáveis pelos resíduos sólidos em nível local. Com isso, a associação tinha muita dificuldade de realizar seu trabalho, concretizar ações de conscientização da população e identificar potenciais geradores de matéria-prima. Além disso, não havia uma coleta de materiais de forma correta, o armazenamento era inadequado e a comercialização era ineficiente.

A ATLIMARJOM, juntamente com a Incop e o Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR), articularam-se de forma a estimular o município a adotar um sistema de coleta seletiva, na qual a associação seria a responsável pela sua

implementação e execução. No segundo semestre de 2015, foi implantada a coleta seletiva no município de João Monlevade, contando com o apoio e a ajuda da prefeitura, da câmara municipal, das secretarias municipais e outros parceiros.

A associação possuía alta rotatividade de seus membros, pois eles tinham uma visão de inferioridade em relação à sua profissão, baixo retorno econômico e as relações interpessoais eram bastante difíceis. Dessa forma, ao encontrar outra oportunidade no mercado de trabalho, eles se desvinculam da associação. Foi muito importante trabalhar a conscientização dos associados sobre sua condição de trabalhadores de materiais recicláveis e sobre a relevância que seu trabalho representa dentro da comunidade. Além disso, foi fundamental a criação de condições favoráveis e atrativas para a sua permanência.

A partir desse processo de conscientização e trabalho em conjunto entre Incop e ATLIMARJOM, efetuaram-se mudanças significativas na associação, como ingresso de jovens para compor o quadro de associados, o que provocou uma transformação na visão e na mentalidade do grupo, tornando-se mais aberto e receptivo quanto ao entendimento da economia solidária e da autogestão. Com isso, membros que não contribuíam de forma positiva para o clima organizacional e com as atividades laborais foram gradativamente desvinculados da associação a partir de reflexões, diálogos e debates pelos próprios associados. O que tem contribuído para melhorias na ATLIMARJOM são práticas do sistema autogerido, aumento da capacidade produtiva do grupo e um ambiente de trabalho mais agradável para seus membros, pois geralmente os problemas são discutidos coletivamente a partir do resgate e da implantação das reuniões semanais da associação, o que não acontecia anteriormente, gerando desconfiança, mal-estar e especulações sobre atividades da associação.

A ATLIMARJOM possui algumas parcerias de grande importância para sua existência, sendo a principal com a Prefeitura de João Monlevade, que disponibiliza o galpão onde funciona a associação, paga as despesas de água e energia e

disponibiliza um caminhão para o recolhimento de material pela cidade.

Existia a necessidade de aprimorar o processo produtivo da associação, visto que havia falhas nas etapas macros, tais como: recolhimento dos materiais, triagem, compactação, estocagem e venda final. Muitas dessas fases eram pouco produtivas dentro do processo e não havia a integração de maneira adequada, gerando menor arrecadação para a associação, pois às vezes não havia matéria-prima ou excesso de estoque mal controlado. Todos esses gargalos impactavam diretamente na negociação, ao reduzir a capacidade de barganha da associação para auferir melhores preços com um volume maior de vendas de materiais.

A Incop desenvolveu várias atividades em conjunto com a associação, como visitas periódicas, participação de reuniões e eventos, acompanhamento de atividades internas e externas. Na primeira etapa do trabalho foi realizado o levantamento dos gargalos existentes e seu real impacto na organização, do qual foi gerado um plano de ação com as medidas que poderiam ser efetuadas para o devido tratamento a partir de discussões junto ao empreendimento para caso fosse aprovado e por eles implantado.

Durante o processo de incubação, foi possível executar algumas ações, das quais as mais significativas foram:

- Implantação de reuniões semanais na ATLIMARJOM com a finalidade de criar um espaço no qual os associados pudessem se envolver, participar, discutir e tomar decisões sobre as dificuldades e o futuro do grupo;
- Execução do Teste de Gravimetria em parceria com o Centro Mineiro de Resíduos Sólidos, estudo que consiste em um levantamento do potencial da quantidade e qualidade de materiais recicláveis produzidos pela cidade a partir da coleta de amostras de lixo domiciliar;
- Realização de cursos e palestras sobre cooperativismo e associativismo, economia solidária, saúde e segurança no trabalho;

- Participação da ATLIMARJOM com a Incop na Semana do Meio Ambiente no Município de João Monlevade como parceiros do evento e que teve como temática os resíduos sólidos;
- Elaboração do estudo de viabilidade econômica da coleta seletiva no município de João Monlevade;
- Realização de um estudo para implantação de um projeto piloto de coleta seletiva em uma área específica da cidade de João Monlevade;
- Reflexão, conscientização e implantação de atividades que proporcionassem qualidade no ambiente de trabalho e direitos sociais, como o estabelecimento de férias e pagamento da previdência social;
- Participação no Fórum Regional de economia solidária.

Após a implantação e o desenvolvimento das atividades listadas, observou-se que houve alguns avanços e melhorias de qualidade em níveis técnico e social, visto que a maior preocupação, desde o início da incubação, era a capacidade e condições da associação em assumir novos trabalhos e se apoderar cada vez mais dos seus direitos e deveres no que tange aos aspectos sociais, econômicos, políticos, entre outros.

Após obter a designação como responsável da execução da coleta seletiva no município, o grupo tentou administrar suas limitações, eliminar suas principais dificuldades e desenvolver ainda mais suas capacidades; dessa forma, tem um desempenho produtivo em sua maioria positivo. Apesar de a implantação da coleta seletiva ser realizada pela ATLIMARJOM, a estrutura do galpão onde eles trabalham oferecia riscos estruturais a ponto de ameaçar cair a qualquer momento, o que levou à necessidade de desfazer a cobertura do galpão e, automaticamente, reduzir o espaço de trabalho dos associados no auge da coleta seletiva. A obra de reconstrução foi realizada em conjunto com prefeitura, câmara municipal e entidades parceiras que proporcionaram alguns problemas de ordem técnica devido à forma que

foi elaborado o projeto, e a execução da obra que recebeu uma nova data para seu término.

Observa-se que, mesmo com as atividades já desenvolvidas, ainda há muito que fazer, devido a questões internas e subjetivas existentes no grupo, as quais têm prejudicado no avanço de novas etapas, principalmente pela dificuldade de os associados assumirem e/ou compartilharem algumas responsabilidades.

Os próximos passos são consolidar as ações já iniciadas e buscar parcerias com profissionais, principalmente da área de Psicologia, para auxiliar nas questões subjetivas do grupo.

Apesar de alguns avanços no processo de incubação, observa-se que o grupo ainda tem limitações a serem superadas, em sua maioria pela rotatividade de pessoas e perfis de alguns associados que ainda fazem parte da associação e que trazem consigo uma cultura organizacional limitada e estigmatizada.

5. Considerações finais

Com a atuação da universidade, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, pode-se ter mais uma possibilidade da criação de um contexto favorável e propício ao desenvolvimento no seu sentido mais amplo, visando à sustentabilidade, principalmente, coletiva.

É possível perceber que, a partir do momento que as instituições de ensino superior conseguem implementar as ações visando promover benefícios para a comunidade, na qual ela está inserida, ganham ambas as partes. Pois a comunidade que recebe as ações das IES pode se fortalecer por ter um parceiro com recursos humanos capacitados, e a instituição de ensino superior, além de cumprir seu papel de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, também promove a formação não só técnica, mas principalmente cidadã dos membros envolvidos em projetos e/ou programas, como as incubadoras sociais. Isso significa que a universidade precisa ouvir e entender o apelo de suas comunidades e contribuir por meio do seu nível de

qualificação técnica e proporcionar a construção coletiva do conhecimento mediante interações de saberes e experiências entre as comunidades internas e externas das IES.

Na perspectiva da economia solidária no trabalho executado pelas ITCPs, que neste caso tratamos da Incop e da ATLIMARJOM, é possível perceber que o desenvolvimento mútuo ocorre a partir do reconhecimento das diferenças e que esse entendimento somente é possível tendo como base a solidariedade.

A ATLIMARJOM apresentava problemas quanto à sua organização, em todos os níveis, porém a aplicação de técnicas, sem que fosse ferida a essência da economia solidária, possibilitou avanços significativos nesse aspecto. O processo de inserção de novas ações nem sempre é de fácil aceitação pelos membros da organização, requerendo assim mais dedicação e paciência de quem as aplica. Porém, com o decorrer do tempo, resultados são alcançados, conquistando a confiança de quem discordava de sua eficiência, provando que os conhecimentos formal e informal são passíveis de auxiliar nos planejamentos estratégico, organizacional e de sustentabilidade de empreendimentos solidários.

Acredita-se que, por intermédio das experiências da Incop com a ATLIMARJOM, consiga ser percebido esse desenvolvimento a partir da criação de tecnologias sociais, do aprimoramento de processos produtivos, lutas políticas e, principalmente, a construção de um ambiente sob os princípios da economia solidária, para que, dessa forma, sejam alcançados direitos, como trabalho e renda, para uma comunidade onde imperam condições sociais limitadas.

Referências

ALVES, J. C. M.; OLIVEIRA, A. L.; REIS, M. F. C.; MARTINS, P. L.; PONTELO, T. C. Economia solidária: a quem pertence esse movimento? In: ABREU, J. C. (org.). **Cooperativismo popular e redes solidárias**. São Paulo: All Print, 2007.

ARAÚJO, A. G. Ensaio sobre a universidade e sua função social. **Filosofando: Revista de filosofia da UESB**, ano 1, n. 1, p. 38-47, 2012.

BARROS, J. F. **Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, UFF, 2003.

BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares da Coppe/UFRJ. **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

COSTA, C. M. **Reciclagem e cidadania**: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CRUZ, A.; GUERRA, J. S. Educação popular e economia solidária nas incubadoras universitárias de cooperativas populares – práticas dialógicas mediadas pelo trabalho. **Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento**. São Leopoldo: Oikós, 2009. Disponível em: < http://antares.ucpel.tche.br/nesic/educpopularecosol.pdf>. Acesso em: abril, 2016.

DE AZEVEDO, A. *et al*. Incubadora Tecnológica de Cooperativas: ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica-IEBT: diferenças e semelhanças no processo de Incubação. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, n. 6, p. 2, 2003.

EID, F. Metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: **Educação e Sócio-economia solidária – Paradigmas de conhecimento e de Sociedade**. Cuiabá, Mato Grosso: Unemat, 2004. v. 1.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: possibilidades de gestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 21-40, 2010.

GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, C.; EIDELWEIN, K. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

HECKERT, S. M. R. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da universidade. **Mercado de trabalho**, v. 24, p. 7, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os que sobrevivem do lixo. In: **Desafios do Desenvolvimento**, ano 10, ed. 77, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: abr. 2016.

MENEGHINI, R. I. F.; MACIEL, I. O.; SILVA, J. P. O.; ALVES, J. C. M. Organização em rede de cooperação: um estudo da associação de catadores de materiais recicláveis Eco-Recicla em Manaus. **VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Niterói, 2012.

MEC. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. 2014.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: abr. 2016.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil** – Condicionantes tendências e cenários para o horizonte 2003-2025. Brasília, dez. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

ROCHA, M. M. Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal. **Congreso Latino-americanistas en Europa**, 2002.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A importância do cooperativismo. In: **X Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação.** Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

SILVA, R. B. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis.** v. 3, n. 2, Florianópolis, jun./dez, 2006.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. **Mercado de trabalho**, v. 24, p. 3, 2004.

VIANA, P. **O cooperado e a cooperativa**, 2012. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/167-produtos-online/associativismo-e-cooperativismo/publicacoes/artigos/6079-o-cooperado-e-a-cooperativa>. Acesso em: abr. 2016.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COMO FORMA DE AUMENTAR O CARÁTER AUTOGESTIONÁRIO EM UMA COOPERATIVA DE COSTURA

Texto publicado em versão preliminar no V EMAPEGS, Lavras, 2015.

Wagner Ragi Curi Filho
Sthael Mariane Almeida Cavalcanti

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise que visa discutir como se dá a formação da competência em gestão da produção e administração nos trabalhadores que fazem parte de um Empreendimento Econômico e Solidário (EES) específico, uma cooperativa de costura em João Monlevade. Os EES são grupos de trabalhadores que atuam sob a perspectiva da economia solidária (ES) e utilizam a autogestão como forma de estrutura organizacional e tomada de decisões. A prática da ES ainda é muito inconstante e conflituosa, principalmente quando se tratam das questões relacionadas à gestão da produção e da administração. Há uma tendência de concentração de decisões de lideranças e um processo de alienação dos trabalhadores que, por diversos motivos, optam por não participar da gestão de seus EES. Utilizando-se do modelo de formação de competências de Zarifian e considerando que as estruturas organizacionais interferem no processo de formação das competências, este projeto propõe-se a responder: a) Como se dá a formação das competências dos trabalhadores em EES no que tange às questões relacionadas à gestão da produção e administração? b) Como a estrutura organizacional que utiliza a autogestão fortalece ou não a prática da

economia solidária no que tange à não alienação das pessoas? Os resultados da análise apontam que a concentração de liderança pode ser diminuída se o aumento de competência for efetivo e se a comunicação for um processo amplo de compartilhamento que pode contribuir para minimizar a alienação e a efetividade da autogestão.

Palavras-chave: Competência, autogestão, cooperativa de costura.

1. Introdução

Diversas modificações, ao longo do tempo, contribuíram para variadas percepções e reestruturações ocorridas nos processos produtivos. Formas de produção flexíveis, de inovação científico-tecnológica e novas maneiras de conceber o trabalho constituem uma discussão de formas alternativas àquelas consideradas clássicas, como o taylorismo. Destacam-se também o modelo de competências (ZARIFIAN, 2001) e o cooperativismo (SINGER, 1999) dentre as alternativas ao pensamento clássico de organizar a produção.

O modelo de competências chama a atenção para uma organização do trabalho baseada na gestão do processo de aquisição do conhecimento ou competência pelo trabalhador e alerta as organizações para que se preocupem em gerir as maneiras pelas quais os trabalhadores adquirem conhecimento ou competência em suas atividades. Em outras palavras, como os trabalhadores se tornam *competentes* em determinadas áreas? Partindo do pressuposto de que há uma relação íntima entre a organização do trabalho e a possibilidade de aumento da competência do trabalhador (ZARIFIAN, 2001), este trabalho pretende apresentar como vem se dando o processo de formação de *experts em gestão* da produção e administração em uma organização específica que se constitui como Empreendimento Econômico Solidário e utiliza o mecanismo de autogestão na condução de

suas atividades. A organização estudada possui características que permitem perceber a lógica econômica chamada de economia solidária em seus processos organizacionais, sejam aqueles relacionados à decisão, sejam aqueles relacionados ao funcionamento de maneira geral.

A análise a que se propõe este trabalho ocorreu em uma cooperativa de costureiras, situada em João Monlevade, Minas Gerais, de mais de 40 anos de existência. Atualmente, contudo, a mais antiga participante dessa cooperativa possui 20 anos de participação.

A organização analisada faz parte de um grupo de empreendimentos econômicos e solidários (EES) – grupos de trabalhos formais ou informais que gerenciam suas atividades sob a perspectiva da economia solidária – que trabalham em conjunto com a Incop, Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto.

Sob uma perspectiva de fortalecimento da autogestão e da economia solidária, como se dá a formação dos *competentes* em gestão da produção e administração, em empreendimentos autogestionários a partir de uma análise em um EES específico de costura?

Para este trabalho, esta pergunta pode ser desmembrada em duas questões específicas, com as quais pretende-se contribuir com a resposta sempre limitada à cooperativa estudada:

- Como se dá a formação das competências dos trabalhadores em EES no que tange às questões relacionadas à gestão da produção e administração?
- Como a estrutura organizacional do EES analisado que utiliza a autogestão fortalece ou não a prática da economia solidária no que tange à não alienação das pessoas?

O contexto que abriga o EES estudado é aquele que circunda o município de João Monlevade, parte de uma microrregião de Minas Gerais chamada Médio Piracicaba, que é composta por 17 cidades e 366 mil habitantes. O número de mulheres

é superior em todos os 17 municípios da região, na média de 6,15%. Outro dado interessante verificado no censo de 2010 é que o Médio Piracicaba é uma região predominantemente urbana. Apenas nos municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Bom Jesus do Amparo a população rural é maior. A cidade mais populosa continua sendo Itabira, com 109.551 habitantes, seguida por João Monlevade, com 74.500 moradores. A menor população está em Sem Peixe, com 2.847 habitantes.

Especificamente sobre João Monlevade, pode-se destacar que os problemas sociais do município saltam aos olhos. O PIB *per capita* da cidade é menos que R$ 20.000,00 por ano (dados de 2008). É perceptível que as desigualdades saltam aos olhos e muitas pessoas, por motivos mais diversos, não conseguem se inserir em uma economia pautada na mineração ou na siderurgia, ditas como as principais atividades econômicas da região.

Sabidamente, dentre as diversas formas de organização do trabalho, a economia solidária é uma das alternativas que pode contribuir para as microrregiões, pois congrega diversas experiências e modelos sociais para o desenvolvimento local nos âmbitos social, econômico, ambiental e cultural, propiciando ações mais justas e equitativas. Cabe ressaltar que a existência da economia solidária e da autogestão por si só, tal como estão hoje, não é suficiente para um projeto de sociedade mais igualitária. Os problemas são imensos, como descrito na citação a seguir:

> Contudo, também não ignoramos que este movimento, que brota em diversas partes do mundo, se encontra repletos de limitações: (a) estruturais – por meio de divisão do trabalho, constituição de hierarquias, jornadas que excedem o tempo convencional, formação de quadros administrativos, decisões centralizadas nos "mais experientes"; (b) no posicionamento dos membros – com a permanência do

> individualismo nas atitudes na distribuição de sobras e de tarefas e o desinteresse por participar das decisões; (c) nos processos de gestão – com a dificuldade de re-significar o conhecimento ou o uso da técnica para o novo contexto autogestionário; com isso, em busca da eficiência se reproduzem instrumentos técnicos para a coordenação da cooperativa; (d) de formação política – com a ausência de fomento, ou debate sobre os valores da economia solidária, como o cooperativismo, o associativismo, a alienação, as relações de poder no trabalho, bem como propostas de articulação de contraponto ao capitalismo; (e) em um processo de naturalização da opressão – com a permanência e reprodução do discurso de que a sociedade sempre se estruturou de maneira hierárquica, e que o fato de haver desigualdade na distribuição de rendas e tomada de decisões se deve à falta de capacitação e conhecimento do indivíduo; (e) de um sequestro do imaginário – na impossibilidade de se pensar em algo que transcenda o sistema capitalista, visto que se acredita que ele é "dominante" e o sujeito não tem voz, nem vez. Nega-se com isto a possibilidade de se criar utopias (CALBINO e DE PAULA, 2011, p. 445).

Os aspectos expostos por Calbino e de Paula (2011) apontam a necessidade de aprofundar as discussões relacionadas à temática da gestão de empreendimentos econômicos solidários (EES) e empreendimentos sociais voltados para a geração de trabalho e renda, que considera a premissa de uma gestão coletiva e participativa.

Estruturas organizacionais para gestões coletivas constituem-se como parte das demandas de melhorias de gestão dos EES. Nessas estruturas destacam-se as formas de aprendizagem

dos gestores, que devem buscar a autogestão como forma de decisão somada a uma capacidade de gerir os recursos. A partir dessa perspectiva de gestão, pode-se inferir que entender como se dá a aprendizagem e a formação em competência em gestão dos empreendimentos sociais e solidários pode contribuir na construção de estruturas organizacionais mais eficazes no que tange a melhores processos de aprendizagem, visando menor alienação e permitindo maior efetividade da economia solidária como alternativa aos sistemas econômicos predominantes na sociedade atual.

2. Fundamentação teórica

Para o entendimento sumário da base teórica que fundamentou a análise apresentada neste trabalho serão apontados três temas nesta seção, a saber: formação de competência, autogestão e empreendimentos econômicos solidários.

2.1. Formação de competência

Tendo em vista as diversas possibilidades atribuídas à palavra competência, esta seção delimitará os conceitos iniciais que norteiam esta pesquisa quando se trata de competência e formação de *expertise*.

A competência individual é saber agir responsavelmente, o que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo (FLEURY & FLEURY, 2004).

Já Zarifian (2001) define competência individual como o "tomar iniciativa" e o "assumir responsabilidade" do indivíduo diante das situações profissionais que enfrenta no seu cotidiano.

Para este trabalho, inicialmente, parece ser válida uma discussão acerca de como as competências relacionadas ao trabalho são formadas/adquiridas pelos trabalhadores em seu cotidiano de trabalho. Nesse sentido, serão apresentados

brevemente o modelo de competências proposto por Zarifian (2001) e a discussão de Dreyfus e Dreyfus (2012) sobre a formação de *experts*.

Os modelos clássicos de organização do trabalho não dão conta da discussão acerca da formação de competência dos trabalhadores, pois, em sua maioria, para estes, o trabalho é algo que pode ser mecanizado, e praticamente não se vê uma discussão sobre as decisões que o trabalhador faz no seu dia a dia. Do ponto de vista prático, as proposições de Dreyfus e Dreyfus (2012) colocam que os trabalhadores realizam seu trabalho tomando decisões intuitivamente. Ressalta-se, porém, que a intuição referida por esses autores não é uma intuição baseada em senso comum, mas uma intuição baseada no acúmulo de competência adquirida pelo *expert* após grande vivência. Para chegar ao nível de competência de um de *expert* e poder usar intuição em suas decisões, é necessário passar por estágios, a saber (DREYFUS, 2011):

I. **Novato –** o indivíduo reconhece o ambiente da tarefa e é dado a ele regras que deverão ser consideradas;
II. **Iniciante avançado** – o indivíduo já percebe que as regras apenas não são suficientes para perceber o contexto. É necessário compreender características situacionais, como sons, cores, comportamentos das pessoas, entre outras, para de fato conseguir buscar o domínio da situação;
III. **Competente** – sendo competente, o indivíduo não só consegue reconhecer o contexto como dá conta de buscar em seus conhecimentos regras e procedimentos em diversas situações diferentes já vividas, de maneira que ele possa escolher a mais adequada diante de uma situação com a qual se depara;
IV. **Proficiente –** nesse estágio, o indivíduo ainda não reage intuitivamente às diversas situações com que se depara. Ele sabe o que tem que fazer, mas ainda tem de decidir buscando regras e procedimentos experienciados em momentos anteriores para fazê-lo;

V. ***Expert*** **–** agora o indivíduo já enxerga a solução do problema imediatamente ao se deparar com ele. O *expert* distingue as situações possíveis de maneira que já sabe qual é a melhor decisão intuitivamente, tornando o processo de resolução do problema quase que um processo subconsciente, dada a sua perícia;

VI. **Mestre –** o *expert* insatisfeito com sua capacidade atual se coloca em situações degradantes, temporariamente de desconhecimento. Essas situações permitem um aumento de sua habilidade diferentemente do *expert* médio, satisfeito em desempenhar bem suas atividades atuais.

Nas decisões que se faz no dia a dia e, em especial, no ambiente de trabalho pode-se pressupor que, independentemente do nível teórico-organizacional de autonomia que o trabalhador possui sobre seu trabalho, se faz necessária a construção de uma competência que consiga lidar com o inusitado ou o predeterminado.

Para a formação dessa competência e o alcance da posição de *expert*, considera-se a interação social baseada em cooperação e comunicação como fator essencial para a formação dessa competência, que se define em torno dos três conceitos (ZARIFIAN, 2001) descritos a seguir:

a. **Eventos:** acontecimentos surpreendentes que rompem o fluxo cotidiano no trabalho e que se tornam mais constantes ou importantes em ambientes dinâmicos, sujeitos à alta variabilidade. Por consequência dos eventos, os trabalhadores agregam conhecimentos que aumentarão suas competências;
b. **Comunicação:** “[...] construir um entendimento recíproco e bases de compromissos que serão a garantia do sucesso das ações desenvolvidas em conjunto” (ZARIFIAN, 2001, p. 45). Isto é, uma boa comunicação permitirá que as organizações tenham suas interações melhoradas. Permitirá aos trabalhadores entender os problemas dos outros e a influência

que suas ações têm nos problemas dos outros, e promoverá a noção de justiça entre as pessoas.

c. **Serviço:** todas as atividades (mesmo que sejam pormenorizadas) exercidas pelo trabalhador que interfiram nas condições de outras pessoas, ou instituições, (independentemente do seu tipo), constituem um serviço como colocado a seguir:

> O "produto" (no exemplo dado, produtos de aço) é simplesmente a solução possível para esse problema (amortecer os choques dos carros ao longo das estradas, ou para resolver problemas de baixo peso específico e de resistência das chapas dos automóveis), elaborada após estudos e testes, e que compete com outras soluções (soluções em cimento, para as estradas; em plástico, para as chapas de automóveis). É nesse sentido que se pode falar de "serviço", e evocar a coprodução de serviço entre cliente-usuário e a empresa produtora de serviço (ZARIFIAN, 2001, p. 48).

As modificações do trabalho/trabalhador, dentro das organizações, exigem delas alterações em suas estruturas organizacionais, sendo menos mecânicas e mais susceptíveis às mudanças. Zarifian (2001) coloca essa nova lógica organizacional como "lógica da competência", na qual o trabalhador tem que assumir responsabilidades, tomar iniciativa (principalmente diante de eventos, que por definição não estão normalizados, já que são novos). Ele deve entender de maneira prática o contexto em que está inserido, ser capaz de gerar conhecimento a partir desse novo evento e utilizar-se de conhecimentos adquiridos nos eventos e conseguir transformá-los em elementos úteis para o seu trabalho e para a sua formação de *expertise.*

De maneira similar ao conceito anterior, a competência pode ser considerada a capacidade que um indivíduo possui para agir, baseada em seus conhecimentos teóricos e tácitos, que envolvem cinco elementos interligados: conhecimento

explícito, habilidade, experiência, julgamento de valor e rede social (SVEIBY, 1998).

Outra maneira de conceituar competência que será útil na construção metodológica de análise encontra-se em Schwartz (1998), segundo o qual se tem que a competência é constituída por seis ingredientes discutidos nos parágrafos seguintes.

O primeiro ingrediente relaciona-se ao que Schwartz (1998) classifica como "domínio dos protocolos". Entende-se que essa expressão considera a necessidade de conhecimentos prévios para a execução do trabalho antes de sua realização.

O segundo ingrediente é bastante interessante, pois se caracteriza justamente pelo contrário do primeiro. Ele enfatiza a capacidade (competência) do trabalhador de se apropriar de cada situação e sua singularidade. Nesse caso, Schwartz (1998) coloca a aprendizagem como uma situação única. Seriam os eventos definidos em Zarifian (2001).

O terceiro ingrediente de Schwartz (1998) é o elo entre o primeiro e o segundo ingredientes. O quarto ingrediente da competência para Schwartz (1998) diz respeito à discussão das normas. Schwartz (2000) coloca que essa questão tem a ver com o "uso de si" por si mesmo ou o "uso de si" pelo outro. Nesse caso, trata-se de como a organização, ou seja, o meio utilizará o trabalhador. Já o "uso de si" por si mesmo trata de como o próprio trabalhador vai utilizar do seu corpo e da sua competência.

O quinto ingrediente da competência relaciona-se com a capacidade da pessoa em ativar seu potencial de solução do problema a partir dos ingredientes anteriores, ou seja, as normas, a aprendizagem com outras situações, o entendimento da organização e do meio.

O sexto ingrediente diz respeito à influência do histórico do sujeito para a formação da competência. Portanto, cabe aqui ressaltar que o entendimento e as decisões do sujeito em situação de trabalho são frutos não apenas das situações de trabalho, mas também da vida social do sujeito na família, na escola, em outras organizações e suas experiências anteriores.

Na definição de competência, pode-se enfatizar a importância do treinamento e o desenvolvimento para a melhoria do desempenho das pessoas. Contudo, em muitas situações a aprendizagem vem a partir do enfrentamento, isto é, o trabalhador necessita vivenciá-las para que aprenda (PARRY, 1996). Nesse caso, não há como adquirir o aprendizado total apenas por meio de treinamento. Esse é o caso dos eventos ou de situações imprevistas. Por meio de treinamentos, são narrados os procedimentos a serem praticados. O trabalhador tende a visualizar previamente o que deve ser feito, entretanto, ao enfrentar a situação real, é possível que não se recorde de todos os procedimentos anteriormente informados. Nesse cenário, ele passa a agir de acordo com as informações que visualiza *in loco* e não considerando o treinamento prévio.

Nesse âmbito, a definição de competência é o saber fazer, a habilidade ou a capacidade de realizar. O que se percebe é que, em função dos diversos pontos de vista e interesses refletidos no conceito de competência, pode haver divergências entre autores. Mas, na maioria dos conceitos de competência aqui citados, há um traço comum, visto que enfatizam:

- o "saber", que está relacionado às dimensões práticas, técnicas e científicas que são adquiridas formalmente ou através de experiência profissional;
- o "saber agir" ou "como fazer", que é a capacidade de transpor os conhecimentos para situações concretas, tomada de decisões, resolução de problemas;
- o "saber ser", que envolve características de personalidade adequadas aos comportamentos requeridos nas relações de trabalho: responsabilidade, cooperação, assimilação de novos valores, entre outros (CARIOLA e QUIROZ, 1997; STROOBANTS, 1997; MANFREDI, 1998 *apud* INVERNIZZI, 2001).

Sumariamente, competência é a mobilização de conhecimentos formais e informais que o trabalhador utiliza em busca

de resolver o problema do cliente (CURI FILHO, 2009), como apresentado na figura 1.
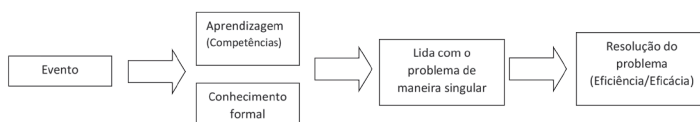
Figura 1: Relação dos eventos com eficiência e eficácia.
Fonte: CURI FILHO, 2009.

A competência do trabalhador será aumentada se as situações forem diversificadas. Essa é uma lógica empirista acerca do processo de formação de competência, em que o indivíduo gera conhecimento a partir dos estímulos emitidos pelo seu ambiente, ou seja, pela sua relação com o mundo. Outro fator importante para o aumento da competência é o compartilhamento de informações com outras pessoas (mobilização de rede de atores). Assim, pode-se inferir que uma organização que utiliza a lógica da competência muito provavelmente se disporá em grupos que terão certo grau de autonomia.

Pode-se entender que um EES, que possui como princípio de gestão a autogestão, é um grande grupo, cuja autonomia é extrema tendo em vista que as decisões são tomadas pelo próprio grupo.

O EES, como destacado por Zarifian (2001), tem nos eventos e na comunicação essenciais aspectos para o acúmulo de competência, contribuindo para que os membros da cooperativa e ela própria como organização atinjam a *expertise* da gestão da produção e administração. Ressalta-se que se o dia a dia da produção contribui para a formação de *experts* em relação aos aspectos da produção, as discussões e as decisões em conjunto, diante das demandas gerenciais diversas, contribuem para o acúmulo de competência e a formação de *expertise* em gestão dos participantes dos EES.

Considerando que a autogestão é um princípio básico da economia solidária, e o interesse desse estudo são as organizações

inseridas no contexto da solidariedade, entende-se que se faz necessário um maior detalhamento do tema.

2.2. Autogestão

A autogestão no Brasil começou a se difundir a partir do ano de 1990, quando trabalhadores de empresas em estado falimentar ou pré-falimentar que se encontravam, portanto, desempregados, utilizando-se de uma gestão democrática e participativa no empreendimento, começaram a se associar, principalmente sob a forma de cooperativas, para manter funcionando as instalações das antigas empresas, como pode ser visto particularmente nas palavras de Tauile e Rodrigues (2004):

> As formas pelas quais surgem os empreendimentos de autogestão são distintas, muito embora seus formatos societários não se desviem dos moldes tradicionais, em vigor na ordem jurídica brasileira, e mesmo internacionalmente, embora na Europa seu aparecimento e evolução guardem particularidades próprias das suas diferentes histórias (p. 39).

A inserção de um novo mundo de trabalho e economia pode gerar uma consciência acerca do papel do trabalhador nesse universo do trabalho e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática do trabalho. O papel possível da economia solidária, a ser inquirido, é o de dar a prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 2000, p. 28), por dispor de vantagens comparativas, derivadas da sua forma social de produção específica.

As práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Sendo assim,

Verano (2001) apresenta as seguintes características sobre a autogestão: a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou a sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido. Em síntese, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

A autogestão não contradiz o modelo produtivista, pelo contrário, o sucesso econômico do empreendimento é condição indispensável ao seu desenvolvimento, assim como do próprio projeto político, uma vez que a autogestão é capaz de eliminar as consequências perversas do lucro por meio da propriedade coletiva e da organização democrática (SINGER, 2000).

A exatidão e a dignidade da organização e produção autogestionária expressam-se na legitimidade social e na viabilidade econômica desses empreendimentos. Por isso, merecem uma atenção especial da sociedade e do Estado, de modo a lhes permitir adequada formação, educação, capacitação de crédito e recursos tecnológicos. Essas iniciativas contribuem para a geração de milhares de postos de trabalho e renda, com uma perspectiva de sustentabilidade. Além disso, ajudam o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, consequentemente, com o desenvolvimento econômico e social.

No modelo de autogestão, a gestão é tão necessária quanto nos modelos tradicionais de administração, pois ela independe da escala de recursos com que se trabalha. Organizar o trabalho e o fluxo de informações, definir e decidir por alternativas econômicas e estratégias de comercialização, de compras e de vendas, planejar as atividades, por exemplo, são também imprescindíveis a esse tipo de empreendimento. Portanto, os participantes de uma cooperativa precisam atingir os níveis de *expert* a partir da sabedoria popular (COLLINS e EVANS, 2010).

Entretanto, existe uma dicotomia na gestão desses empreendimentos, ao mesmo tempo que necessitam ser eficientes e eficazes economicamente em sua atividade, buscando racionalização dos recursos para ser viável segundo as regras do mercado, objetivam também a eficiência social, o bem-estar, garantindo que as decisões sejam coletivas, democráticas e solidárias (GAIGER, 1999; RUFINO, 2005).

Diante de tais realidades dos empreendimentos sociais, econômicos e populares, o estudo, a adaptação, a transferência, a democratização e a implementação dos conceitos, métodos, técnicas e ferramentas de gestão para as iniciativas autogestionárias são de extrema importância para a sustentabilidade integrada nos campos econômico, produtivo, mercadológico e organizacional desses empreendimentos.

Os trabalhadores de empreendimentos sociais e solidários dominam a técnica de produção (às vezes nem isso), mas geralmente não possuem o conhecimento sobre técnicas de gestão, informações necessárias para tomar as decisões coletivas da maneira mais eficiente e eficaz, de forma a minimizar os excessos, as ociosidades e os prejuízos, e aumentar os benefícios e assumir riscos inerentes às atividades organizacionais. Mascarenhas (2007, p. 25) corrobora afirmando que é "essencial que se adquiram conhecimentos específicos de gestão, o que servirá de base para a tomada de decisão coletiva. Portanto, faz se necessário o domínio de diversas questões financeiras, comerciais, administrativas e operacionais".

As organizações solidárias operam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão apenas intuitiva (RAZETO, 2002), mesmo em caso de muito tempo de existência, como no caso dos EES apresentados neste projeto.

Assim como a autogestão, de forma mais ampla a gestão nas suas mais variadas vertentes constituem problemas para todos os tipos de organizações. Haja vista a quantidade de textos e livros publicados apresentando variadas propostas para uma melhor gestão das organizações. Tem-se, por exemplo, a colocação que na área hospitalar não se possui competência de gestão

especializada (MALIK e TELES, 2001) ou na área de Tecnologia da Informação (VIEIRA *et al.*, 2003). Ou ainda no setor de serviços como um todo (BERTUCCI, 2005). Contudo, em sua maioria, as referências são voltadas para a gestão de organizações heterogestionadas.

Para a autogestão, vale o entendimento de que é necessária uma gestão adequada que permita a competitividade dos EES, mas que não se fira o caráter autogestionário desses empreendimentos. Este constitui um substancial dilema das organizações autogestionárias, como destacado em Lima (2010, p. 180):

> A autogestão em cooperativas de trabalhadores, uma bandeira originalmente dos trabalhadores visando maior autonomia e democracia no trabalho, tem sido igualmente reinterpretada. Não exatamente como resultado de mobilizações operárias nas quais a bandeira da autogestão teria um caráter de transformação social ou um projeto de sociedade mais democrática, e sim, frente ao desemprego estrutural decorrente da reestruturação econômica. As cooperativistas passaram a ser vistas como alternativa possível através de ocupações de fábricas e sua recuperação sobre controle dos trabalhadores; cooperativas organizadas por trabalhadores, por entidades governamentais, ONGs, sindicatos visando o combate ao desemprego; formas alternativas de produção vinculadas a movimentos contra culturais e mesmo por empresas, com o objetivo de enxugamento da produção a partir da terceirização de atividades.

Como forma de organização do trabalho, a autogestão no Brasil começou a se difundir a partir do ano de 1990, quando trabalhadores de empresas em estado falimentar ou pré-falimentar, desempregados, ao resgatar elementos de sociedade de pessoas

com caráter econômico, possibilitando uma gestão democrática e participativa no empreendimento, começaram a se associar, principalmente sob a forma de cooperativas, para manter funcionando as instalações das antigas empresas.

2.3. Empreendimento econômico solidário

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e as transformações na própria organização econômica no Brasil e no mundo estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção.

> Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção está se disseminando em todo o País. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada economia solidária (MAGALHÃES e TODESCHINI, 1999, p. 1).

Os empreendimentos de economia solidária estão aptos a se credenciar como formas consistentes de vida econômica, atendendo às necessidades da população mais carente e formando um conjunto de empreendimentos variados que, juntos, poderão formar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva de construção da economia solidária.

> A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma

> inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária (GAIGER, 1996, p. 11).

Um fato relevante sobre os empreendimentos autogestionários é a eliminação da parcela do excedente antes apropriada pelo estamento patronal para fins privados, pois sua destinação, agora, fica ao arbítrio dos trabalhadores, quer somando-se à remuneração do trabalho, quer sendo reinvestida na empresa.

Icaza e Asseburg (2004) trazem uma problematização importante sobre a promoção de assessorias que orientam a prática dos empreendimentos solidários, no sentido de que elas acabam suprindo as dificuldades de organização de tais empreendimentos e fazendo todo o trabalho de articulação das cooperativas.

A análise do caráter autogestionário dos empreendimentos solidários é uma tarefa complexa e atravessa de forma recorrente os estudos de caso pesquisados no campo da economia solidária. Segundo Magro e Coutinho (2008), tal análise envolve questões diversas, como o processo de organização do trabalho no empreendimento, as formas de participação dos cooperados nas decisões tomadas, os conflitos que emergem nesses contextos e a forma como os cooperados os encaminham, assim como o papel ocupado pelas incubadoras na gestão.

Como exemplo de EES tem-se a cooperativa analisada neste trabalho. Suas características de decisão são autogestionárias, ao menos no que tange às suas tentativas. A cooperativa possui trabalhando atualmente sete costureiras. Dessas, seis trabalhavam como costureiras antes de participar da cooperativa e outras ingressaram após um curso de formação em costura pelas próprias costureiras. Inicialmente, havia um clube de mães/senhoras que evoluiu para uma cooperativa formalizada. Na época, o espaço foi comprado. Para participar efetivamente da cooperativa, as novas ingressantes passam por uma espécie de tempo teste, que corresponde a uma experiência de um ano.

A cooperativa em estudo pode ser considerada cooperativa de produção cujo produto principal é a costura industrial. Os recursos provenientes dos ganhos da cooperativa representam para a maioria das cooperadas a maior fonte de renda. Hoje, a cooperativa, além das sete cooperadas, utiliza-se eventualmente de uma costureira que ajuda na produção contratada como *freelancer*. Destaca-se que uma das cooperadas fez Técnico em Administração. Ela tem como responsabilidade a maioria dos aspectos administrativo-financeiros da cooperativa em conjunto com a atual presidente. As duas ainda realizam todo o planejamento da produção e comercial da cooperativa.

3. Aspectos metodológicos

Para o estudo do EES proposto, os princípios metodológicos a serem seguidos foram aqueles apresentados na metodologia pesquisa-ação para a qual se encontra uma definição em Thiollent (2005, p. 16) como sendo:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação entrepõe o campo da pesquisa e o da prática. O termo abrange as duas temáticas, que são realizadas simultaneamente.

Essa metodologia permite que sejam desenvolvidos diversos tipos de ações, desde a resolução de um problema até a construção de um plano de atuação a ser aplicado posteriormente. Permite também adaptar o instrumento metodológico segundo o

surgimento de informações durante o processo de pesquisa, não sendo dessa forma limitada por uma teoria "já posta".

A dinâmica da pesquisa-ação pode ser entendida pelas proposições de Tripp (2005) que afirma:

> É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela (p. 445).

Outras características da pesquisa-ação são a participação e a colaboração dos atores "pesquisados" no processo de pesquisa. Dessa forma, a metodologia da pesquisa-ação contribui para que os atores sociais se apropriem dos resultados da pesquisa e se tornem participantes ativos nos processos de transformação social que podem ser desencadeados. Por meio da sua participação, é possível colocá-los em contato, permitindo assim uma possível interação entre eles.

3.1. Coleta de dados

Foram registradas verbalizações e feitas observações para tentar uma melhor compreensão do funcionamento do EES estudado. Assim, tem-se acompanhado a produção do EES e algumas de suas reuniões. A intenção foi coletar dados que contribuíram nas respostas das seguintes questões práticas que visam responder às questões:

– Quem se consulta em tomada de decisões na prática?

– Com que frequência o grupo se reúne para tomar decisões? Em quais situações de fato se reúne o grupo? Que tipos de decisões são tomadas sem o grupo se reunir? (Nesse caso, há aspectos comunicacionais informais?)

– Como se dá a comunicação? A lida com as situações inesperadas?

– Como é o processo de entrada de novos membros? Como se dá sua participação na produção e na gestão?

O contato destes autores com a realidade da cooperativa se deu durante três anos. Nesse período, as cooperadas levantaram a demanda relacionada aos ganhos de cada uma com o trabalho da pesquisa-ação. Apesar de elas sempre exaltarem seu ambiente de trabalho, há uma reclamação constante: que os ganhos são poucos e que o trabalho individual como costureira poderia fornecer maiores ganhos salariais.

Partindo do pressuposto de que o ato de costurar é uma competência que as cooperadas possuem, as possibilidades de melhorias nos ganhos se dariam na melhoria da gestão tanto da produção quanto da administração da cooperativa. Inicialmente, as cooperadas levantaram a necessidade de conseguir mais pedidos. Contudo, a atual quantidade de pedidos já ocupa todo o tempo de trabalho das cooperadas, sendo que qualquer pedido que exceda a média acaba por levá-las a uma carga de trabalho superior às horas normais, gerando muitas reclamações. Foram inúmeras as vezes que frases dos tipos abaixo foram ouvidas.

"Eu tenho filho que depende de mim e tenho que ir embora meio do dia" (frase de uma das cooperadas sobre as horas extras necessárias para cumprir determinado prazo). Ou "Eu não posso ficar aqui depois das 5 horas" (outra cooperada para o mesmo tema).

Elas reclamam de que os prazos que são acertados com os clientes são muito curtos. A própria presidente colocou: "Realmente, não sabemos muito quanto tempo vamos levar para produzir aquele pedido" (presidente, em reunião da cooperativa com participação destes pesquisadores no dia 3 de julho de 2013). Parece que elas ainda não atingiram níveis de competência que pudessem solucionar esses problemas relacionados à gestão da produção e da administração.

Outra cooperada considerou que as pessoas devem focar no trabalho e entender que os prazos devem ser cumpridos: "As pessoas têm que entender que quando é pra entregar um pedido naquele dia é naquele dia". Na mesma discussão, uma quarta

cooperada colocou: “Tem que fazer o trabalho render” (duas cooperadas, em reunião da cooperativa com participação destes pesquisadores no dia 3 de julho de 2013).

Há ainda por fazer uma vasta discussão sobre a gestão da cooperativa e seus processos de tomada de decisões e em quais competências as cooperadas baseiam-se para as decisões relacionadas à gestão da produção e administração.

4. Eventos e formação de competência na cooperativa

A partir do acompanhamento da cooperativa, pode-se evidenciar, ao menos preliminarmente, como o grupo se concentra na figura da presidente no processo de tomada de decisões. Seja por seu nível de escolaridade um pouco mais elevado, seja por suas características individuais de liderança, a grande maioria das decisões é tomada por ela. Esse é um fato contrário ao que se entende por dificuldade real da prática autogestionária.

Nos primeiros contatos com a cooperativa, notou-se que as cooperadas estavam acostumadas ao modelo hierárquico de tomada de decisões, de forma que a centralização das decisões era natural, mesmo elas sendo membros de uma cooperativa. Por outro lado, a presidente se via forçada a tomar as decisões sozinha, porque não encontrava qualquer tipo de apoio das cooperadas nesse processo, por falta de conhecimento técnico ou por falta de interesse.

Em reunião gravada em áudio nas primeiras visitas, quando perguntada sobre a relação da cooperativa com os clientes, uma cooperada que estava há mais de um ano na cooperativa nos relatou: “Não consigo responder muito bem porque estou há pouco tempo aqui. Fico sabendo do bom ou ruim a partir do que a presidente relata. Também não sei avaliar, depende da fala da Oscilma, porque não estamos no escritório lidando diretamente com o cliente”.

No início do trabalho da incubação, não havia a prática na cooperativa de realizar reuniões periódicas. As reuniões se

davam à medida que havia a necessidade de se fazer comunicados e tinha caráter estritamente informativo. Geralmente ocorriam em situações em que os rendimentos não seriam suficientes para cobrir a folha de pagamento e o salário seria reduzido ou adiado. Isso demonstra que não havia preocupação em estabelecer uma comunicação efetiva e dialógica entre as cooperadas e a presidência. Cabe ressaltar que o próprio fato de as cooperadas utilizarem a palavra salário em vez de repartição de sobras corrobora com a cultura heterogestionária ainda presente. Tal situação pode ser ratificada em falas identificadas na transcrição das verbalizações. Uma cooperada, quando perguntada sobre o que entendia por autogestão, respondeu: "Não sei o que significa (explicamos). Acho que às vezes administramos juntos, às vezes não".

Dessa forma, ficou clara a necessidade de promover discussões acerca do significado da autogestão. Percebe-se que a formação de *experts* em gestão não ocorre. Assim, foram feitas numerosas formações e um intenso trabalho de orientação tanto da presidência quanto das cooperadas sobre a necessidade da melhoria na comunicação. Esta deveria se dar de forma a preparar todas as cooperadas para lidar com os eventos de forma compartilhada. Assim, o trabalho e as responsabilidades da cooperativa seriam mais bem distribuídos.

Parece ser razoável, o entendimento, a partir dessas falas, é de que a competência em gestão concentra-se demasiadamente nas mãos da presidente e de outra cooperada. Portanto, sem desconsiderar o fato de que pessoas são politicamente mais engajadas que outras e que tal situação contribui para que outra cooperada se coloque mais à frente da cooperativa, a falta de conhecimento dos aspectos gestionários da própria cooperativa afasta ainda mais outras cooperadas da gestão. Soma-se a isso a dificuldade de comunicação que, como proposto por Zarifian (2001), é algo que exige amplo entendimento de todos. *Vide*, por exemplo, a seguinte fala de uma cooperada: "Tem horas que não se pode falar muito porque as pessoas entendem mal. Ultimamente tenho só visto e ficado calada. As pessoas falam coisas que

eu nem falei. Tem coisas que acontecem que fico sabendo só por fofoca porque a administração não fala".

Esse depoimento ratifica como as falhas de comunicação são um grande obstáculo para a efetiva autogestão. A cooperada se sente inibida a opinar devido aos recorrentes mal-entendidos nas comunicações informais.

As falhas na comunicação contribuem sobremaneira para a existência de conflitos na cooperativa e para a dificuldade de aumento da competência em gestão das cooperadas, pois não há amplo compartilhamento das implicações dos eventos. A falta de conhecimento das cooperadas acerca das relações externas e das decisões da cooperativa provoca especulações na comunicação informal. Em uma atividade realizada pela incubadora, foi entregue um papel em branco às cooperadas, e solicitou-se que cada escrevesse dois pontos que deveriam ser mudados para melhorar a qualidade do trabalho delas. Entre as várias sugestões dadas, como melhoria do maquinário, melhoria do salário, a que predominou foi a necessidade de se cessar a comunicação informal sem fundamento e sem fontes, que prejudicava a interação harmônica entre elas.

No segundo ano de trabalho da pesquisa-ação, as cooperadas começaram a se reunir uma vez por semana antes do expediente, com o acompanhamento do grupo de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Ufop. Essas reuniões se deram com o objetivo de melhorar a relação interpessoal das cooperadas e instalar uma nova forma de abordar os assuntos da cooperativa, possibilitando, nesse caso, maior comunicação sobre os eventos e, por consequência, maior aumento da competência, incluindo as questões que dizem respeito à gestão da cooperativa.

A implementação dessas reuniões é um passo para que competência se torne efetiva entre as cooperadas, pois a cooperativa tem grande deficiência de competências técnico/gerenciais. *Vide*, por exemplo, uma situação na qual a cooperativa necessitava vender máquinas antigas e a única forma que encontrou foi trocar por uma máquina nova, pagando uma complementação. Assim,

as cooperadas adquiriram um financiamento de R$ 500,00 mensais. Em reunião em conjunto entre os membros da universidade e da cooperativa, avaliou-se a capacidade de pagamento da cooperativa e descobriu-se que elas deveriam aumentar a produção em aproximadamente 20% para serem capazes de cobrir todas as saídas do mês. Esse é um relato que permite perceber a falta de análise, visto que foi tomada uma decisão de compra sem avaliação do retorno que o produto comprado traria e, portanto, demonstrando que a cooperativa necessita ainda de um aumento de competência gerencial que possa permitir a ela melhor efetividade em suas decisões.

O aumento da competência, respeitando as individualidades, deve ser adquirido de forma que a autogestão consolide-se. Entende-se que, consolidando a competência das cooperadas e da autogestão, o processo de alienação das cooperadas acerca do seu próprio cotidiano diminuirá. Portanto, é essencial que a formação de competência em gestão aconteça. Para tal, pode-se lançar mão de mecanismos autogestionários na organização, tais como a reunião diária implantada pelas próprias cooperadas.

5. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar como vem se dando a formação de competências em gestão em um específico empreendimento econômico solidário constituído aqui por uma cooperativa de costura. Esse tipo de organização está em uma lógica econômica, na qual se atribui o nome economia solidária, da qual a base organizacional é a autogestão.

O sistema econômico capitalista, predominante na sociedade atual, gera inúmeras distorções sociais, inclusive no campo da participação das decisões. Assim sendo, entre outros objetivos, a economia solidária propõe que haja organizações autogestionárias, nas quais os trabalhadores participariam de todas as decisões das organizações em que trabalham.

Contudo, a realidade da gestão dos EES autogestionários ainda não condiz com os pressupostos da própria economia solidária e, portanto, há ainda muita centralização de poder e dificuldades na autogestão envolvendo lideranças e não lideranças. Há ainda um processo de alienação que, de alguma maneira, interfere para que poucos trabalhadores se disponham (ou são levados a esta situação) a participar da gestão dos EES. Essa é uma realidade que se vê na cooperativa estudada, mas que se percebe ter diminuído a partir do uso de mecanismos organizacionais que permitem aumento de competência mediante ampla comunicação.

Considerando que a estrutura organizacional dos EES contribui com a não efetividade das decisões autogestionárias, a análise na cooperativa estudada aponta para o sentido de que o processo alienante das estruturas hierárquicas pode ao menos ser diminuído se, de fato, existir uma compreensão de como se dá a formação das competências em gestão nos trabalhadores e se inserir nas estruturas organizacionais dos EES mecanismos que fomentem a participação e o aumento da competência em gestão.

Esta pesquisa, apesar de possuir limitações, como a dificuldade em elaborar mecanismos que meçam o aumento da competência, permite contribuir com uma discussão que pode ser útil no dia a dia dos empreendimentos econômicos solidários para que, efetivamente, consigam tornar o processo autogestionário participativo e efetivo.

Referências

BERTUCCI, J. L. O. Ambiente, estratégia e *performance* organizacional no setor industrial e de serviços. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 10-24, jul./set. 2005.

CALBINO, D.; DE PAULA, A. P. P. Herbert Marcuse, Paulo Freire e a economia solidária como alternativa emancipatória. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 425-47, out. 2011.

COLLINS, H.; EVANS, R. **Repensando a *expertise***. Tradução Igor Antônio Lourenço da Silva. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CURI FILHO, W. R. **Indicadores de desempenho e competências em empresas de serviços: estudo de caso em dois hospitais da região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da UFMG. Belo Horizonte, 2009.

DREYFUS, H. L. **A internet**: uma crítica filosófica à educação a distância e ao mundo virtual. 2. ed. Tradução Luana Ribeiro de Carvalho. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2011.

DREYFUS, H. L.; DREYFUS, S. E. ***Expertise* intuitiva**: para além do pensamento analítico. 2. ed. Tradução Pedro Cava. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2012.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

____________. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

ICAZA, Ana Mercedes Sarilha; ASSEBURG, Hans Bino. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

INVERNIZZI, Noela. Teoria da competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho. **Trabalho & Educação**. Revista do NETE (Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação). FAE/UFMG, n. 9, jul./dez. 2001.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 158-98.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI R. **Sindicalismo e economia solidária**: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://web.tau.org.ar/ upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Magalhaes_Todeschini.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MAGRO, M. L. P. D.; COUTINHO M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "Empreendimentos Solidários". **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, 2008.

MALIK, A. M.; TELES, J. P. Hospitais e programas de qualidade no Estado de São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, jul./set. 2001.

MASCARENHAS, Thais S. Os conhecimentos de gestão e seus mitos. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

PARRY, S. B. The quest for competencies. Training, **Minn**, Minneapolis, v. 33, n. 7, p. 48-54, jul. 1996.

RAZETO, Luís. **Entrevista à Neticoop (Rede da Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas)**. Disponível em: <www.neticoop.org.uy>. Acesso em: 7 out. 2002.

RUFINO, S. A dinâmica das redes de cooperação na economia solidária. In: AMATO NETO, João (Org.). **Redes entre organizações**: domínio do conhecimento e da eficácia operacional. São Paulo: Atlas, 2005.

SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, R. M.; CARVALHO NETO, A. (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil** – Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Tradução L. E. T. Frazão Filho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Revista Proposições,** v.1 , n. 5, p. 32-50, 2000.

________. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. CEDES-UNICAMP. **Revista Educação e Sociedade**, n. 65, p. 101-39, dez. 1998.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **Ipea** – Mercado de Trabalho, n. 24, ago. 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-66, set./dez. 2005.

VERANO, Luís. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

VIEIRA, A. M.; CRUZ, C. S.; ADORNO, G. C.; EIRA, F. L. S.; COSTA, G. P. C.; VIEIRA, M. R. **Gestão e desenvolvimento de competência gerenciais relacionadas à tecnologia da informação**. Dissertação de Especialização Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Brasília, 2003.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**. São Paulo: Atlas, 2001.

Economia solidária, saúde mental e o processo de incubação: um relato da experiência junto à Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade/MG

Jean Carlos Machado Alves
Thais Aparecida Andrade de Almeida
Viviane da Silva Serafim
Wesley Costa Santos

Resumo

A luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica implementadas no Brasil significaram grandes mudanças na vida dos usuários de saúde mental, de familiares e de profissionais da área da saúde, uma vez que por meio delas foi possível a reinserção dos usuários da saúde mental no contexto social como cidadãos. Diante das conquistas e dos avanços nas políticas públicas criadas para a área de saúde mental, é possível perceber o surgimento de associações e cooperativas baseadas na economia solidária e com apoio de várias organizações, como as instituições de ensino superior por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, com o intuito de não somente propiciar a geração de trabalho e renda para os usuários, mas também outras formas de inserção social. Assim, o presente artigo tem como objetivo relatar as experiências da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Ufop (Incop) no desenvolvimento do processo de incubação da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental (Assume),

dificuldades enfrentadas e resultados obtidos. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizados: pesquisa bibliográfica, documental, visitas, participação em reuniões, treinamentos, entre outros. O processo de incubação se encontra em desenvolvimento, mas já é possível observar alguns resultados, como iniciativas e articulações para superação de desafios visando à sustentabilidade da associação. É notório que dia após dia, com as conquistas e visão de evolução, apoio e reciprocidade entre o empreendimento e o grupo de trabalho da incubadora, o aumento do sentimento de estar realizando de forma concreta um papel de benefício à sociedade é cada vez mais fortalecido.

Palavras-chave: Saúde mental, economia solidária, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

1. Introdução

Ao longo do tempo, o Brasil tem passado por mudanças em vários âmbitos, sejam econômicos, políticos e sociais, entre elas: crises, recessões, estagnações, desenvolvimento, abertura comercial, ampliação global, entre outras. Porém, o resultado de tanta transformação, muitas vezes, é o aumento da desigualdade socioeconômica, do desemprego e da pobreza na sociedade. Consequentemente, surgem conflitos em todo o país, onde cidadãos insatisfeitos exigem uma alternativa para a solução dos problemas, principalmente socioeconômicos, existentes ao longo de décadas.

O sistema econômico tradicional capitalista tem promovido diversos níveis de exclusões, pois várias pessoas na concepção desse sistema não estariam aptas ao trabalho, seja por questões físicas, sociais, educacionais, entre outras.

> Ao trabalho humano são atribuídos diversos significados; tal diversidade se

> deve, em parte, ao fato de que a tarefa de atribuir significados é carregada de subjetividade; portanto o trabalho humano comporta uma gama de sentidos que vão do individual ao social, referindo-se à subsistência, ao sentido existencial, à estruturação da personalidade e identidade do indivíduo, além de ocupar lugar de centralidade na organização societal, conforme assinala Borges (1998) (apud ARGOLO e ARAÚJO, 2004, p. 162).

As pessoas excluídas têm dificuldade de atender às várias demandas desse mercado e, automaticamente, não conseguem se inserir no sistema econômico tradicional. Devido à importância e aos significados atribuídos ao trabalho, o ser humano poderá desenvolver sérios problemas que não se limitam às questões materiais, mas, também, psicossociais.

> Dentre as consequências psicossociais do desemprego, destacam-se as afetações ao bem-estar psicológico do homem, intimamente relacionadas às ocorrências de deterioração do bem-estar físico, bem como de desagregação social. As principais afecções ao bem-estar psicológico, segundo Alvaro (1992), seriam: transtornos mentais leves (saúde mental geral), depressão, rebaixamento da autoestima, sentimento de insatisfação com a vida, dificuldades cognitivas e dificuldades de relacionamento familiar (ARGOLO e ARAÚJO, 2004, p. 165-66).

Mas há pessoas que sofrem de algum nível de problemas vinculados à saúde mental, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho e, consequentemente, aumenta a possibilidade de agravamento de seus quadros clínicos.

Assim, com a esperança de resolver ou amenizar tais problemas, surgem algumas alternativas, sendo desenvolvidas várias estratégias e ações, como a economia solidária.

> É dentro dessa possibilidade que a economia solidária, por possuir como princípios fundamentais a equidade, participação coletiva, autogestão, democracia e cooperação, apresenta-se capaz de desenvolver e efetivar as propostas resultantes do movimento e das iniciativas que repensam e ressignificam os modelos de atenção e, principalmente, a gestão de saúde mental (LIMA, SILVA e CRUZ, 2013, p. 1.009).

Nesse contexto, notam-se o fortalecimento e a necessidade da atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) e comunidade, como forma de auxiliar e aprender com grupos de pessoas em vulnerabilidade social e econômica, por meio de troca de experiências e conhecimentos.

Entre as várias formas que as IES podem auxiliar, têm-se as ações de extensão a partir das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), as quais, juntamente com grupos populares, procuram aprender e desenvolver ações em conjunto, para a criação e a ampliação de um método não tradicional de economia, na geração de ocupação e renda, para essa classe marginalizada ante a sociedade. Por meio da economia solidária, o cooperativismo e a autogestão incorporada dentro das associações, tem sido possível criar e ampliar a produção desses grupos, de forma a tentar reduzir a desigualdade social e gerar novas oportunidades para esse perfil de trabalhadores.

O processo de incubação de empreendimentos traz a experiência de um desenvolvimento prático na administração, bem como a assessoria dos mesmos, considerando sempre as competências já adquiridas pelos membros dos empreendimentos, tornando o processo uma troca de conhecimentos.

Na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), entre os projetos e programas de extensão, tem-se a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Ufop (Incop), que inicialmente foi criada para desenvolver ações de assessoria sociotécnicas junto a empreendimentos solidários ou grupos com potencial para tal nas regiões das cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. A Incop com uma visão multi e interdisciplinar e atua sob a luz da economia solidária, assessorando grupos das áreas de saúde mental, costura, catadores de materiais recicláveis, alimentação e artesanato.

Entre esses grupos, especificamente na cidade de João Monlevade, tem-se a Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental (Assume), que tem sua origem em 1996. No início de 2013, essa associação começou a ser incubada pela Incop, e vem passando por vários processos que vão desde o aspecto estrutural/organizacional até o político, pois o grupo apresentava vários problemas nessas áreas, além das questões subjetivas tanto em nível psíquico quanto organizacional.

Com o auxílio da incubadora, a associação pôde colocar em prática a economia solidária, essa que se tornou instrumento primordial para conduzir as tomadas de decisões, melhorar o relacionamento interpessoal, trabalhar elementos da autogestão e ampliar visões para uma economia mais justa e sustentável. A economia solidária tem contribuído para fortalecer o movimento da saúde mental na luta antimanicomial propiciando a inclusão produtiva e social dos usuários de saúde mental.

> O movimento da economia solidária propõe uma nova forma de organização do trabalho e da produção, cuja base é o trabalho coletivo, participativo e democrático, que vise à melhoria das condições de vida do trabalhador e, ao mesmo tempo, reflita relações mais justas entre os atores envolvidos, assegurando sustentabilidade não só ao empreendimento, mas também à toda comunidade (LOMAR, 2007, p. 50).

A economia solidária, no âmbito acadêmico, se desenvolve por meio de projetos ou programas de extensão, bem como por intermédio de ITCPs que contribuem nos empreendimentos mediante a elaboração de um planejamento das atividades entre outras, a geração de ocupação e renda.

Nesse sentido, as ITCPs são uma forma "de utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias visando a sua inclusão no mercado de trabalho" (GUIMARÃES, 1999, p. 39).

Assim, o presente artigo tem como objetivo relatar as experiências da Incop no desenvolvimento do processo de incubação da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental (Assume), as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos.

2. Referencial teórico

2.1. Saúde mental no contexto brasileiro

Com o surgimento da Revolução Industrial, foi necessário que a figura humana passasse a ser incorporada no ambiente fabril então criado, para atender à demanda oriunda do capitalismo crescente. Com esse fenômeno de "povoamento e criação de postos de trabalho nas fábricas", o que se percebeu foi que muitas pessoas passaram a ter uma rotina de trabalho e a obrigação de desempenhar suas atividades em um ritmo de trabalho ditado pelo empregador. Essa nova situação implicava diretamente a criação e o desenvolvimento da capacidade de adaptação dos empregados às longas jornadas de trabalho. Quando essas pessoas não se adaptavam à rotina, eram ditas "loucas".

Não necessariamente todas as pessoas que eram caracterizadas/estigmatizadas e recebiam "um tratamento" apresentavam realmente problemas de saúde. Conforme apresentado por Serrano (1992) e Cherubini (1997), o intuito dos hospitais era servir como espaço de internamento de pobres e loucos. A

perspectiva do internato em hospitais com caráter psiquiátrico circundava também a "limpeza das ruas" como forma de assegurar a ordem social.

> Com o relevante crescimento da população, a Cidade passou a se deparar com alguns problemas e, dentre eles, a presença dos loucos pelas ruas. O destino deles era a prisão ou a Santa Casa de Misericórdia, que era um local de amparo, de caridade, não um local de cura. Lá, os alienados recebiam um "tratamento" diferenciado dos outros internos. Os insanos ficavam amontoados em porões, sofrendo repressões físicas quando agitados, sem contar com assistência médica, expostos ao contágio por doenças infecciosas e subnutridos. Interessante observar que naquele momento, o recolhimento do louco não possuía uma atitude de tratamento terapêutico, mas, sim, de salvaguardar a ordem pública (BRITTO, 2004 *apud* MESQUITA, 2008, p. 3).

Consoante a isso, Cherubini (1997, p. 21-22) aponta que "a doença mental era vista como fruto das paixões, do fanatismo religioso, de atos promíscuos e estava enraizada nas classes mais pobres, se tratava de uma doença moral". Portanto, não era de exclusividade patológica, mas apresentava um viés social que atingia a população.

Para controlar essas pessoas não conformes, começou-se a fazer uso do internato, mas o que se percebe é que esse enclausuramento não se deu com o objetivo de "cuidar da loucura", mas como uma maneira de aparar "as relações da sociedade consigo própria, com o que ela reconhece ou não na conduta dos indivíduos" (FOUCAULT, 1975, p. 79). Consolida-se assim, num primeiro momento, toda uma estrutura hospitalocêntrica voltada para o isolamento de alguns estratos sociais: prostitutas, doentes venéreos, moribundos, mendigos, andarilhos, desordeiros, "loucos".

Com o passar dos anos, o conceito dos hospitais psiquiátricos passou a ser vinculado com o tratamento da "loucura em si". Não obstante a abordagem seja ainda desconforme com as necessidades reais de uma reformulação do tratamento medicamentoso, o tratamento é ainda visto com uma disputa de interesses entre médico e paciente.

> Assim se estabelece a função muito curiosa do hospital psiquiátrico do século XIX: lugar de diagnóstico e classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e submissão (FOUCAULT, 1979, p. 122).

A vivência dos internos dentro dos hospitais psiquiátricos era precária. Dada a inexistência dos psicofármacos, a alienação mental era tratada com convulsoterapias, camisas de força, amarras, cadeiras giratórias, hidroterapia, castigos corporais e até mesmo lobotomias, estratégias "terapêuticas" que acarretavam grande sofrimento e até morte (AMARANTE, 2003).

Além dos "tratamentos" torturantes que os pacientes recebiam nessas instituições, todas as perspectivas e afazeres cotidianos, bem como as necessidades indispensáveis de dormir e se alimentar eram realizadas no mesmo local por todos os pacientes e sob apenas uma autoridade, não levando em consideração diferenças pessoais. Essas instituições hospitalares são classificadas por Goffman (1961, p.11) como "local de residência e/ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada".

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial começaram a se desenvolver a partir de 1978, quando se originou

o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), formado por usuários, familiares e profissionais da área.

> Tal grupo expõe as mazelas da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e começa a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2005).

Depois do surgimento do grupo, várias discussões foram feitas e, em 1987, ocorreu a I Conferência Nacional de Saúde Mental (Rio de Janeiro), que discutiu sobre o contexto da época da saúde mental no Brasil e das mudanças experimentadas na Itália. Como fruto desse encontro, surgiu o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps), que se estabeleceu na cidade de São Paulo.

Em 1989, um novo avanço foi com um projeto de lei, com a finalidade da regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país, levado ao Congresso Nacional, dando início à luta no âmbito legislativo e normativo.

Em 1990, foi promulgada a Lei n. 8.080, que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), ano em que também foi criada a Coordenação Geral de Saúde Mental (CGSM), para substituir a Divisão Nacional de Saúde Mental.

> Num contexto de rediscussão do papel do Estado na saúde, de redemocratização e de desenvolvimento dos ideais da reforma sanitária, a Constituição Federal, de 1988, institui o Sistema Único de Saúde (SUS) com seus princípios – universalização, integralidade, descentralização e participação popular, e seu processo de implementação inicia-se com as Leis n. 8.080/90 e n. 8.142/90. Criam-se

> condições de possibilidade para a instituição no Ministério da Saúde, em 1991, da Coordenação Nacional de Saúde Mental, instância inédita no Brasil, responsável pela formulação e implementação política na área (BORGES e BAPTISTA, 2008, p. 457).

A partir do ano de 1992, várias leis foram aprovadas em diversos estados brasileiros e começou-se progressivamente a redução dos leitos em hospitais psiquiátricos de forma mais efetiva. Em 2003 e 2005, esse processo passou a ser mais acentuado e ganhou maior notoriedade em todo o país.

Com a reinserção dos usuários na sociedade, paulatinamente passaram a surgir associações e cooperativas formadas por usuários e familiares que propiciavam, além de geração e/ou complementação de renda, a criação de espaços de convivência abertos à troca de experiências cotidianas e apoio para as adversidades vivenciadas na vida de familiares e usuários.

2.2. Economia solidária

Durante séculos da existência da economia capitalista, observam-se grandes momentos de contratempos financeiros, visto que essa economia tem por consequência o processo de centralização dos capitais, em que apenas uma restrita parcela da população mundial detém a maior parte das riquezas. Além da centralização, podem-se notar vários pontos desfavoráveis, tais como: intensificação da desigualdade social, degradação ambiental e extinção da valorização do ser humano.

É dentro desse contexto que a economia solidária surge para ser uma alternativa de sobrevivência a essa economia que tem como uma das principais consequências a desigualdade.

> A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o

> desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual (SINGER, 2004, p. 11).

É uma oportunidade de geração de ocupação e renda, priorizando as potencialidades e valorizando o ser humano. A economia solidária pode visar o lucro financeiro, porém pauta a priorização socioambiental, trazendo um novo patamar de competitividade, buscando um equilíbrio entre o social, o ambiental e o econômico.

> (...) ES é um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 1).

Segundo Nascimento (2000), no início nos anos de 1980, o Brasil passou por uma intensa crise financeira evidenciada pelo alto índice de desemprego. Diante dessa realidade, os trabalhadores desempregados buscaram construir alternativas de trabalho e, a partir de então, impulsionou-se a luta pela inserção dos marginalizados no mercado de trabalho, buscando caminhos para a crise estrutural do trabalhador assalariado e às formas de precarização.

Atualmente, a economia solidária tem se destacado, organizando-se em associações e cooperativas que ganham progressivamente maior espaço na economia por meio de novas forças

produtivas. Essas organizações surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver (SINGER, 2001).

Um dos principais fatores que diferencia o sistema capitalista da economia solidária é a autogestão, em que, diferentemente da heterogestão (modo como as empresas são geridas no capitalismo), o gerenciamento da organização é feito por todos, dispensando as posições hierárquicas. Assim, as decisões são tomadas de forma democrática, não excluindo a possibilidade de existência de relações de autoridade. Contudo, os empregados deixam de pensar no individual e passam a considerar o coletivo.

> Consideramos como empresa autogerida aquela onde as decisões são tomadas de forma coletiva, pela obtenção de um consenso para a ação prática entre os membros envolvidos, através do conhecimento geral das questões; excluído, portanto, qualquer tipo de autoridade burocrática ou hierárquica formal, o que não quer dizer que não possam existir relações de autoridade consentida, em função da experiência e respeito que caracterizem, naquele momento, alguns dos membros do grupo (GUTIERREZ, 1988, p. 1).

Portanto, é diante da realidade econômica severa que a economia solidária vem tentando se consolidar, propiciando àqueles que estão à margem uma oportunidade de se estabelecer no mercado de trabalho, garantindo não só uma forma de sustento, mas também uma oportunidade de crescimento e valorização pessoal e ambiental, tornando um mundo mais humano e possível de sobreviver a tanta desigualdade.

2.2.1. Economia solidária e saúde mental

A partir da introdução dos conceitos da economia solidária, é possível perceber que ela nasce com a finalidade de proceder

como alternativa à economia capitalista, criando oportunidades de geração de trabalho e renda para os segmentos excluídos da população, provendo a esse grupo uma forma de produção, maneira de organização nos aspectos sociais e culturais, a partir de conceitos e técnicas do associativismo, cooperativismo e a da então economia solidária.

A economia solidária apresenta valores não só organizacionais, mas também de convivência, sociais, ambientais, culturais (em suas várias formas), cuja preocupação maior está na valorização do ser humano e sua relação com o meio, no qual está inserido.

> [...] adesão voluntária e esclarecida dos membros, participação democrática em processos decisórios, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, preocupação com a natureza, preocupação com a comunidade, produção e consumo éticos, solidariedade (CORTEGOSO, CIA, LUCAS, 2008, p. 28).

A articulação entre a saúde mental e a economia solidária é constatada no período recente, que ganhou força a partir de articulações feitas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho. Foi possível então a criação da Portaria Interministerial n. 353/2005, responsável por instituir o Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária, que, de acordo com a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), enfatiza experiências do processo de emancipação das pessoas com transtornos mentais, favorece a participação de membros da comunidade, incentiva a autogestão e democracia e possibilita a inclusão dessas pessoas em redes de comercialização, de oportunidades e em fóruns de economia solidária. “A inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária se constitui em um novo passo no processo da Reforma Psiquiátrica brasileira” (SAS, 2005).

Acerca dessa necessidade de inclusão social, é perceptível que um dos caminhos possíveis é por meio das associações e

cooperativas, cujos valores são baseados na economia solidária e geralmente denominados empreendimentos econômicos solidários, esses que buscam introduzir os usuários do serviço de saúde mental em atividades de trabalho e novas relações sociais.

> [...] Pensar o cooperativismo como alternativa possível para a inclusão social pela via do trabalho é aceitar o desafio de produzir uma intervenção transdisciplinar que, a partir da apropriação do conhecimento de diversas áreas, procure encontrar um lugar de existência para além do âmbito da saúde. Um espaço pautado pela lógica das trocas sociais e não pela lógica do universo da saúde e da doença (GHIRARDI, 2004, p. 50).

A partir dessa junção de teorias e perspectivas de trabalho, Lacman (2007) constata a existência de uma centralidade no papel do trabalho na vida das pessoas, que tem por consequência funcionar como promotor da constituição da identidade individual e tem como resultado a interferência diretamente nas inserções sociais. Como meio de promover essa inclusão por intermédio das associações e cooperativas baseadas na economia solidária, têm-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

2.3. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)

O conceito de ITCP é implantado a partir da discussão em relação à função executada das universidades quanto aos acontecimentos sociais percebidos pela implementação das políticas neoliberais presentes nos países da América Latina nos anos de 1990, resultando na busca por alternativas de sobrevivência por parte da população mais carente, por meio de cooperativas populares, associações de produtores e

consumidores, clubes de trocas, recuperação de fábricas falidas por seus próprios trabalhadores, ocupações de terra e produção coletiva, entre outros.

> Quanto ao surgimento das ITCP's, pode se dizer que foram inspiradas pelo programa Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, idealizado pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. A proposta tinha por base articular um trabalho de pesquisa e extensão nas universidades que atendesse às camadas populares da sociedade e fomentasse a pesquisa no campo da economia solidária na academia (PEREIRA, 2002, p. 55).

A partir de então, definem-se ITCPs, segundo Singer (2002), por serem entidades universitárias destinadas à incubação de cooperativas e grupos de produção associada, com característica multidisciplinar, uma vez que são envolvidos professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários relacionados às diversas áreas do saber.

> [...] refletir em que medida a Universidade e os agentes educadores estão preparados para exercer, a partir de um processo interativo, a (re)educação do trabalhador para o trabalho cooperativo, unindo "saber científico" a "saber popular" numa tentativa de transformação da prática cotidiana. Os agentes educadores estão suficientemente conscientes, preparados e compromissados com um fazer coletivo, se, em seu ambiente acadêmico, tal prática é muitas vezes insuficiente e questionável por parte dos que não acreditam ser esta uma das tarefas da academia? Acreditamos que cabe aos agentes educadores a mediação desse processo de transformação (CULTI, 2005 *apud* TEODORO *et al.*, [s/d], p. 3-4).

Acerca dos modelos e meios utilizados por cada incubadora, tem-se uma diversidade de estratégias. Mas o propósito central é o de ser uma unidade acadêmica, que tenha aspectos de programa ou projeto, núcleo, centro ou outra denominação particular, com o intuito de deter uma estrutura decisória que tenha a apropriação de todos os membros nas decisões e com uma presença enriquecedora de diversas situações institucionais.

> (...) A incubação se produz num espaço social e pedagógico que antepõe dois "mundos" distantes que se encontram: o mundo do saber acadêmico, concentrado nas universidades, e o mundo do saber popular, dos trabalhadores e de suas experiências de vida. E em cada ITCP se produz um encontro diferente, pois cada universidade comporta um sistema mais ou menos singular de relação com a comunidade, de estrutura de poder, de correlação interna de forças políticas e projetos, de estruturas de trabalho, enfim, uma "cultura acadêmica e institucional" própria. E porque cada microrregião em que se insere cada ITCP possui, também, características específicas mesoeconômicas, culturais, de relação política da comunidade etc. Então, a incubação de cooperativas aparece na intersecção desses dois espaços sociais: da universidade e da comunidade (CRUZ, 2004, p. 42).

Nesse sentido, a incubação começou a ter destaque e a ser valorizada, despertando interesses, principalmente políticos, a respeito do papel das ITCPs e das vantagens político-sociais que o trabalho desenvolvido pelas incubadoras pode proporcionar.

Há algumas entidades de fomento, públicas e/ou privadas, que auxiliam no fortalecimento das ações das incubadoras por meio de recursos para consolidação e desenvolvimento de suas ações. As universidades, lançando mão de recursos internos

geridos pelas Pró-Reitorias de Extensão e de agências de financiamentos, como o Fundo de Amparo à Pesquisa dos estados ou políticas públicas em seus vários níveis, municipal, estadual ou nacional, têm auxiliado nas ações de incubação de empreendimentos solidários. Há iniciativas de financiamento por parte dos setores privados a partir de parcerias para projetos de desenvolvimento local e criação de iniciativas solidárias.

Segundo a Coordenação Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, até o ano de 2015, haviam vinculadas em torno de 60 incubadoras. Além das incubadoras vinculadas à Rede de ITCPs, há outras redes e/ou organizações, principalmente de entidades de governos locais, o que contabiliza um número maior de incubadoras sociais espalhadas pelo Brasil.

3. Procedimentos metodológicos

No que concerne à metodologia empregada para a elaboração deste artigo, foram utilizadas diversas, como: incubação do empreendimento pela Incop, análise documental, principalmente da Assume, revisões bibliográficas, participações em reuniões e assembleias da associação e/ou com parceiros da Assume, visitas *in loco*, análise dos relatórios de incubação que foram elaborados durante os três anos de incubação.

É válido ressaltar que, com a Incop, o pressuposto da pesquisa-ação é uma metodologia caraterizada por priorizar e valorizar as potencialidades humanas do “objeto” de estudo e aproximar a convivência entre o pesquisado e o pesquisador, permitindo que ambos interajam e sejam “influenciados e influenciadores” durante a realização da pesquisa. Essa prática permite que os alunos e professores que participam do projeto de extensão tenham grande contato com a comunidade local e, ao passo que sugerem a implementação de ferramentas “ditas acadêmicas” dentro dos empreendimentos, aprendam e construam estratégias de abordagem para a efetivação das sugestões.

Para ampliar a gama de conhecimento sobre a temática de economia solidária e saúde mental, representantes da equipe da Incop, discentes e docente responsáveis pelas atividades desenvolvidas junto à Assume participam de encontros de formações como: reuniões e Fórum de Economia Solidária do Médio Piracicaba (com sede em João Monlevade), apresentação de trabalho em eventos científicos em níveis regionais e nacionais, como o Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds) e o Encontro Regional de Engenharia e Desenvolvimento Regional (Ereds), além de participações das reuniões e nos Encontros da Rede de ITCPs.

4. A parceria entre a Incop e a Assume

A partir das necessidades observadas no entorno dos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto, principalmente referente ao apoio sociotécnico à comunidade local e/ou regional, nasceu a proposta do programa de extensão intitulado Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto. O rudimento das atividades da Incop remonta a dezembro de 2011, em Ouro Preto e Mariana e, entretanto, no ano de 2012 no *campus* de João Monlevade, as tarefas se concentraram em realizar o mapeamento de grupos/organizações que, em princípio, apresentassem características e potencialidades pautadas nas diretrizes da economia solidária, para futuramente dar início ao processo de incubação.

A Incop tem como princípio trabalhar com uma equipe multi e interdisciplinar para atuação nos empreendimentos. Até dezembro de 2015, ela incubava sete empreendimentos, e atualmente são seis, sendo cinco em João Monlevade e um em Ouro Preto. Eles são acompanhados por em média três alunos, sob a orientação de um professor, e os discentes que participaram são graduandos de diversos cursos da Ufop, como: Engenharia de Produção, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Elétrica,

Sistemas de Informação, Jornalismo e Serviço Social. Mas, devido a algumas restrições, a incubadora atualmente tem atuado com alunos da Engenharia de Produção, Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica e Serviço Social.

Após a realização do mapeamento na cidade de João Monlevade, identificou-se a existência da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental (Assume), que tem sua origem extremamente ligada com a vontade dos profissionais do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II voltado para serviços na área de Saúde Mental em João Monlevade é chamado de Sésamo – o nome advém da ideia de liberdade para os usuários, referindo-se ao desenho infantil que possuía a frase: "Abre-te, Sésamo" de criar uma associação para os usuários e familiares, visando que pudessem ter um ambiente para troca de experiências, dúvidas e medos. No começo foram feitas várias reuniões com os familiares e usuários, e em 1996 foi criada a associação que até então se reunia nas próprias dependências do Sésamo uma vez por semana para debater questões como a Luta Antimanicomial e a realidade vivenciada pelo tratamento.

Apesar de vários desafios já enfrentados, em 2007 a Assume conseguiu firmar um convênio com a prefeitura de João Monlevade e passou a ter uma sede onde mantém suas atividades até os dias atuais. Essa parceria se deu em detrimento da criação do Espaço de Convivência. Esse espaço físico tinha o intuito de promover a interação social entre os usuários e familiares e a realização de oficinas para os associados. Atualmente, no Espaço de Convivência são oferecidas oficinas de tear, pintura, artesanato e de materiais recicláveis, cujo foco é a produção de produtos e a sua comercialização e geração de ocupação e renda para os associados.

Uma característica perceptível do Espaço de Convivência é oferecer um tratamento psicomotor para os usuários de forma inclusiva por meio do lazer e da cultura, isto é, são oferecidas aos usuários práticas terapêuticas de modo a estimulá-los a vencer suas dificuldades, tornando o tratamento medicamentoso apenas parte do processo e não sua única opção.

No início do processo de incubação da Assume eram realizadas visitas rotineiras no intuito de conhecer melhor o grupo e suas demandas. A primeira intervenção proposta pela incubadora foi uma formação na área de associativismo, cooperativismo e economia solidária devido à falta de conhecimento que tinham em relação a essas temáticas, as quais na percepção da incubadora são importantes para um grupo com o perfil da Assume. A formação foi ministrada em agosto de 2013 pelos representantes da Incop para os membros da associação. Com a realização do minicurso, o grupo reforçou a sua identidade coletiva e assim se tornou mais unido.

Nesse mesmo ano, foi escrito pelos discentes, orientador e membros da Assume o projeto denominado "Mentes Brilhantes", para um edital do Ministério da Saúde voltado para a ampliação da qualidade das oficinas nas associações e cooperativas. O projeto foi aprovado no final de 2013 para ser aplicado durante os seis primeiros meses do ano de 2014, com o recurso no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Vale ressaltar que um dos requisitos do edital era, além da parceria com ITCPs, o envolvimento da Secretaria de Saúde Municipal e demais parceiros, como o Caps, para que se pudesse ser submetido e, caso aprovado, o recurso iria para o Fundo Municipal de Saúde para ser repassado à Assume.

Um ponto importante das visitas ao empreendimento é que, mesmo em período de recesso escolar e/ou greve, a equipe da Incop, responsável pelo grupo, se organiza para não interromper as atividades e manter o fluxo dos trabalhos e manutenções das ações, proporcionando o fortalecimento dos laços entre empreendimento e incubadora.

No começo de 2014, foi elaborado pelos discentes, docente orientador e com o auxílio de um advogado o regimento interno da associação, bem como o seu plano de *marketing*, que foi colocado em prática alguns meses depois de forma gradual interna e externamente para organicidade e reconhecimento da associação, principalmente pela comunidade externa.

Outra questão apresentada e observada durante o processo de incubação foi a falta de motivação de alguns dos membros da

associação, por vários motivos, desde questões psicossociais, organizacionais, políticas, econômicas, dentre outras, e para amenizar foi realizada uma dinâmica com o grupo a fim de valorizar os trabalhos das monitoras e associados e restabelecer a união do grupo. Foram desenvolvidas atividades de lazer como: o "Carnaval da Assume" e o "Cine Assume", atividade essa na qual um filme é escolhido, apresentado e discutido com os usuários uma vez ao mês.

Devido ao sucesso da intervenção do "Cine Assume", decidiu-se realizar o 1º Bingo da Assume, com grande aceitação e participação por parte dos usuários. Por conseguinte, o evento promoveu grande integração entre os associados, tendo em vista que fortaleceu o laço dos usuários com a associação, permitindo assim que membros que estavam "um pouco afastados" retornassem com as atividades no empreendimento.

Um grande avanço foi, a partir da sugestão do grupo de trabalho da Incop, a implementação da cultura do carnê de mensalidade, com o qual cada membro da associação passasse a contribuir mensalmente com um valor simbólico. Essa medida ajudou na conscientização dos membros sobre a importância da sustentabilidade financeira da associação.

Por intermédio de um convite da Incop, o empreendimento participou do Primeiro Encontro de Formação em Economia Solidária do Fórum Regional de Economia Solidária do Médio Piracicaba, e assim se iniciou a inserção do empreendimento no fórum, que, *a posteriori*, também começou a participar e discutir sobre as questões sociopolíticas vinculadas à economia solidária.

No que tange às dificuldades de incubação, pode-se destacar que, no início, os alunos não estavam inteirados com a temática devido à falta de conhecimento técnico, tendo em vista que os discentes são de cursos de ciências exatas, como Engenharia de Produção e Sistema de Informação.

Outras questões enfrentadas foram a falta de interesse e a dificuldade do poder público local nos últimos anos, pois existe um convênio entre a prefeitura de João Monlevade e a Assume, no qual a prefeitura repassa para a associação o valor referente às

despesas de um ano de aluguel, contas de água e luz, assim como o salário das monitoras responsáveis pelas oficinas realizadas no Espaço Convivência. Porém, ocorrem atrasos por parte da prefeitura na avaliação da prestação de contas e, consequentemente, demora-se a fazer um novo repasse dos valores, o que em vários momentos fez a Assume pensar em encerrar suas atividades. Mas o que tem amenizado as dificuldades e a superação delas, além de pessoas vinculadas à associação que de fato acreditam no empreendimento, foi o apoio da incubadora, que, nos últimos anos, tem auxiliado nas questões sociotécnicas, organizacionais e políticas da Assume, contribuindo para a troca de experiências e conhecimentos e, por que não dizer, sonhos entre associados e membros da Incop.

Como citado anteriormente, a associação foi contemplada com um recurso do Ministério da Saúde, cujo projeto foi intitulado “Mentes Brilhantes”. Todavia, apesar da aprovação e repasse do recurso pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde no final de 2013, o dinheiro referente ao projeto foi repassado pela prefeitura à Assume apenas em outubro de 2014. Foram realizadas inúmeras reuniões com o Caps e com a Secretaria de Saúde de João Monlevade para agilizar o repasse do recurso, mas houve grande dificuldade para o acesso a ele por questões burocráticas apresentadas pela própria prefeitura. Diante da liberação, o grupo de trabalho se organizou e refez o plano de atividades do projeto, que inicialmente eram para seis meses e teve que ser executado em dois meses.

Apesar das dificuldades, com o recurso do projeto foi possível proporcionar aos associados uma visita à instituição Salão do Encontro, localizado em Betim/MG (esse que é um serviço de assistência de direito privado para cidadãos carentes, voltado para a arte e a cultura), proporcionando maior conhecimento técnico-artesanal. Foi visitada também a Associação de Trabalho e Produção Solidária (Suricato), com sede em Belo Horizonte/MG, com o intuito de trocar experiências em relação à temática da saúde mental.

Em 2015, apesar do grande potencial da associação em sua funcionalidade e a abundância dos insumos proporcionada pelo projeto descrito anteriormente, o ano começou com uma dificuldade recorrente, pela demora na renovação do convênio com a prefeitura e, automaticamente, do repasse dos recursos. A associação foi obrigada a suspender suas atividades no mês de janeiro e funcionar com menos funcionários no mês de fevereiro, em virtude do não cumprimento e do fechamento do convênio existente com a Prefeitura Municipal de João Monlevade. A partir de março, tal situação foi "normalizada", restando à associação se adaptar à situação e traçar um planejamento de aplicação das atividades do convênio em dez meses; entretanto, a associação ainda enfrenta recorrentemente alguns atrasos no recebimento das parcelas desse convênio celebrado junto à prefeitura.

Mesmo com tais dificuldades, a associação corrobora em atitudes funcionais para superá-las e continuar com o trabalho. Uma ação em destaque no ano de 2015 foi aquela relativa às formações dos usuários e dos funcionários da associação com as seguintes temáticas: Livro Caixa e o papel da Diretoria e Gestão de Pessoas. Além disso, foi descoberta uma adversidade, na qual se concentram atualmente os esforços para saná-la, que diz respeito ao compromisso do pagamento dos encargos sociais dos funcionários. Tais esforços estão partindo de ideias e aplicações propostas pela diretoria e pela assembleia, como a busca de empresas que formalizem um auxílio mensal de parceria, almoço beneficente com o intuito de arrecadar dinheiro para associação, rifas e parceria com a companhia de distribuição de água da cidade para doação dos moradores em meio ao seu pagamento. Embora haja as dificuldades citadas, será elaborado um novo planejamento junto com o empreendimento para a ampliação e o desenvolvimento das ações entre a Incop e Assume visando à consolidação da sustentabilidade da associação e o seu processo de desincubação. Essas atividades são concebidas em reuniões entre as equipes sempre respeitando a dinâmica de trabalho da associação, suas particularidades e especificidades.

5. Considerações finais

Em março de 2016, completaram-se três anos de incubação. Neles, a Assume e a Incop contaram com a presença e a participação de nove alunos no grupo de trabalho, dos quais quatro correspondiam ao curso de Sistemas de Informação e os cinco restantes, ao curso de Engenharia de Produção. A eles foi proporcionada a oportunidade de colocar os conhecimentos adquiridos nas salas de aulas em práticas no dia a dia, indo além da aprendizagem em áreas nas quais não conseguiram assimilar somente na teoria, não podendo deixar de elucidar também o forte envolvimento social com as temáticas e causas levantadas pelo projeto, mesmo com todas as dificuldades já expostas. Os alunos, a partir do momento que se identificaram com as ações da associação e da Incop, manifestaram satisfação pelas práticas efetivadas e, ao se desligarem do projeto, apresentam satisfação com a experiência adquirida no processo de incubação.

O processo inicial de incubação não foi fácil, porém foi vencido um dos desafios iniciais, sobre a conquista de confiança da associação e o seu fortalecimento diante das adversidades enfrentadas. É notório que dia após dia, com as conquistas e a visão de evolução, apoio e reciprocidade entre o empreendimento e o grupo de trabalho da incubadora, o aumento do sentimento de estar executando de forma concreta um papel de benefício à sociedade é cada vez mais fortalecido. Logo, de forma racional, é perceptível uma grande troca de conhecimento entre as partes: a Incop recebe o conhecimento tácito oriundo de cada membro da Assume e, em contrapartida, proporciona conhecimento explícito adquirido no âmbito acadêmico.

Acerca de tudo que já foi exposto, é necessária a seguinte reflexão: “Não seria este o momento previsto para uma desincubação?”. Uma vez começada a incubação, esta, por relato de experiências de outras incubadoras e demais projetos de assessoria, demandam o prazo, em média, de dois anos para um resultado palpável e empoderamento do empreendimento. Entretanto, pela característica da associação, vale a reflexão de

que, nesse caso, é preciso um pouco mais de tempo para que possam se empoderar de todas as dificuldades e transcendê-las. Porém, não existem relatos de desincubação totalmente efetiva após esse período preestabelecido, visto que em tal âmbito as dificuldades são recorrentes, e quanto mais "braços" para fortalecer o movimento, mais suscetível é de que a associação seja provida de ótimos resultados.

Referências

AMARANTE, P. **Saúde mental, políticas e instituições**: programa de educação a distância. Rio de Janeiro: Fiotec/Fiocruz, EAD/Fiocruz, 2003. v. 3.

ARGOLO. J. C. T.; ARAÚJO, M. A. D. O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **RAC**, v. 8, n. 4, out./dez. 2004, p. 161-82.

BORGES, C. F.; BAPTISTA, T. W. **O modelo assistencial em saúde mental no Brasil**: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24 (2): 456-468, fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental. In: **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

CHERUBINI, K. G. **Modelos históricos de compreensão da loucura**. Da Antiguidade Clássica a Philippe Pinel. 1997.

CORTEGOSO, A. L.; CIA, F.; LUCAS, M. G. Economia solidária: o que é e como se relaciona com a Psicologia. In: CORTEGOSO, A. L; LUCAS, M. G.. **Psicologia e economia solidária**: interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho – Diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Cayapa – Revista Venezolana de Economía Social**, Mérida, Venezuela, Ano 4, CIRIEC, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

______. A constituição histórica da doença mental. In: FOUCAUT, M.. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

GHIRARDI, M. I. G. Trabalho e deficiência: as cooperativas como estratégia de inclusão social. In: **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 49-54, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1415=91042004000200003-&script-sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: abr. 2016.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUIMARÃES, G. (Org.). **Sindicalismo & cooperativismo**: a economia solidária em debate. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

GUTIERREZ, G. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 1988.

LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. (org). **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan; 2007.

LIMA, I. B.; SILVA, J. E.; CRUZ, S. S. Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. **Rev. Enferm UFPE on-line**, Recife, 7(esp), p. 1.008-15, mar. 2013.

LOMAR, M. C. P. O cooperativismo e a economia solidária: discutindo o marco legal. In: **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. São Paulo: ITCP-USP, 2007.

MESQUITA, J. F. Quem disse que lugar de louco é no hospício? Um estudo sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambu, Minas Gerais, 2008.

NASCIMENTO, C. Existe vida após a economia de mercado? **Revista Praga**, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/autogestao_e_es.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

PEREIRA, A. Incubadora tecnológica de cooperativas populares – Coppe/UFRJ. In: **Aspectos econômicos de experiência em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Polis, 2002.

SANTOS, L. M. dos; BORINELLI, B. Economia solidária: propostas e perspectiva. In: Benilson Borinelli... [et al.] **Economia solidária em Londrina**: aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

SECRETARIA de Atenção à Saúde – SAS. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília, 2005.

SERRANO, A. Í. **O que é psiquiatria alternativa**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SINGER, P. **Economia solidária *versus* economia capitalista**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: nov. 2015.

______. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Civilização, 2002a.

______. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

______. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001>. Acesso em: nov. 2015.

TEODORO, P. A. V. B.; RAIZEL, T.; MIYAZAKI, J.; NAZZARI, R. K; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L.; BERTOLINI, G. R. F.; SCHMITH, A. O.; RIBEIRO, B. A.; LISBOA, E.; SILVA, E.; PRESNEAK, M. I.; TAGLIAPIETRA, O. M.; LAZZAROTTO, E. M. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: Unioeste**. [s/d]. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminario/IVSeminario/Artigos/13.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

Sobre os autores

Alexandre Magno de Sousa. Professor do Departamento de Computação e Sistemas do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto e professor colaborador da Incop.

Contato: alexandre@decsi.ufop.br

Bárbara Chesman Almeida. Graduanda em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Ouro Preto, formadora na Incop desde novembro de 2014 e membro do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico.

Contato: chesman12@gmail.com

Bianca A. Lima Costa. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002), mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007), doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa, coordenadora do Programa de Extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e coordenadora do Curso de Graduação em cooperativismo.

Contato: biancaitcpufv@gmail.com

Bruno Rodrigues Silva Schitino. Graduado em Administração pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e membro da ITCP/UFVJM.

Contato: brunoschitno@yahoo.com.br

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira. Graduada em Gestão de Cooperativas e mestra em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente, é professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

– UFVJM/Campus Mucuri – e coordenadora da ITCP/UFVJM – Campus Mucuri.

Contato: grazielle.silva@ufvjm.edu.br

Guilherme Henrique de Magalhães. Graduando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto, formador na Incop desde março de 2013 e membro do Núcleo de Desenvolvido Tecnológico.

Contato: gui_2518@yahoo.com.br

Isabela Vitoi Rosa de Souza. Bacharel em Engenharia de Produção pela Ufop. Atuou na Incop trabalhando com a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM).

Contato: isabelavitoi@hotmail.com

Izabel Cristina da Silva. Bacharel em Engenharia de Produção pela Ufop. Atuou na Incop trabalhando com a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM).

Contato: izabelcristinasilva81@yahoo.com.br

Jean Carlos Machado Alves. Doutorando em Sistemas de Gestão Sustentáveis (UFF), mestre em Engenharia de Produção, graduado em Administração, especialista em Gestão Social e Ambiental. Coordenador da Incop/Ufop e da Rede Nacional de ITCPs. Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Ufop – Campus João Monlevade.

Contato: jean.mep@gmail.com

Julio Cesar dos Santos Simião. Graduando em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Ouro Preto, formador na Incop desde novembro de 2014 e membro do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico.

Contato: julio_simiao@hotmail.com

Lennon de Almeida Freire. Graduando em Engenharia de Produção – Icea/Ufop. Atuou na Incop trabalhando com a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM).

Contato: lennonfreyre@hotmail.com

Márcio Gomes da Silva. Graduado em Gestão de Cooperativas e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professor do Departamento de Educação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa.

Contato: marcio.gomesufv@gmail.com

Mateus Oliveira dos Santos. Graduando em Engenharia de Computação pela Universidade Federal de Ouro Preto, formador na Incop desde outubro de 2013 e membro do Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico.

Contato: mateusstp@gmail.com

Rodrigo Aponte Mazza. Graduando em Engenharia de Produção – Icea/Ufop. Atuou na Incop trabalhando com a Associação dos Trabalhadores de Limpeza e Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM).

Contato: rodrigo.apomaz@gmail.com

Sthael Mariane Almeida Cavalcanti. Graduanda em Engenharia de Produção pela Ufop. Atuou na Incop trabalhando com a Unilabor em João Monlevade.

Contato: sthaelmariane@gmail.com

Thais Aparecida Andrade de Almeida. Graduanda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, é bolsista e membro do projeto Incop.

Contato: thais_andrade_almeida@hotmail.com

Viviane da Silva Serafim. Graduanda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, é coordenadora discente e bolsista no projeto Incop.

Contato: viviane.silserafim@gmail.com

Wagner Ragi Curi Filho. Mestre em Engenharia de Produção, área de concentração Produto e trabalho pela UFMG. Graduado em Engenharia de Produção também pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é doutorando em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP) e professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Ouro Preto – Campus João Monlevade.

Contato: wagner@deenp.ufop.br

Wesley Costa Santos. Graduando em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, é bolsista e membro do projeto Incop.

Contato: wesley_eleven@hotmail.com

"Hoje não há razões para otimismo. Hoje só é possível ter esperança. Esperança é o oposto do otimismo. "Otimismo é quando, sendo primavera do lado de fora, nasce a primavera do lado de dentro. Esperança é quando, sendo seca absoluta do lado de fora, continuam as fontes a borbulhar dentro do coração." Camus sabia o que era esperança. Suas palavras: "E no meio do inverno eu descobri que dentro de mim havia um verão invencível…" Otimismo é alegria "por causa de": coisa humana, natural. Esperança é alegria "a despeito de": coisa divina. O otimismo tem suas raízes no tempo. A esperança tem suas raízes na eternidade. O otimismo se alimenta de grandes coisas. Sem elas, ele morre. A esperança se alimenta de pequenas coisas. Nas pequenas coisas ela floresce…"

(Rubem Alves)

Nos dias de hoje, iniciativas como a INCOP nos trazem esperança. E isso nos basta. O contato com essa experiência instigante e inspiradora deve fazer florescer outras tantas. Assim, quem sabe, num futuro próximo poderemos ser otimistas. Vida longa a INCOP!

Profª. Dra. Fernanda Santos Araújo